

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
INSTITUTO GOIANO DE PRÉ-HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DO PATRIMÔNIO
CULTURAL

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ANTROPOLOGIA

Antonia Maria Simiema Lima

PATRIMÔNIO CULTURAL DE PORTO NACIONAL (TO) :
UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.

Projeto de Gestão

Orientador Drº Manuel Ferreira Lima Filho

Co:orientadora: Drª Márcia Bezerra Almeida

GOIÂNIA-GO

Setembro/2005

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
INSTITUTO GOIANO DE PRÉ-HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA

Antonia Maria Simiema Lima

**PATRIMÔNIO CULTURAL DE PORTO NACIONAL (TO). UMA
PROPOSTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.**

Projeto de Gestão

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre, área de concentração: Antropologia, sob a orientação do Profº. Drº. Manuel Ferreira Lima Filho.

GOIÂNIA-GO

Setembro/2005

DEDICATÓRIA

Aos meus pais e irmãos, Alfredo Pantaleão de Araújo e Termiza Simiema da Silva Araújo, Norma Grace Simiema Pereira, Alfredo Pantaleão de Araújo Junior, Rosemare Simiema de Araújo, Paulo José Simiema de Araújo, Rosana Simiema de Araújo e Ronaldo Simiema de Araújo, pela vida, compreensão e incondicional apoio.

Ao meu amor Valdemar Rodrigues Lima e aos meus adoráveis filhos Valdemar Rodrigues Lima Junior, Hesley Rodrigues Lima e Fabrício Rodrigues Lima e a filha que Deus me deu Aldeniza Pesca Soares pelo incentivo, dedicação, amizade e companheirismo constante.

A Evilácia e a tia Eulília (in memoriam) obrigada pelo porto seguro.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor Manuel Ferreira Lima Filho pela competência acadêmica, por sua segura e valiosa orientação, por seu carinho, amizade e pela confiança em mim depositada.

À professora Dr^a Márcia Bezerra Almeida minha, co-orientadora, pelo constante apoio, com quem sempre troquei idéias, uma verdadeira admiração pela profissional que é.

Ao professor Dr^o Roque Laraia, meu primeiro orientador, pelas dificuldades de nos encontrarmos estando eu em Porto Nacional – To, ele em Brasília – Df, meu muito obrigada por sua compreensão e carinho; passei admirá-lo mais ainda.

As minhas colegas e companheiras de mestrado Antonia Custódia Pedreira, Eliane de Castro e Maria Francinete Soares Conceição pelos momentos vividos juntos, de alegria e dificuldades, pelo laço de amizade e carinho sem deixar de falar na Rosângela e Nina pelas caronas e disponibilidade de sempre estarem ao nosso lado; amigas e companheiras, obrigada.

À ex-diretora de Ensino de Porto Nacional, Rosane, por nos conceder de nos ausentarmos um dia na semana para cursar uma disciplina do mestrado durante um semestre em Goiânia; não me esquecerei de seu apoio.

Ao Centro de Ensino Médio Felix Camoa, diretor, coordenadores e professores que muito me auxiliaram na busca da internet, pesquisa na biblioteca e reflexões a respeito da interdisciplinaridade, a minha admiração e gratidão.

À Secretária da Educação Professora, Mestre Maria Auxiliadora Seabra Rezende, por nos conceder de nos ausentarmos dois dias na semana para cursar duas disciplinas do mestrado em Goiânia durante um semestre; obrigada por seu apoio e compreensão.

Ao Valdemar Rodrigues Lima Júnior por ter sido o mediador da minha disposição para a Secretaria de Governo para eu poder cursar o mestrado em Goiânia muito obrigada.

Ao Hesley Rodrigues Lima pelo carinho, colaboração e ajuda na formatação deste trabalho.

Ao Fabrício Rodrigues Lima pela ajuda nos momentos de dificuldades com o computador e impressora, grata.

A irmã Martha meus agradecimentos pela correção ortográfica deste trabalho e também do resumo em francês.

Em especial ao Governador do Estado do Tocantins, Marcelo Miranda, por ter me colocado à disposição da Secretaria de Governo.

Às minhas colegas de Mestrado em Gestão do Patrimônio Cultural, com as quais tive oportunidade de conviver pelo companheirismo, foram dias felizes.

Aos professores do mestrado, com os quais tive oportunidade de conviver, que transformaram a sala de aula em prazeroso espaço de discussões. Foram momentos de grandes aprendizagens.

Às minhas amigas Flavilene, Joelma e Enida, obrigada pelo carinho e compreensão.

Aos meus familiares e amigos, por compreenderem minha ausência, pelo apoio, estímulo e amor.

A Deus e a todos que colaboraram direta e indiretamente e que inevitavelmente sonharam comigo, muito obrigada.

RESUMO

Este projeto de gestão do patrimônio cultural propõe a capacitação continuada dos professores da rede municipal e estadual da educação básica, enfocando os professores de 1ª à 4ª série municipal e os do ensino médio do Centro de Ensino Médio Professor Florêncio Aires da Silva e Centro de Ensino Médio Félix Camoa. É um projeto de Educação Patrimonial de natureza interdisciplinar. Nossa proposta de ensino do patrimônio cultural tem como eixo o patrimônio cultural de Porto Nacional que deve ser gerido de forma a possibilitar uma múltipla visão e interpretações de seus significados como preservação e valorização do mesmo. Nesse sentido, o diálogo com a Antropologia Cultural e os estudos do Patrimônio serão fundamentais para a viabilização do projeto, que está inserido no contexto de temas transversais dos parâmetros curriculares do MEC. A proposta aposta numa ação conjunta com a Prefeitura Municipal e Rede Estadual de Educação e Fundação Cultural. Apresentamos como diferencial um curso que proporcione o conhecimento e a justaposição, e uma sucessiva interligação do patrimônio cultural ao seguimento da educação, focando a participação dos setores públicos e da sociedade.

Palavras chaves: patrimônio cultural, educação e formação continuada.

RESUME

Ce projet de gestion du Patrimoine culturel propose le recyclage continu des professeurs du réseau Municipal et de l'Etat, de l'Education de Base focalisant les professeurs de la 1ère à la 4ème année de l'Enseignement Fondamental et ceux de l'Enseignement Moyen du Centre d'Enseignement Moyen "Professor Florêncio Aires da Silva" et du Centre d'Enseignement Moyen "Felix Camoa". C'est un projet d'Education Patrimoniale de nature interdisciplinaire. Notre proposition d'enseignement du patrimoine culturel a comme axe le patrimoine culturel de Porto Nacional qui doit être géré de façon à rendre possible une vision multiple et des interprétations de ses signifiés comme leur propre préservation et valorisation. Dans ce sens, le dialogue avec l'Anthropologie Culturelle et les études du Patrimoine seront fondamentaux pour la viabilisation du projet qui est inscrit dans le contexte des thèmes transversaux des "Parâmetros Curriculares" du MEC (Ministère d'Education et Culture). Le projet compte sur une action d'ensemble avec le Gouvernement Municipal, le Réseau de l'Education de l'Etat et la Fondation Culturelle. Nous présentons comme contribution spécifique, un cours qui propose la connaissance et la juxtaposition, et aussi un successif interlignage du patrimoine culturel à la suite de l'éducation, focalisant la participation des secteurs publics et de la société.

Des mots clefs: patrimoine culturel, éducation et formation continue.

SUMÁRIO

1.	LISTA DE ILUSTRAÇÕES	10
2.	LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	12
3.	INTRODUÇÃO.....	14
4.	OBJETIVO	20
4.1.	Objetivo Geral	20
4.2.	Objetivos Específicos	20
5.	O Patrimônio Cultural como Problema	22
5.1.	Aspectos Conceituais.....	22
5.2.	Contextualizando o Patrimônio Histórico Cultural de Porto Nacional	28
5.3.	Porque um projeto de educação patrimonial em Porto Nacional?.....	48
6.	PROJETO	54
6.1.	O que é o curso?	54
6.2.	O porquê de sua realização?	59
6.3.	Público Alvo	65
6.4.	Local da Realização do Curso	65
6.5.	Número de Professores Multiplicadores.....	66
6.6.	Módulos	66
7.	JUSTIFICATIVA	67
7.1.	As perdas sofridas.....	67
7.2.	Embasamento teórico da preservação do patrimônio	69
7.3.	Aprendizagem como processo de atribuição de significados.....	70
7.4.	A cultura como fonte de informação	72
7.5.	Os Parâmetros Curriculares Nacionais referenciais de qualidade	74
7.6.	Os temas transversais	75
7.7.	A pluralidade cultural como diversidade do patrimônio cultural	76
7.8.	O princípio da interdisciplinaridade	76
7.9.	Educação Continuada e Patrimonial.....	79

8. METODOLOGIA.....	88
8.1. Desenvolvimento da metodologia	88
8.2. Formação da equipe.....	92
8.3. Resultados Esperados/Impactos	92
8.4. Impactos com a não realização do curso	94
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
10. CRONOGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DOS MÓDULOS.....	102
11. ORÇAMENTO-RECURSOS E CUSTOS	103
12. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	108
ANEXOS	104

1. LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Algumas residências na rua do recantão.	29
Foto de: Antonia Maria Simiema Lima	
Figura 2: Primeiras ruas de Porto Nacional.	36
Foto de: Antonia Maria Simiema Lima	
Figura 3: Primeira sede do Colégio Sagrado Coração de Jesus (Hoje em reforma)	38
Foto de: Antonia Maria Simiema Lima	
Figura 4: Seminário São José.	40
Foto de: Antônia Maria Simiema Lima	
Figura 5: Atual Colégio Sagrado Coração de Jesus	41
Figura 6: Localização do Estado do Tocantins	54
Figura 7: Atual avenida Beira Rio.	60
Foto de: Antônia Maria Simiema Lima	
Figura 8: Antiga cadeia pública.	67
Foto de: Antônia Maria Simiema Lima	
Figura 9: Residência da Prof ^a Maria José da Costa.	85
Foto de: Antônia Maria Simiema Lima	
Figura 10: Catedral de Porto Nacional.	86
Foto de: Antônia Maria Simiema Lima	
Figura 11: Exemplo de conservação do patrimônio material.	93
Foto de: Antônia Maria Simiema Lima	
Figura 12: Dilapidação de parte do centro histórico de Porto Nacional.	97
Foto de: Antônia Maria Simiema Lima	
Mapa A: Localização de Porto Nacional, Monte do Carmo e Pontal.	16
Autor: Antonio Aires	
Mapa B: Hidrovia Porto Nacional-Belém.	32

Autor: Antonio Aires

Tabela 01: Cronograma de desenvolvimento dos módulos	102
Tabela 02: Orçamento – Recursos e custos	103
Tabela 03: Planilha de Custos – Recursos Humanos	103
Tabela 04: Planilha de Custos – Material de Consumo	105
Tabela 05: Custo total do projeto	107

2. LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abr - Abril

Ago - Agosto

Art - Artigo

Col - Coleção

Dez - Dezembro

Ed - Edição

Fev - Fevereiro

Jan - Janeiro

Jul - Julho

Jun - Junho

Mai - Maio

Mar - Março

Nov - Novembro

Orgs - Organização

Out - Outubro

P - Página

Prof^a - Professora

Prof^o - Professor

Set - Setembro

V - Volume

CONORTE - Comissão de Estudos do Norte Goiano

DPHAN - Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

FAB - Força Aérea Brasileira

- IBPC - Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural
- IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- LDBEN - Lei e Base da Educação Nacional
- MEC - Ministério da Educação e Cultura
- PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais
- UCG - Universidade Católica de Goiás
- UFG - Universidade Federal de Goiás
- UFSM - Universidade Federal de Santa Maria
- UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

3. INTRODUÇÃO

O projeto de educação patrimonial aqui apresentado tem como objetivo a capacitação continuada para os professores do Ensino Fundamental e Médio da rede Municipal e Estadual de Porto Nacional Estado do Tocantins, para que sejam multiplicadores visando a preservação do patrimônio cultural. O projeto tem como propósito geral proporcionar um processo ativo de conhecimento, reconhecimento, valorização, apropriação e preservação do patrimônio cultural pelas comunidades.

Este trabalho é resultado de nossa prática profissional na área da Educação, em Porto Nacional enriquecida pelo conhecimento adquirido durante o Curso de Mestrado em Gestão Profissional do Patrimônio Cultural.

O projeto prevê a parceria entre a Prefeitura Municipal de Porto Nacional, a Secretaria Estadual de Educação e Cultura e a Fundação Cultural. O curso proposto terá a duração de 08 (oito) meses com carga horária de 38 horas por módulos, sendo 08 módulos.

Fazendo acompanhamento das escolas como supervisora técnica de qualidade observei que no planejamento dos professores não tinha nada a respeito do patrimônio cultural local, nem geral, assim como nos livros didáticos dos alunos. Talvez por falta de material. Também percebi um enorme desconhecimento do patrimônio cultural por parte dos profissionais envolvidos, conforme entrevistas feitas à comunidade no decorrer do trabalho. Não apenas a falta de conhecimento e de informações necessárias para que estes profissionais pudessem desempenhar bem seus papéis como atuantes no setor de educação, mas principalmente para que pudessem se interessar pela temática patrimonial e, com isso, aprenderem a admirar, valorizar e preservar o patrimônio cultural.

Mediante o impacto que os portuenses estão vivendo devido às mudanças ocorridas pela formação do lago no Rio Tocantins, decorrente da construção da hidrelétrica do Lageado, a obra interferiu na dinâmica da cidade, surgindo a necessidade de resgatar, valorizar e preservar o que não foi impactado pela obra. Uma vez diagnosticada como problema, a distância do público em relação ao patrimônio, propomos como importância substancial a diminuição dessa distância a ser feita por meio da educação Patrimonial, colaborando para o fortalecimento da cidadania e, ao mesmo tempo, contribuindo para a melhoria da preservação do patrimônio cultural.

Pensando nos aspectos históricos da identidade portuense e na preservação das ruínas de Pontal¹: - local de mina de ouro perto de Porto Nacional, onde a população foi dizimada² pelos índios Xerente, a cidade e todo patrimônio cultural - é que constatamos a necessidade de trabalhar com a educação patrimonial por meio da formação continuada de professores. A valorização do patrimônio cultural brasileiro depende, necessariamente, de seu conhecimento, e sua preservação, do orgulho que possuímos de nossa própria identidade. Um dos elementos fundamentais do indivíduo é a sua identidade cultural, ou seja, sua capacidade de se sentir pertencente a um grupo que compartilha sentimentos, signos, tradições, enfim, uma história comum. Esses elos de pertença podem estar relacionados a um território amplo (identidade nacional) ou características restritas a alguns indivíduos participantes de grupos étnicos, religiosos, de gênero entre outros. Os traços culturais desses grupos coexistem e contribuem para a formação da identidade nacional, acrescentando a ela matizes muito particulares.

O projeto está respaldado na constituição de 1988 que reza no art.216, usando a expressão “patrimônio cultural brasileiro”, abrangendo, assim, não apenas os bens culturais históricos, mas também, os bens culturais artísticos, os bens culturais naturais, arqueológicos, paleontológicos, etnográficos, paisagísticos, e bens culturais imateriais.

No seu art. 225, 1º, item VI a mesma Constituição afirma que, dentre outras formas de assegurar o direito de todos a um meio ambiente sadio, deve o Poder Público promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

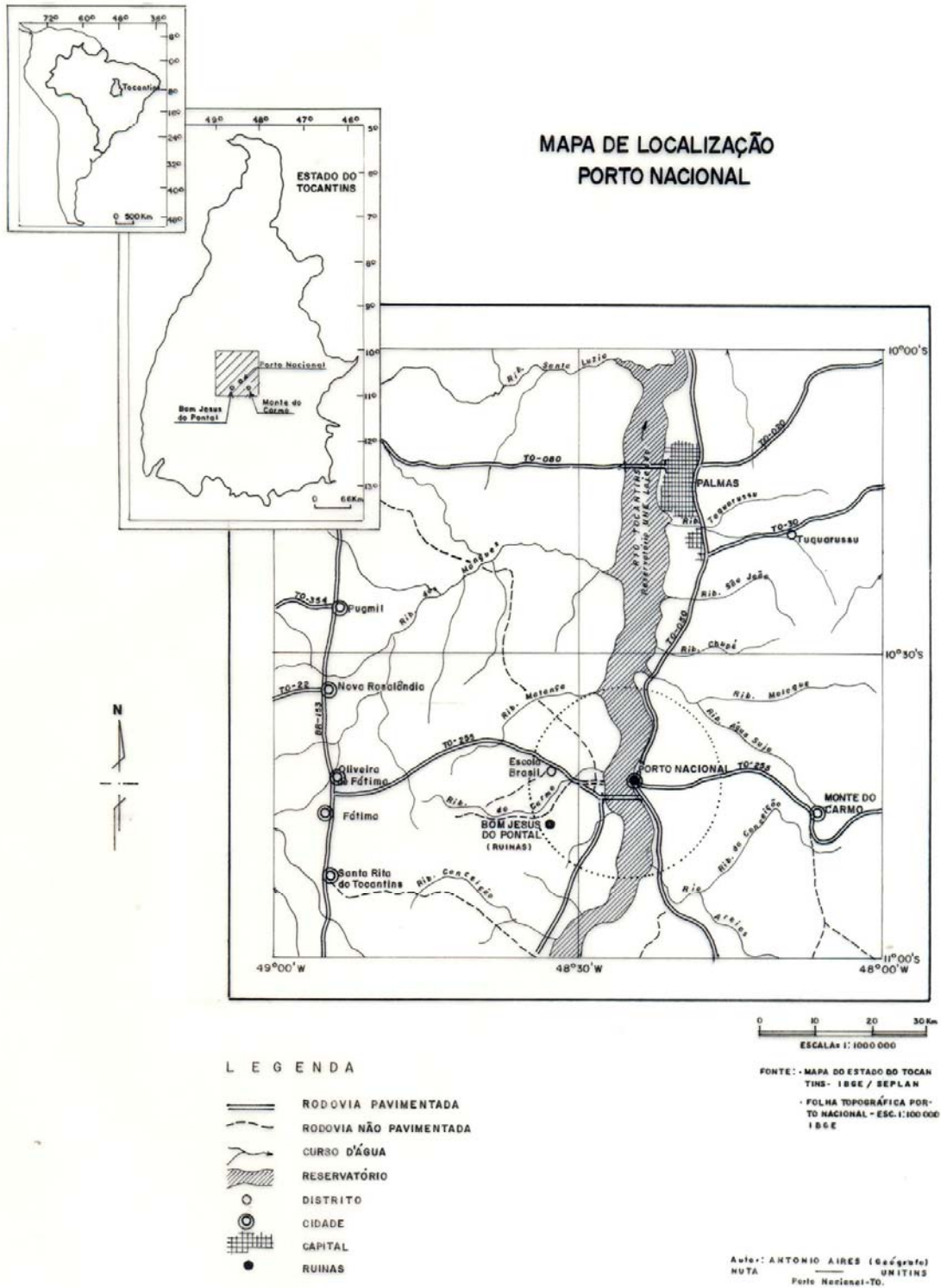
Em conformidade com a Constituição Brasileira de 1988 e reforçando-a, veio a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, que enfatiza, no seu artigo 26, que a parte diversificada dos currículos dos ensinos fundamental e médio deve observar as características regionais e locais da sociedade e da cultura, o que abre espaço para a construção de uma proposta de ensino voltada para a divulgação do acervo cultural dos Estados e Municípios.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o ensino fundamental elaborados pelo Ministério da Educação (MEC), trazem uma inovação, ao permitir a necessária interdisciplinaridade na educação básica, mediante a introdução dos chamados “Temas Transversais”, que deverão perpassar as diferentes disciplinas escolares. Dois desses temas

¹ Observar mapa “A” na página seguinte.

² Segundo os autores Borges & Palacin, 1987; Oliveira, 1997; Maya, 2003; Godinho, 1999.

transversais possibilitam à escola o estudo do Patrimônio Histórico e a conseqüente adoção de projetos de educação patrimonial. Trata-se dos temas do meio ambiente e da pluralidade cultural.



Mapa A: Localização de Porto Nacional, Monte do Carmo e Pontal.

Gostaria de ressaltar que em vários momentos apareceu a minha subjetividade e esteve presente durante o trabalho e tive que praticar comigo mesmo, o exercício etnográfico do estranhamento. Em vários momentos vivi conflitos, mas caberia somente a mim mesma mediar o meu olhar.

Como metodologia do projeto, a investigação se fez através de pesquisa oral, utilizando as técnicas de entrevistas, buscando compreender a história cultural da cidade, nos depoimentos dos moradores com o intuito de obter a compreensão da realidade abordada entre o ambiente e as percepções de todos os entrevistados.

A opção pela pesquisa oral nos coloca na condição de ouvintes, com a disponibilidade para escutar e com capacidade de demonstrar compreensão pela opinião destes entrevistados. A comunidade e professores, a convite nosso, também deram seu depoimento ao longo deste trabalho.

Como diz Thompson (2002, p. 257):

para a entrevista, tomam-se necessárias algumas peculiaridades como respeito e interesse pelos outros e flexibilidade nas reações em relação aos outros, devendo dar ao informante todo tempo que quiser para ir a qualquer direção, deixando que a entrevista flua (...) e nunca procurar controlá-la, podendo apenas, orientá-la.

A opção pela entrevista oral em oposição aos questionários de perguntas fechadas justifica-se concordando com o autor, pois, “os questionários podem provocar uma provável inibição do respondente que fica reduzido a respostas monossilábicas ou muito curtas”. (op.cit. p.257)

Neste trabalho foram entrevistadas várias pessoas da comunidade e professores. A comunicação foi simples e comum para não inibir as respostas, consideradas boas ferramentas para a obtenção do propósito deste trabalho. Foi esclarecido a eles o objetivo da entrevista e como era importante seu auxílio para o desenvolvimento do trabalho em questão. Afinal a opinião e a participação da comunidade não podem ser feitas sem a consulta da mesma.

Podemos trabalhar a Educação Patrimonial transversalmente através do tema da pluralidade cultural dentro das disciplinas, ou seja, interdisciplinar. É uma proposta de ensino voltada para as questões atinentes ao patrimônio cultural. São conceitos distintos e iremos tratar deles nos itens 7.6 e 7.8 onde daremos maior ênfase.

É uma proposta inaugural levar para a sala de aula os conhecimentos sobre o patrimônio cultural e como preservá-lo, cujo objetivo é utilizar o potencial do patrimônio cultural, desta cidade.

Izabela Tomazo em sua dissertação “Tratorando a história” que “objetivou interpretar as percepções da prática da preservação do patrimônio histórico na cidade de Espírito Santo do Pinhal e concluiu que a intolerância do poder local ante a prática da preservação do patrimônio histórico expressou-se no discurso que levou a estigmatizar a Associação Pinhalense de Cultura e os agentes preservacionistas”. (TOMAZO, 1998, p. 286).

Os pinhalenses não souberam preservar o seu patrimônio cultural que só ficou no discurso, mas esperamos diferenciar da Tomazo, por estarmos propondo um projeto de gestão na área de educação patrimonial, na expectativa de conscientizar toda a população e obter um resultado positivo na construção da valorização e preservação do patrimônio que não foi impactado. Percebe-se, pois que o conhecimento e a apropriação pelas comunidades são fatores indispensáveis ao processo de preservação sustentável do Patrimônio como um todo, vez que só conhecendo é que podemos, verdadeiramente, compreender que surge a valorização. Outrossim, este processo de valorização e de troca possibilita a geração e produção de conhecimentos, num continuar de enriquecimento individual, coletivo e institucional.

Entendemos, assim, que as comunidades devem ser dotadas de elementos capazes de identificar as formas de ser, agir, fazer e pensar que lhes são caras e de poder decidir pela manutenção, ou não, desta ou daquela manifestação cultural.

Refletindo sobre o assunto podemos notar que “A educação é como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade. Ela ajuda a pensar os tipos de homens” (BRANDÃO, 2003, p. 11). Além disso, a cultura ajuda a criá-los, através do passar de uns para os outros o saber que os constitui de geração em geração. E a educação participa do processo de produção de crenças e idéias, de qualificações e especialidades que envolvem trocas de símbolos, bens e poderes que, em conjunto, constroem tipos de sociedades. E esta é a sua força.

O trabalho está estruturado no primeiro momento com o referencial teórico sobre os conceitos de patrimônio cultural e o desenvolvimento das leis de proteção do mesmo. Observando a legislação vigente, percebe-se que Porto Nacional pode perfeitamente ser inserida nas Leis de proteção do patrimônio histórico haja visto que já está sendo feito um estudo de levantamento e registro de todo patrimônio da cidade para possível tombamento. O estudo está sendo realizado pela Fundação Cultural do Estado orientado pelo IPHAN. Acredita-se que a cidade pode ser beneficiada por estas Leis e assim o seu patrimônio cultural será protegido.

No segundo momento fazemos uma contextualização do Patrimônio Histórico de Porto Nacional³ da última década do século XVIII até os dias atuais como objeto de reflexão cultural. Em decorrência da importância de Porto Nacional para toda a região desde quando era o norte de Goiás, estamos propondo este projeto, para que não percamos a nossa história.

Em seguida o projeto de Educação Patrimonial propõe uma parceria com a rede municipal e estadual na formação continuada para os professores do ensino fundamental e médio. Proporcionando lhes conhecimento cultural para que recolham informações na tentativa de construir conhecimento a partir da realidade, para que o projeto alcance a escola e a comunidade, a fim de que sejam conscientizadores quanto à preservação, valorização, fortalecimento e reconstrução de uma identidade local.

Quanto à educação patrimonial, trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. Isso significa tomar os objetos e expressões do Patrimônio Cultural como ponto de partida para a atividade pedagógica, observando-os, questionando-os e explorando todos os seus aspectos, que podem ser traduzidos em conceitos e conhecimentos.

É relevante ressaltar que acreditamos construir neste projeto determinados valores como uma primeira tentativa de proporcionar um processo ativo de conhecimento, debate, reconhecimento, valorização, apropriação e preservação do patrimônio cultural pelas comunidades, unindo educação e patrimônio, áreas que estão desconectadas para conectá-las a uma realidade educativa estimulando a identidade local.

³ Verificar o anexo II

4. OBJETIVO

4.1. Objetivo Geral

Proporcionar a formação de profissionais Portuenses na área da educação, para que sejam multiplicadores, visando a preservação e valorização do patrimônio cultural, tendo o projeto de educação patrimonial, como objetivo principal, despertar o seu significado e a sua conservação compreendendo as relações de passado e presente, e as mudanças ocorridas nos modos de vida das pessoas que neles viveram, contribuindo assim para a valorização local.

4.2. Objetivos Específicos

Desenvolver um processo ativo de conhecimento, debate, reconhecimento, valorização, apropriação e preservação do patrimônio cultural pelas comunidades.

Conscientizar os professores multiplicadores, para promover a conscientização dos alunos e da comunidade da necessidade de re-conhecer o Centro Histórico de Porto Nacional.

Viabilizar aos professores multiplicadores o conhecimento específico sobre Educação Patrimonial, através de módulos como formação continuada.

Demonstrar e refletir sobre a interdisciplinaridade, observando e analisando a Educação Patrimonial como tema da Pluralidade cultural podendo ser trabalhada transversalmente.

Estimular a apropriação e o uso, pela comunidade, do Patrimônio Cultural de que ela é responsável.

Propor parcerias, inclusive com a Secretaria de Educação do Estado, Fundação Cultural e com o órgão representativo na Regional de Porto Nacional, para que viabilizem o programa de educação patrimonial no Ensino Médio, para a formação dos professores multiplicadores.

Produzir guias Básicos de Educação Patrimonial juntamente com os professores multiplicadores para as unidades educacionais da Rede Municipal e Estadual de Ensino de Porto Nacional.

Promover a produção de novos conhecimentos às comunidades e instituições envolvidas sobre a dinâmica cultural e seus resultados: ações de identificação, proteção e valorização do Patrimônio cultural.

Explorar, por meio de visitas pelos professores multiplicadores, o centro histórico de Porto Nacional, observando e re-conhecendo assuntos que extrapolam os limites do currículo

escolar para estimular os alunos a desenvolver o espírito crítico, a formular hipóteses e propor soluções, preparando-os para o exercício da cidadania.

Formar equipe para realizar exposições itinerantes sobre o patrimônio cultural portuense elaboradas pelos professores multiplicadores, e em outros momentos pelos alunos dos professores multiplicadores em parques, praças, mostras pedagógicas, e no museu⁴ após sua implantação.

Propor visitas às ruínas de Pontal para possíveis descobertas do que faziam seus habitantes e de onde vieram os antepassados, contribuindo assim para a compreensão do processo histórico.

Elaborar materiais didáticos e ilustrativos a respeito do patrimônio cultural.

⁴ Observar Anexo III

5. O PATRIMÔNIO CULTURAL COMO PROBLEMA

5.1. Aspectos Conceituais

Patrimônio está entre as palavras que usamos com mais frequência no dia a dia. GONÇALVES coloca que:

falamos dos patrimônios econômico e financeiro e dos imobiliários; referimos ao patrimônio econômico e financeiro de uma empresa de um país(...) de uma família, de um indivíduo, usamos também a noção de “patrimônio cultural, arquitetônico, histórico, artístico, etnográfico, ecológico, genético entre outros. Parece não haver limite para o processo de qualificação dessa palavra (GONÇALVES, 2003, p. 21).

Verificou-se a valorização do patrimônio cultural como um fator de memória das sociedades.

O conjunto histórico das cidades e cada uma de suas casas, de suas ruas, de seus monumentos, bem como os museus e seus acervos, são testemunhos da vida em outras épocas. São pontos de referência para a compreensão da história administrativa política, econômica e social, assim como das manifestações religiosas e culturais que marcaram a vida cotidiana das comunidades do passado, podem ser conhecidas através do seu patrimônio cultural. Hoje entendemos que, além de servir ao conhecimento do passado, os remanescentes materiais de cultura são testemunhos de experiências vividas, coletiva ou individualmente, e permitem aos homens lembrar e ampliar o sentimento de pertencer a um mesmo espaço, de partilhar uma mesma cultura e desenvolver a percepção de um conjunto de elementos comuns, que fornecem o sentido de grupo e compõem a identidade coletiva.

O termo patrimônio foi inspirado pela idéia de “posse coletiva”, com a qual Fonseca designava “o conjunto de bens de valor cultural que passaram a ser propriedade da nação, ou seja, do conjunto de todos os cidadãos” (1994, p. 49).

Os ideólogos da “nacionalidade” ou da “etnicidade” dedicam especial atenção ao problema do patrimônio cultural. O conhecimento e a valorização dos bens culturais contribuem com o despertar da cidadania e com a noção de que expressam a história e a tradição local e regional, por isso acredito que o patrimônio aguça o sentimento de pertencimento. Por vezes o homem procura enfatizar a construção do seu lugar através de marcos e monumentos, que comunicam melhor com os seus, com os de fora e com gerações futuras, do mesmo modo, no seu lugar, o homem reconhece, artefatos que dizem alguma coisa das gerações antepassadas, ou, melhor dizendo alguma coisa de si mesmo, fomentando uma autoconsciência do ser em construção que ele é. Acreditamos que toda comunidade é síntese única da realização de lugares e pessoas podendo ser compreendida nas formas mais ou menos intensas de representação de sua singularidade.

O acesso às informações sobre os bens culturais revela como as pessoas encontravam soluções para sua sobrevivência diária, como progrediam e transformavam a realidade de seu tempo. Esse conhecimento próximo da trajetória humana permite compreender que todos nós, gerações do passado e do presente, somos agentes do mesmo processo histórico e que estamos dotados, por isso mesmo, da capacidade de projetar o futuro.

Vivemos em uma sociedade de avanços tecnológicos, de facilidade de comunicação, e de deslocamento de pessoas, de integração econômica, política e cultural, em que a globalização tornou-se algo comum em nossas vidas. O ambiente de nosso dia a dia está cada vez mais padronizado. É por isso que as diferenças e as diversidades culturais encontram espaço na sociedade do século XXI.

Estamos redescobrimo o local em contra posição ao global, as manifestações culturais, às tradições e às peculiaridades. Estamos (re) aprendendo a olhar para o patrimônio como bem que representa identidade e que exterioriza o valor de uma cultura, de algo que pode ser a expressão de uma conjuntura histórica, a leitura de uma concepção social ou a manifestação de uma tradição. É justamente na exaltação do novo, na busca frenética da adequação às tendências que reside à preocupação com o patrimônio, ou seja, a valorização de bens que representam referenciais culturais ou naturais que simbolizam a diferença e a diversidade, diante de um mundo em que parâmetros globais são referenciais de vida. O patrimônio pode ser definido como bem cultural tangível ou intangível, que desperta o sentimento de valor e identidade, que expressa a própria cultura. “Uma compreensão exata do conceito de cultura significa a compreensão da própria natureza humana, tema perene da incansável reflexão humana”. (LARAIA, 2003, p. 63)

Até a metade do século XIX não havia no mundo, ou seja, no Direito Internacional tratado ou convenções internacionais que disciplinassem de forma universal a proteção dos bens culturais.

Em Haia nos anos de 1899 e 1907 foram realizadas as conferências com o propósito de estabelecer regras universais de conduta dos Estados em período de guerra.

As conferências objetivavam humanizar a guerra, através da proteção da população civil e da propriedade privada. Neste sentido, foram aprovadas várias convenções reguladoras das condutas dos Estados, que não poderiam adotar certos armamentos, a exemplo das balas que

achatam e dilatam facilmente no corpo humano, assim como não poderiam atacar hospitais e locais que abrigassem bens culturais⁵.

Entretanto, as disposições relativas à proteção dos bens culturais destas convenções estavam voltadas para a proteção da saúde mental das pessoas e não necessariamente para proteção do valor intrínseco do bem e só eram empregadas em tempo de guerra. As iniciativas internacionais para a proteção dos bens culturais em tempo de paz começaram a partir da criação da Liga das Nações, instituída em 1919. No direito comparado, no final do século XIX, a maioria dos Estados ricos em bens culturais - Grécia, Turquia, Tunísia, Egito, Itália e México - começaram, a estabelecer leis que disciplinavam a proteção dos bens culturais, inclusive, com a imposição do tombamento daqueles pertencentes à iniciativa privada.

No âmbito internacional existe uma coleção de documentos denominada Cartas Patrimoniais que são o resultado dos encontros relativos à preservação e à valorização do patrimônio cultural. Esses encontros ocorreram em diversas épocas e partes do mundo. Embora não seja foco privilegiado a análise destes documentos, quero enfatizar que ao longo do tempo, cronologicamente falando, ao fazer uma leitura deles, observa-se uma gradativa evolução de pensamento preservacionista. A princípio a preocupação consistiu na proteção de monumentos e o seu entorno (Carta de Atenas, 1931; Carta de Veneza, 1964). Posteriormente a proteção é estendida aos conjuntos arquitetônicos (Carta de Nairóbi, 1976). Além da proteção do meio ambiente (Declaração de Estocolmo, 1972; Convenção sobre a salvaguarda do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, 1972; Declaração de Niróbi, 1982; Carta do Rio, 1992). Mais recente observa – se nos documentos a preocupação com a cultura popular, o patrimônio imaterial e os valores e referências locais, além das universais (Conferência Geral da UNESCO, Paris, 1989) (IPHAN, 2000).

No Brasil, as primeiras idéias de proteção ao patrimônio histórico-arquitetônico surgiram em 1910, pois as constituições de 1824 e 1891 - que eram a Lei maior do país - foram omissas quanto à proteção dos bens culturais. Em 1904 a política dos governadores possibilitou uma estabilização relativa do regime republicano e, a partir de então os esforços da elite política estiveram voltados para forjar um Estado Nação capaz de sintonizar o país com as exigências da expansão internacional do capitalismo, o que, entre outros aspectos implicou a reformulação da idéia de nação e identidades brasileiras, equilibrando-as entre o cosmopolitismo e as tradições construídas em séculos de vivência rural.

⁵ O art.27, do anexo da “convenção Relativa às Leis e Usos da Guerra Terrestre de 1907”. Cf. JOTE, Kifle. **Internacional Legal Protection of Cultural Heritage**. 1ed.Estolcomo:Jurist for Lagest, 1994.

Construir uma nova imagem de nação integrá-la, reconhecer seu território, impôs missões como as de Rondon e a valorização do ensino de História, cujo conteúdo era considerado de grande poder formador, disciplinador e cívico. Impôs também a valorização de outras vertentes simbólicas, tais como as edificações que, vistas como documentos da história, ganharam a importância de representações do passado Nacional. Acreditava-se ser preciso salvá-las não apenas por estarem ameaçadas pelo “vandalismo” da população e por reformas urbanas promovidas por decisão de administradores e profissionais dos urbanismos - entre os quais podem ser incluídos os sanitaristas – “cujo pensamento era impregnado pela idéia de progresso e modernização, mas também porque eram importantes para a composição de um quadro de referências do que nos pertencia e compusesse a imagem do Brasil”.(RODRIGUES, 1998, p. 87)

Em várias cidades as intervenções reformadoras foram realizadas como no Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Salvador que independente de suas extensões, justificativas e alcances, procuravam apagar o cenário colonial substituindo por outro, de acordo com a modernidade da época. Isto porque o país passava por uma crise política e de identidade. Outros fatores contribuíram para trazer à tona preocupações com a preservação da cultura brasileira; entre eles, o crescimento do nacionalismo, a ampliação das cidades e a valorização da arte sacra colonial no mercado internacional.

Na década de 1920, os intelectuais modernistas como Mário de Andrade, tomando forma por meio de pesquisas etnográficas e da literatura mostraram sua preocupação em valorizar o que era brasileiro. Expressavam-se, também, nos projetos dos arquitetos, como Lúcio Costa, que participaram do movimento neocolonial, voltado para a busca da valorização da herança portuguesa e colonial para a composição de uma arquitetura “autenticamente nacional”. E ainda por projetos de lei de criação de órgãos de proteção ao patrimônio apresentados ao legislativo federal e pela criação, de Inspetorias Estaduais de Monumentos nacionais, cuja atuação se limitou ao inventário de bens locais.

A Constituição de 1934 serviu de base jurídica para a aprovação de leis ordinárias relativas à proteção dos bens culturais e a 1937 proporcionou a mesma base jurídica para a aprovação de leis ordinárias, estendendo também aos municípios a responsabilidade pela proteção dos bens culturais, denominando-os de “monumentos históricos, artísticos”, assim como a proteção dos bens naturais: as paisagens ou “os locais particularmente dotados pela natureza”. É nesse contexto que foi criada a condição favorável à elaboração do projeto de Mário de Andrade e posteriormente o Decreto-Lei nº 25/37.

Esse Decreto foi assinado no governo de Getúlio Vargas que teve como base o projeto de Mário de Andrade, mentor intelectual que criou assim o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) que em 1936, por recomendação do ministro da educação e cultura Gustavo Capanema elabora o anteprojeto criando assim o primeiro órgão federal dedicado a preservação o qual começa a funcionar em caráter provisório, sob a direção do Carismático Rodrigo Melo Franco de Andrade.

O Decreto-Lei 25 de 30/11/1937 é o instrumento legal mais conhecido de preservação que dispõe sobre o tombamento de bens culturais. Porém, outros instrumentos legais existem, tais como: A Lei 3924, de 26 de julho de 1961 que dispõe sobre a preservação de monumentos arqueológicos e pré-históricos. A Lei 4845, de 19 de novembro de 1965 que proíbe a saída, para o exterior, de obras de artes e ofícios produzidos no país, até o fim do período monárquico. E mais recentemente o Decreto 3551, de 04 de agosto de 2000 que institui o Registro de Bens Culturais de natureza imaterial e dá outras providências⁶ (IPHAN, 2003). Este decreto é resultado da política patrimonial da década de 30 pensadas pelo intelectual Mário de Andrade.

A afirmação da identidade cultural pressupõe semelhanças consigo mesmo e com o grupo, e sua construção/reconstrução depende da interação com os outros e do reconhecimento e da aceitação da diferença, daquilo que é oposto, diverso. Assim a identidade pressupõe tanto a igualdade quanto à alteridade.

As transformações do mundo pós-moderno modificam constantemente o cenário cultural e, conseqüentemente interferem naqueles elementos constitutivos da identidade dos indivíduos e grupos. Por isso a cultura é a fonte de informação e valor na qual se encontra imerso o indivíduo. A cultura e o patrimônio são fontes de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo.

O patrimônio histórico perpassa diversos setores da sociedade, trazendo ao debate seu papel na contemporaneidade. O conjunto do patrimônio histórico engloba todos os bens

⁶ Em 1946 o SPHAN passa a denominar-se Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN). Em 1967 Rodrigo Melo de Franco de Andrade se aposenta, entregando a direção do DPHAN a Renato Soeiro. Em 1970 o DPHAN se transforma em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Em 1979 há uma fusão do antigo Instituto com o centro Nacional de Referência Cultural Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e a Fundação Nacional Pró-Memória (Pró-Memória) sob a direção de Aloísio Magalhães. Em 1990 o então presidente da Nação Fernando Collor de Mello realiza a “desorganização” da área cultural, que extingue SPHAN e cria o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). (Fonseca, 1997, Magalhães, 1997).

culturais que possuem representatividade para a história e a identidade da sociedade, quer seja por sua exemplaridade, quer por sua singularidade.

O conceito de patrimônio histórico tem evoluído ao longo do tempo e a busca de identidade do homem urbano em meio à avalanche de informações dos mais variados setores e dos mais variados matizes decorrentes do processo de mundialização da cultura e “facilitados” pelo avanço da tecnologia, que proporciona o acesso à informação em tempo real, pela difusão quase que simultânea à ocorrência dos fatos, tem tirado do homem moderno o sentido de pertença.

O patrimônio cultural ancorado pela força da sua identidade e como trincheira contra a globalização é responsável pela descaracterização e faz surgir os movimentos pela preservação de patrimônio. Manifestações de natureza material e imaterial constituem importantes referências culturais e relacionam-se à identidade, à maneira e à ação dos grupos sociais.

É o reforço desses ideais ligados à ética e à valorização da própria história que apontam para o conceito ampliado de herança histórica. A compreensão contemporânea do patrimônio deixou de se ater, apenas, às qualidades estéticas do bem em si, ampliando-se ao cotidiano da vida, no exercício da cultura e no desenvolvimento sócio-econômico das comunidades.

Como vimos das Leis de proteção do patrimônio histórico cultural, podemos destacar a cidade de Porto Nacional por estar sob a proteção dessas Leis, uma vez que todo o seu patrimônio está dentro das características de proteção e preservação. Verifica-se, pois, que conhecer os valores de uma sociedade é conhecer sua cultura; e conhecer cultura é conceber como éramos, como somos, o que passamos até aqui, o que enfrentamos, o que defendemos, o que fizemos e porque aceitamos, ou não, viver o que se vive, sendo certo que a partir da compreensão histórica de nosso estado atual, podemos modificar o nosso quadro social futuro.

O trabalho está estruturado no primeiro momento com o referencial teórico sobre os conceitos de patrimônio cultural e o desenvolvimento das Leis de proteção do mesmo. Observando a legislação vigente, percebe-se que Porto Nacional pode perfeitamente ser inserida nas Leis de proteção do patrimônio histórico haja visto que já está sendo feito um estudo de levantamento e registro de todo patrimônio da cidade para possível tombamento. O estudo está sendo realizado pela Fundação Cultural do Estado, orientada pelo IPHAN. Acredita-se que a cidade pode ser beneficiada por estas Leis e assim o seu patrimônio cultural será protegido.

No momento seguinte fazemos uma contextualização do patrimônio cultural como objeto de reflexão em Porto Nacional.

5.2. Contextualizando o Patrimônio Histórico Cultural de Porto Nacional

Porto Nacional, denominado portal da Amazônia, teve o seu desenvolvimento nos sertões do Brasil Central pelos caminhos da exploração dos minerais e da agropecuária extensiva. O povoado de Porto Nacional nasceu na última década do século XVIII e início do século XIX. Um Português chamado Félix Camoa construiu seu casebre num plano elevado com medo dos “gentios” (GODINHO, 1988, p. 10; PARENTE, 1999, p. 49), em caso de ataque ele se refugiava em uma das ilhas do Rio Tocantins que ficava em frente. Ele começou a explorar a atividade de transportar os passageiros entre as duas margens do Tocantins. Uns buscando as ricas minas de ouro do arraial de Nossa Senhora do Carmo e outros, a importância do movimentado arraial Bom Jesus do Pontal, que por determinação de Sua Alteza, mantinha em suas terras o temido “Presídio Matança”. (RODRIGES, 2003, p. 13)

Não tardou para que a idéia de Camoa fosse utilizada também por outras pessoas que a aproveitaram e também comercializaram a travessia dos chegantes. Logo ali se estabeleceram outras famílias, que se dedicaram à lavoura em decorrência das terras férteis. Segundo Brasiliense (1945) os moradores do arraial de Bom Jesus do Pontal sofreram ataque dos índios Xavante⁷ (1805), acontecendo um massacre, refugiando então o resto da população na margem direita do Rio Tocantins no porto de Félix Camoa. As razões para os antigos moradores de pontal preferirem este lugar são assim explicadas:

Entre uma localidade arrasada (sic), (Pontal) e outra em decadência (Carmo), estava à terra ingênua (Porto Real). Estava decidido a fincar no Porto Real. Bonito Lugar para se começar uma cidade. Construiria ranchos ao lado da choça do passador. (BRASILIANSE, 1954, p.172)

O antropólogo, Giralдин em seu livro “A (Trans) Formação Histórica do Tocantins” recomenda mais pesquisas sobre o massacre dos moradores de Pontal e o surgimento de Porto Nacional:

... é certo que esses relatos sobre a origem de Porto Nacional, devido ao ataque de índios a Pontal, foram tomando consistência pela tradição oral, mais há ainda pontos obscuros, que necessitam de estudos mais aprofundados, até sobre o que realmente ocorreu em Pontal, para assim poder lançar luz sobre a origem de Porto Nacional. (GIRALDIN, 2002, p. 241)

⁷ Citado no livro organizado pelo Giralдин, Odair, 2002, p.240.

Assim, inúmeros casebres começaram a desenhar um pequeno aglomerado humano, abrigando ali agricultores, pescadores, trabalhadores preparados para o transporte de cargas em direção aos dois arraiais, e mineradores, muitos mineradores; na busca diuturna das mais espetaculares pepitas de ouro⁸ já encontradas em toda região. “Esta riqueza brotava em abundância das entranhas das terras portuenses e carmelitanas, irradiando luz, brilho e muita luminosidade, feito pedras de fogo”. (RODRIGUES, 2003, p.14)



Figura 1: Algumas residências na rua do recantão

Não se sabe exatamente o ano da fundação da cidade, só se sabe que no início do século XIX ela já era citada como núcleo urbano e se chamava Porto Real, era um núcleo de certa importância graças a influência da aquavia do Tocantins e sua privilegiada localização entre Monte do Carmo e Bom Jesus do Pontal, dois ricos povoados.

Em Silva e Souza (1967, p.60), encontramos os seguintes dados estatísticos do julgado de Porto Real para o ano de 1812 quando a população era:

⁸ Ver no Livro Roteiro do Tocantins “... outro dia um camarada vinha da fazenda a cavalo e viu brilhar no chão uma coisa, apeou, e aqui está, uma pepita de ouro de 30 gramas”. Rodrigues, 2001, p. 121.

Julgado do Porto Real tem de habitantes brancos casados 18, solteiros³²; pretos casados 25, solteiros 170; pardos casados 50, solteiros 182; brancas casadas 19, solteiras 12; pretas casadas 30, solteiras 240; pardas casadas 26, solteiras 255; escravos 655 e escravas 219.

Os primeiros moradores voltaram-se logo para a navegação no Rio Tocantins, iniciaram as longas viagens anuais subindo e descendo de bote. Foi um entre os fatores que contribuíram para o desenvolvimento do povoado. A navegação era o único meio de comunicação existente na região devido a ausência de estradas e aeroportos.

Interessante observar como os rios Tocantins e Araguaia influenciaram e contribuíram no destino do norte da capitania. Através da foz do Tocantins os expedicionários franceses hábeis e inteligentes adentraram pelo rio procurando agradar os índios, com os quais iniciaram desde logo intenso comércio e uma relação de afetividade, como cita Silva:

O historiador Almeida Prado confirma o fato e relato do fidalgo picardo La Planque, que, chegando à confluência do Tocantins com o Araguaia, “destacou-se um preposto para explorá-lo, tendo subido La Planque pelo Tocantins”, ali permanecendo misturado às nações indígenas, porque “quando La Planque quis voltar a São Luís do Maranhão, depois de uma jornada de nove meses, soube da rendição de seu forte aos lusos⁹ Teve de se refugiar entre os índios amigos, no Tocantins, onde permaneceu por treze anos”, certamente nascendo aí os primeiros tocaninenses com sangue francês. (SILVA, 1996, p.28)

Fica evidenciado que cabe aos franceses a honra de haver descoberto o Rio Tocantins pela foz. Quase ao mesmo tempo os bandeirantes entraram ao sul, pelas nascentes do Tocantins no sentido contrário dos franceses, iniciaram a navegação fluvial no préa de índios para trabalhar nas lavouras paulistas de café, sempre rumo ao norte até por volta de 1618.

Os dois rios (Araguaia e Tocantins) por longo tempo foram às únicas vias de acesso e escoamento do Norte Goiano. Embora conhecidos e navegados nos dois sentidos desde o começo do século XVII, somente mais tarde, o Tocantins e o seu principal afluente foram trafegados com fins comerciais.

Não há dúvida de que o principal e grande entrave à navegação dos dois rios foi sua própria formação física, isto é, as cachoeiras, os tropeções, as corredeiras e, em certos lugares, a falta de profundidade, principalmente no período da seca. A navegação desses rios não era fácil, somente homens conhecedores de suas armadilhas arriscavam-se, pois era comparável, em perigo, às viagens em alto mar.

⁹ - Com a expulsão dos Franceses da ilha de São Luís, em 1615, acontecia no ano seguinte a fundação de Belém do Pará, a 12 de janeiro de 1616. Com essa façanha dos Portugueses, o Brasil atingia o extremo setentrional da linha de Tordesilhas, defendia a entrada dos rios Amazonas e Tocantins contra a cobiça dos inimigos de Portugal e aparelhava, enfim, o ponto de partida para a ocupação da imensa Bacia Amazônica. (Cândido Mendes, in Memória para a história do extinto Estado do Maranhão).

Santo publicou uma entrevista onde o professor Teixeira Neto avaliou a importância econômica do Rio Tocantins para o norte goiano assim:

...O Araguaia é um rio de planície, não tem leito definido, a cada ano haveria de se estudar o canal de navegação. Isso representa dinheiro, representam custos, levantamentos topográficos e trabalho de engenharia para desviar de cachoeiras, corredeiras e tudo. E o Tocantins, um rio mais antigo, mais encaixado, não era um rio assim que divagava romanticamente como divaga o Araguaia. O charme do Araguaia é justamente isso: indefinição de leito que o cada ano faz aparecer lugares inesperados, praias belíssimas. O Tocantins não... Se puder fincar bandeira ali naquela paria durante séculos ela permanece naquele lugar. É o rio mais obediente, porque é o mais antigo e por atravessar uma região de planaltos bastante erudito, encaixado, isso já constitui num canal mais favorável pra navegação com corredeiras e cachoeiras. Mas [i]s, porém, já se sabia que era ali na próxima cheia, aquela dificuldade estaria [ali], enquanto que, o Araguaia, era uma incógnita. (Goiânia, 3/12/1999) (SANTO, 2003, p. 29, em entrevista)

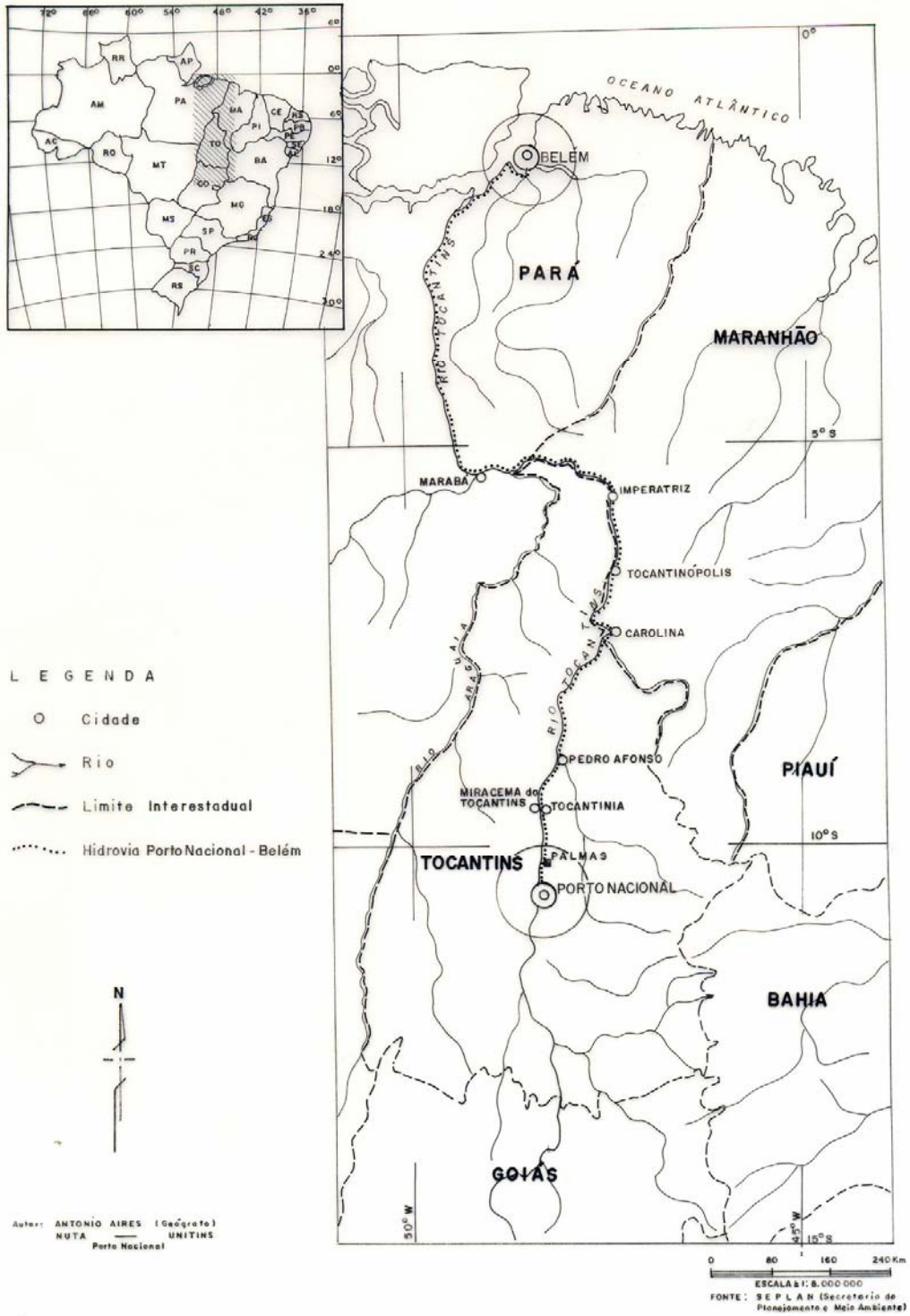
Sabe-se que antes de aberta oficialmente à navegação do Tocantins, proibida pelo regime colonial, o Governador de Goiás Capitão General D. Luís de Vasconcelos mandou em 1773, uma expedição ao Pará que teve de voltar pelo Maranhão porque o Governo do Pará teve escrúpulos de fazer regressão pelo rio. Em 1782 estava aberta a navegação do Tocantins.

Em 1847, comerciantes foram convocados a formar uma sociedade mercantil para explorar o comércio fluvial. Após analisarem, concluíram que o Rio Araguaia e o sul da capitania não estavam preparados para desenvolver este tipo de empreendimento, e que os recursos econômicos da sociedade eram poucos para prover a carência de barcos do sul. Desta forma, “o ponto inicial da viagem foi a vila de Porto Imperial, na rota do Tocantins, onde não só havia equipamentos, tripulação, víveres e produtos exportáveis, como devido à aproximação da seca, urgia a partida” (Doles, 1973, p.61). Daí se conclui que Porto Nacional foi o local que maior importância alcançou na navegação da região norte, e sempre esteve preparada para tal empreendimento.

Apresentaremos a partida de um bote saindo de Porto Nacional para Belém do Pará¹⁰, para ter uma compreensão melhor de como era essa viagem. Baseamos principalmente nas obras de Audrin (1946) e de Francisco Ayres (1972), que retratam particularidades da dificuldade e importância dessas viagens.

¹⁰ Observar Mapa “B” na folha seguinte.

MAPA DE LOCALIZAÇÃO HIDROVIA PORTO NACIONAL - BELÉM



Mapa B: Hidrovia Porto Nacional-Belém

Quando os comerciantes organizavam a saída de botes para Belém era motivo de grande movimentação na cidade, gerava um clima de alegria e tristeza ao mesmo tempo. Os imensos botes ou batelões eram:

Toscas embarcações de alguns metros de comprimento, por 4 ou 5 de largura, calando pouco menos de metro. Compõe-se o bote de duas casas, sendo uma à popa e outra à proa, esta maior que aquela, separadas por um pequeno espaço de pouco mais de metro, forrado com tábuas, chamado tombadilho.

À proa, o bote tem uns outros espaços forrados, chamados forro de proa. As duas casas são ordinariamente cobertas à palha, servindo tal cobertura durante o espaço de um ano. A casa ou compartimento de frente, tendo uns encaibramentos muito resistentes, depois do que recebe ripas curvas e longas, servindo-se de madeira, taboca e caranã, paxibas, e amarram-nas a cipó. Esse conjunto dá às casas resistência especial, de modo a poder receber muito peso em cima das casas e dentro, a poderem-se armar redes sem o menor prejuízo. O compartimento de frente chamado de proa ou paiol, é maior quase o dobro, da casa de trás, a popa, e é aí que se acumulam ou são conduzidas todas as mercadorias grosseiras, como sal ferramentas, gêneros chamados de estiva, bem assim todo o reduzido serventário da população, tanto mais crescida em número quanto maiores, os botes. A outra casa, a popa recebe os gêneros mais nobres, como fazendas, etc.; bem assim os objetos mais nobres de alimentação: café, bolos e objetos de uso diário do patrão, piloto, papeiros e passageiros. (SILVA, 1972, p. 17)

Conta-se que os botes saíam carregados e com uma tripulação que variava de acordo com o tamanho, o maior deles possuía vinte e quatro remeiros. A viagem era muito perigosa devido às cachoeiras e funis que teriam de atravessar, além de ser uma viagem prolongada levando até oito meses para concluí-la.

Segundo a tradição oral de Porto Nacional a despedida dos remeiros era saudosa, eles afogavam suas mágoas em repetidas doses de cachaças. Na hora do embarque estavam todos espalhados pelas ruas e botecos da cidade, todos embriagados sem qualquer movimento de decisão em relação à hora da partida. A estratégia empregada de tempos imemoriais para reunir em poucos instantes era o seguinte: a bandeira vermelha do Divino Espírito Santo percorria, ao som dos tambores, todos os recantos da cidade. Vendo-a, os barqueiros que não queriam privar-se da proteção do Santo, no decurso da perigosa jornada, precipitavam-se atrás da imagem sagrada, ou se faziam carregar junto dela. O cortejo barulhento e às vezes com muita choradeira chegava à margem do rio, a bandeira entrava logo no barco e era apresentada aos tripulantes, que a beijavam com frenética devoção. E enquanto estava ocupado, o patrão dava sinal, os “proeiros” soltavam a embarcação e com suas “zingas” ou varejões empurravam-na para o largo. Destarte os pobres barqueiros ficavam impossibilitados de prolongar suas despedidas e retardar o início da viagem. “A simples presença da imagem do divino valia, portanto mais do que as ordens do patrão, mais do que os esforços e ameaças da polícia”. (AUDRIN, 1946, p. 228)

Até hoje está presente na memória coletiva do portuense a saída dos botes que era acompanhada pela banda de música que tocava misturando com o som dos tambores dando um ar alegre de despedida, mas ao mesmo tempo o choro dos familiares acenando adeus aos barqueiros dava um tom muito triste. Os barqueiros sabiam que poderiam não voltar, eles estavam com a alma cheia de angústia, porém orgulhosos de seus postos, em cadência ritmada de seus vigorosos remos, impulsionavam as casas flutuantes, orientadas, de início em rumo contrário, descrevendo imponente semicírculo à altura do porto da escadinha.

O barco no largo do rio em frente à população que aplaudia os tripulantes dando adeus e desejando boa viagem acenando com as mãos, com lenços brancos ou chapéus e os tripulantes levantavam-se todos, respondiam-se com um brado, a ovação da praia, e a um sinal de comando, depunham os remos sincronizadamente, espanejavam a grandes alturas, alvos lençóis de água. Ninguém arredava o pé enquanto o bote não passasse o Arquipélago do Rebojo (lugar perigoso) e desaparecesse na curva do rio. Agora é aguardar o retorno daqui há seis ou oito meses.

Com o declínio da extração do ouro, Carmo e Pontal entraram em decadência, ao passo que o serviço de navegação fluvial, já tornava Porto Real de Pontal de franca prosperidade, a ponto de ser então elevada sede Cabeça de julgado em detrimento de Carmo que perdia aquela regalia. Nesse momento cresceu o grande movimento da navegação do Tocantins proporcionadora do ativo comércio com a Belém do Pará. Foram os principais fatores da promoção do arraial.

Em seu livro Durval Godinho diz que “redigido o ofício de 04 de dezembro de 1808, em que o Governo de Goiás solicita promoção de militar e estabelecimento do primeiro Agente do Correio em Porto Real. O capitão - Mor das Ordenanças da Comarca José Manuel da Silva Oliveira será finalmente encarregado de receber as correspondências das Secretarias de Estado que dirigem ao Pará pela Nova Estrada, que mandei abrir ficando responsável pelo bom êxito desta comunicação”. (GODINHO, 1988, p. 49)

O correio era um cargo arrematado por um particular, que se encarregava de efetuar o serviço. Nesta época era de fundamental importância esse trabalho por não haver estradas, nem telégrafos, sem navegação a vapor, era de suma importância para a região.

Os periódicos sempre trouxeram alguma coisa sobre o mau funcionamento do estafeta. “Assim, os problemas mais comuns citados pelos periódicos eram quanto à irregularidade - uma correspondência, da capital Goyas, à cidade de Porto Nacional, demorava até três meses” (GIRALDIN, 2002, p. 251). Outros problemas eram o extravio, a violação e o roubo de

mercadorias ou correspondências. Sem falar do estrago de mercadorias correspondências vindas para as escolas públicas.

Podemos notar que a falta de fiscalização do órgão público pelo arrematador do serviço de postagem, deixando que esse fizesse a seu modo, sem se preocupar com a qualidade do serviço, era outro problema.

Em 1810, quando o historiador holandês Burchell e mais tarde, em 1817, quando o viajante Francês, médico, mineralogista e botânico Johann Emmanuel Pohl, passaram quatro e seis meses, respectivamente, no arraial de Porto Real, relata que “causa incômodo aos habitantes terem de pagar essa bela vista com o trabalho que dá a condução da água essa altura. O número de casas sobe a umas trinta, mas poucas são cobertas de telhas, sendo a maioria coberta de palha de palmeira. Aqui mora um comandante. Tem de promover também a ligação do correio, pelo rio maranhão, até o Pará. Dez soldados formam a guarnição.” (POHL, 1976, p. 228). Onde no futuro poderia existir uma cidade majestosa. Escreveu Burchell, “As ruelas que acompanham a deságua do rio impressionam pela suavidade que vigiam o tempo, que inserem vida no povoado com gente esperançosa de um futuro rico e admirado”. (JORNAL PARALELO 13, 01 de maio de 2004). Conhecendo a história pelas centenárias ruas de Porto Nacional.



Figura 2: Primeiras ruas de Porto Nacional

Segundo Azevedo, a cidade de Porto Nacional, contava com uma população de 1.200 habitantes, repartidos em 327 casas. “As ruas são direitas, largas, arejadas. A cidade domina a 50 metros de altura o majestoso rio Tocantins que lhe oferece o mais esplêndido panorama”. (AZEVEDO, 1910, p. 187).

E hoje, essas mesmas ruas, retratadas e descritas por Azevedo, Burchell e por Pohl, quase 150 anos depois, continuam a impressionar e a observar a história a correr nos trilhos do tempo, incluindo os poetas da terra como Pedro Terra, abrigando milhares de pessoas nos seus casarios, sombreados e avarandados, pintados de lutas, tudo saído das mãos e dos corações de homens que souberam como ninguém erguer o futuro dessa comunidade, que hoje tem força na agroindústria e é centro universitário.

A comunicação entre uma cidade e outra era feita através do estafeta (pessoa que levava a correspondência), era um trabalho árduo como afirma Rodrigues que “um escravo no tempo do império seria mais bem tratado”, pois o estafeta tinha que fazer 250 km a pé, de Cavalcante a Palma (hoje Paranã), e o mesmo percurso de volta por apenas 25\$000 réis. Tinha como defesa, apenas uma faquinha, e como alimento um bernal com rapadura e carne desfiada.

Água beberia em qualquer ribeirão, agasalho e rede para dormir, não possuíam. (RODRIGES, 1978, p. 45)

Em 1840, Porto Imperial teve somente uma escola funcionando, mas só para o sexo masculino tendo como seu primeiro professor José Gomes da Silva. Vinte e quatro anos mais tarde foi criada a escola para as meninas (1864), sob a direção da prof^a Maria da Visitação Vieira de Barros, que foi substituída no ano seguinte por Tereza Ayres da Silva.

Na última década do século XIX, foi introduzido o ensino secundário pela “lei nº. 107 de 15-6-1896, com instalação das aulas de Português e Francês ministrado pelo Juiz de Direito, Dr. André Lourenço Rodrigues, natural da cidade vizinha de Natividade”. (GODINHO, 1988, p.75).

Com a morte do juiz assume sua esposa, Dona Maria Bentzen Rodrigues. Nessa mesma época retorna do Rio de Janeiro o recém formado médico, Dr. Francisco Ayres da Silva, que concluiu seus estudos na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, que por nomeação assume a cátedra, regendo-a até 1904, quando passa o cargo ao Revmo. Frei Rosário Melizan que dirigiu até 1907, ocasião em que foi transferido para o Convento de Uberaba, sendo substituído pelo prof^o Benedito Gonçalves Guedes.

Naquela época só existiam três estabelecimentos de ensino secundário: o liceu da capital e as escolas de Porto Nacional e Palma, hoje Paranã. Mas em 1909 o governo estadual extingue a escola secundarista transferindo-as para Taguatinga, Jataí e Pirenópolis, medida muito criticada pela imprensa. A população portuense não sofreu nenhum dano, pois Frei Aleixo fundou um idêntico educandário nesse mesmo ano. Mais tarde por volta de 1914, o governo restabelece as escolas secundaristas sob a direção de frei Domingos Nicollet e frei Rosário Melizan este retornado do Convento de Uberaba.

Piagem coloca o seguinte: “em 1904, a pedido dos Padres Dominicanos junto às Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils, na França, chegam a Porto Nacional as Irmãs Maria Inês, André, Maria Fernanda e Maria Rafael” (PIAGEM, 2000, p.73). Vieram auxiliar seus irmãos do Convento Santa Rosa de Lima, na instrução e na evangelização. As freiras moraram mais de ano numa casa cedida pelo Coronel Frederico Ferreira Lemos; “interessante observar que 27 casas pertenciam a um único proprietário, o Cel. Frederico Ferreira Lemos” (OLIVEIRA, 1997, p.19). No prazo de dois anos, pelo esforço dos padres dominicanos e do povo de Porto ficou pronta a edificação da obra do amplo Colégio da Rua Cel. Pinheiro mais conhecido por rua do cabaçaco. Aos 15 de setembro do mesmo ano foi inaugurada em instalação provisória, uma escola pública com 70 alunos e o Colégio das Irmãs

com 19 alunas, com regime de internato feminino e externato misto. O Colégio desenvolveu muito rapidamente surgindo necessidade de buscar um espaço maior para abrigar a demanda da cidade e de seus arredores. Mudando para o novo colégio em maio de 1906.



Figura 3: Primeira sede do Colégio Sagrada Coração de Jesus (Hoje em reforma)

A chegada das freiras dominicanas é um marco na educação para o sexo feminino de Porto e suas cidades vizinhas. Mesmo após terem criado a escola para as meninas na cidade, persistia o problema, pois num raio bem distante não existiam escolas. As meninas que moravam fora da cidade e em cidades circunvizinhas continuavam sem ter acesso aos estudos. Com a fundação do internato é que foi resolvido o problema.

O Colégio Sagrado Coração de Jesus¹¹ continuava sendo muito procurado. Famílias de todos os lugares do Estado de Goiás e de outros estados vizinhos queriam oferecer aos seus filhos uma boa educação e sabiam que as Irmãs Dominicanas tinham uma formação francesa e que dedicavam à catequese e se ocupavam em “ministrar, além das matérias obrigatórias do

¹¹ verificar o anexo IV

currículo, as exigidas por uma formação mais humana mais completa das crianças e dos jovens”. (PIAGEM, 2000, p.74)

Em 1920, considerando o ritmo de crescimento e o alto nível de atuação pedagógica e educacional do colégio foi solicitada e reconhecida pelo decreto 301 de 18-07-1907, a sua equiparação à Escola Normal do Rio de Janeiro, dando condições para que dessa data até 1965, fossem formados ótimos professores.

Para a juventude masculina, Frei Gil Gomes Leitão abriu uma Escola Complementar à guisa de Ginásio para os alunos que terminavam a 4ª série. Esse período marcou muito a cultura de Porto Nacional inclusive para os índios, pois o bispo “criou junto às aldeias escolas para os meninos e, a suas custas, algumas mocinhas foram educadas pelas Irmãs do Porto” (AUDRIN, 1946, p. 216). Toda a juventude era beneficiada pela visão das Irmãs Dominicanas e dos Padres Dominicanos.

Os dominicanos especificamente o primeiro bispo de Porto, Dom Domingos Carrerot “ajudado por intervenções providenciais deu início à obra tão importante da Fundação do Seminário São José” (AUDRIN, 1946, p. 208), pouco tempo depois de sua instalação foi acolhido um menino das melhores famílias, com o desejo de ser sacerdote. O seminário São José abriga até hoje vários seminaristas.



Figura 4: Seminário São Jose

Giraldin, em seu livro relata que, “pelos depoimentos de ex-alunas do internato, verifica-se que não eram apenas as alunas cujos pais tinham boa situação financeira que eram aceitas no colégio. A escola tipo internato não era gratuita, mas havia facilidades na forma de pagamento. As freiras aceitavam quaisquer bens que fossem úteis no internato, como por exemplo, gêneros alimentícios”. (GIRALDIN, 2002, p. 271)

As Irmãs adquiriram na França um piano que aportou na cidade de Barreiras no Estado da Bahia, ponto terminal da navegação da bacia do São Francisco. Agora era necessário buscar este piano, pois não existiam carros e nem estradas, mas isso não era problema para Frei Reginaldo, que resolveu o problema do transporte do piano até Porto Nacional. O instrumento era dedicado às aulas de música.

Frei José Audrin, com sua banda de música a Lira de Santa Tereza, dava o tom, enquanto Frei Rosário Melisan, Frei Reginaldo Tournier, Frei Bertrando Ollieres e Frei Gil Gomes Leitão, educavam com muito carinho e responsabilidade, os rapazes das famílias de Porto Nacional e do norte do estado. Já era necessário pensar em outro lugar mais amplo para atender às necessidades sempre crescentes.

Dom Alano Du Noday, dominicano, o segundo bispo de Porto Nacional juntamente com as Irmãs Nely e Santa Face, idealizaram um novo Colégio, em local, na época, considerado afastado, mas logo cercado de muitas construções e ocupando posição central.

O projeto foi levado a diante e contou com a colaboração da comunidade e o eficiente atendimento da FAB (Força Aérea Brasileira) que, numa troca de serviços com as Irmãs que hospedavam e forneciam alimentação à tripulação, ofereciam os serviços de transporte de pessoas e do material para a construção do novo colégio. Um só colégio para toda a diocese.



Figura 5: Atual Colégio Sagrado Coração de Jesus

Em 1923, graças ao arrojo do Cel. Frederico Ferreira Lemos e do destemido piloto Rafael Fernandes Belle foi lançada a navegação a vapor, com a viagem inaugural da Lancha Mercês, primeiro barco não movido a braços humanos que sulcou as águas do Tocantins desde a cidade de Peixe até Belém do Pará.

Em 1929, o Dr. Francisco Ayres da Silva, médico e Deputado Federal, trouxe do Rio de Janeiro através de Minas Gerais e da Bahia, dois carros da marca Ford, um automóvel e um caminhão, dando assim uma arrancada inicial e um primeiro passo para introduzir nos sertões

goianos o transporte rodoviário, que só veio concretizar-se de verdade na década de 1940, ao ensejo das descobertas e exploração dos garimpos de cristal em Pium e Cristalândia.

Transcreveremos alguns trechos do diário de viagens do Dr. Francisco Ayres, para sentirmos quantas dificuldades tiveram para transportar os veículos pelo sertão sem estradas.

...Dia 11 de dezembro de 1928 – Terça-feira. Paramos, no entanto, no local para o pernoite, devido a esperar os bois que nos deverão conduzir, dora em diante, visto estar escassa nossa provisão de gasolina e Óleo.

Dia 21 sexta-feira Às dez e meia chega o caminhão com uma roda desprovida de pneu, devido a estourar todas as câmeras de ar já por demais escassas. O caminhão vem agora com uma das rodas embirada de corda e pano, até que possa consertar os pneus e câmeras de ar muito danificadas.

Dia 12 de janeiro de 1929-Sábado. Ao passar uma pequena grotta, o caminhão tem uma das câmeras de ar estourada e pouco adiante os raios de uma das rodas dianteiras partiram-se estilhaçados, somos, pois, forçados a mandar ao mato cortar uma tora de pau d'arco para com ele preparar a diable novos eixos ou raios para a roda. Às duas da tarde terminado o conserto dos raios da roda dianteira do caminhão, o operário que fez o serviço desejou que o mesmo ficasse constatado no tronco de uma árvore, satisfazemo-lhe o desejo, ali inscrevemos dez dizeres relativos aos incidentes e honrosos à sua perícia de marceneiro de ocasião. (SILVA, 1972, p. 123,129 e141)

Em 1931, nasceu a companhia aérea Pan American Airways. A febre da velocidade já agia nos centros aeronáuticos, como conseqüência das necessidades comerciais internacionais.

Premida pela necessidade de diminuir o tempo gasto por suas aeronaves, entre Miami e Buenos Aires, e não dispoendo de material aéreo mais veloz, foi levada a procurar uma rota aérea que encurtasse o caminho. Sendo designado para isso o “Sr. Felix Blotner e o Oficial aviador, fiscal do Governo Lysias Rodrigues”. (RODRIGUES, 2001, p. 21)

O Correio Aéreo Militar já estava iniciando a extensão de sua rota aérea Rio-São Paulo até a capital de Goiás. “Nada mais natural que procurassem fazer para a Aviação Militar a exploração terrestre de umas rotas aéreas, que seria o natural prolongamento da que estava sendo posta em tráfego, enquanto o representante da Panair trabalhava pela sua companhia”. (RODRIGUES, 2001, p.22)

Terminada a exploração terrestre da Rota do Tocantins, procuraram manter contato contínuo com os prefeitos das localidades onde haviam localizado os aeroportos municipais, estimulando-os a prepararem-se, prometendo-lhes ir ali de avião militar, logo que ficassem prontos os campos de pouso (RODRIGUES, 2001, p. 225). Muito embora estivessem certos de que, muitos deles, senão a maioria, não oferecia condições ideais ao pouso e decolagem. Contavam, entretanto, com treinamento ótimo nas diversas rotas do Correio Aéreo Militar e longos anos de experiência aeronáutica, julgando capaz de realizar esse vôo com sucesso, malgrados as dificuldades.

Foram feitos acordos com a Panair, para a concessão da “gasolina e óleo”, que a mesma dispunha na rota a explorar. “O mecânico convidado foi o Sargento Soriano Bastos, jovem competente, entusiasta, que prontamente, quando convidado, aceitou, com dedicação e confiança”. (RODRIGUES, 2001, p. 225 e 226)

Tudo pronto autorizado pelo Diretor da Aviação Militar General Coelho Neto autorizou o avião Waco CSO-C-27, o melhor que se prestava a esse vôo de exploração. Tinham em mãos os mapas que foram confeccionados por eles durante a exploração terrestre e quatro outros diversos da região central do país, por descargo de consciência, pois, muito divergia um do outro, e todos entre si.

Rodrigues coloca assim: “posteriormente soubemos que houve quem dissesse: Pobre Lysias! Tão moço e vai para não voltar mais. Talvez, preocupações de amizade!” (RODRIGUES, 2001, p. 226). Por sorte, tudo transcorreu conforme o planejamento estava desbravada mais uma rota aérea para o Brasil, sem dúvida alguma de muito futuro!

A imprensa comentou esse vôo e os benefícios dele decorrentes. No entanto, a linha regular do Correio Aéreo Militar, por essa rota, só começou dois anos depois. Hoje temos várias empresas prestando serviços aéreos a toda comunidade Tocantinense. Embora Porto Nacional tenha perdido para Palmas, após a criação do Estado do Tocantins, a base de apoio da aviação. Ficando o aeroporto de Porto Nacional para uma escolinha de aviação.

Segundo o autor de Reminiscências Sociais Antonio Luiz Maya, “em 1935, por iniciativa do Major Brigadeiro Eduardo Gomes, foi instalada e inaugurada a rota aérea do Rio de Janeiro a Belém do Pará do CAN-Correio Aéreo Nacional, um autêntico fator de integração e consolidação nacional, ligando as duas Capitais às comunidades sertanejas do interior do Brasil. As cidades principais, banhadas pelo Rio Tocantins, (sediavam campos de pouso e decolagem dos aviões)”.

O norte de Goiás sempre sofreu medidas que freavam o seu desenvolvimento enquanto durou a melhor fase do ouro. Quando do descobrimento das primeiras lavras do sul da capitania, a Coroa restringiu o escoamento do ouro a um único caminho. Com o surgimento das minas do norte, foi proibida a navegação fluvial, eliminando-se, portanto, a maneira mais fácil e econômica da região atingir outros mercados consumidores, pelos rios Tocantins e Araguaia: os portos marítimos das capitanias do norte da colônia.

À medida que a extração do ouro nos povoados vizinhos entrava em decadência, Porto ganhava importância como celeiro da região por várias razões: por estar entre dois ricos arraiais, por sua posição e privilegiada localização à beira do rio Tocantins cujas águas com

certeza foi a força e a velocidade que proporcionou a pujança e um desenvolvimento palpável, pela “fertilidade das terras ribeirinhas, próprias para a lavoura e pastoreio e graças ainda à nascente indústria de construção de embarcações para escoamento de ouro e produtos nativos bem como para importações das mercadorias necessárias à região” (GODINHO, 1988, p. 17), por possuir uma via de comunicação com outros centros comerciais, como o Pará, numa época em que não havia estradas na região, pelo estabelecimento da ordem dominicana que desenvolve a cultura por todo norte de Goiás, pela passividade da cidade em relação as cidades vizinhas como Boa Vista do Padre João (Tocantinópolis), Duro (Dianópolis), Pedro Afonso e Peixe.

Os registros históricos narram que buscando maior difusão do saber em 1946 o bispo Dom Alano insiste junto ao interventor de Goiás pela transformação da Escola Normal Santo Tomás de Aquino em Ginásio Estadual. Dom Alano coloca o Palácio Episcopal devidamente mobiliado para sediar o educandário. Face tão obstinada atitude do bispo, não restou alternativa a S. Exa Interventor instalar o Ginásio Portuense. Esta é a origem do Atual Centro de Ensino Médio Profº Florêncio Aires.

Infelizmente foi sendo desativada paulatinamente a via aquática, que cedeu lugar à rodovia nos meados dos anos 50 e início dos 60, com a construção da BR-153, a Rodovia da Integração Nacional Belém-Brasília. Apesar de ser mais barato o transporte de mercadorias por via aquática, a rapidez do transporte rodoviário, bem mais caro, tomou o lugar daquele e até suprimiu por completo a partir de Porto Nacional. E com a construção da ponte sobre o Tocantins em 1977, até as canoas que faziam a passagem foram aposentadas. Uma ou outra que apareceu no rio era para fazer o transporte para a praia de Porto Real, que teve o trágico fim da primeira, com a construção da usina do Lageado.

No final do século XIX e no decorrer do século XX, a idéia de se criar o Tocantins, estado ou território, esteve inserida no contexto das discussões apresentadas em torno da redivisão territorial do país, no plano nacional. Mas, a concretização desta idéia só veio com a constituição de 1988 que criou o Estado do Tocantins pelo desmembramento do Estado de Goiás.

A idéia da divisão das terras do sertão Goiano já existia desde o tempo em que o Brasil pertencia a Portugal. Estas terras eram muito extensas, e a divisão facilitaria sua administração.

No Império, insatisfeitos com a cobrança de impostos, os nortenses deram início ao Movimento Separatista do Norte¹², que não deu resultado.

Durante 180 anos, várias tentativas foram feitas, mas sem resultado. Mesmo assim, o ideal da divisão do Estado de Goiás permaneceu e o povo nortense, hoje tocantinense, não desistiu.

Um dos argumentos para a criação de um novo estado era o tamanho da área do Estado de Goiás: a distância entre o norte e a capital provocava o isolamento do norte pela escassez de Estradas e de meios de comunicação.

Outra questão era a arrecadação de impostos cujos benefícios concentravam-se no sul, não favorecendo o desenvolvimento da parte norte do estado a partir do Paralelo 13. [...] está evidente que as dificuldades por que passava a região Norte provinham do desgoverno em que se encontrava, posto que as ações administrativas objetivavam enviar todos os recursos para o centro-sul e, mais lastimável ainda, utilizando os meios financeiros provenientes de impostos arrecadados no norte. (CAVALCANTE, 2003, p. 54)

Com a construção de Brasília no Governo de Juscelino Kubistcheck vigorava no país as políticas do desenvolvimentismo e da integração nacional. A viabilidade de projetos como a BR-153 e a construção de Brasília destacou Goiás no cenário nacional, com a consolidação da expansão capitalista no centro-sul. O norte na prática, não sentiu os efeitos desse surto na década de 50, visto que, a Br-153 só foi asfaltada a partir de 1965. O norte só progrediu a partir do asfalto da Br-153 que passou a contar com estradas asfaltadas, linhas regulares de ônibus, telégrafos, telefone, companhias áreas operando regularmente e boas escolas.

O sonho dos Tocantinenses várias vezes foi adiado, mas em 1987, as lideranças souberam aproveitar o momento oportuno para mobilizar a população em torno de um projeto de existência quase que secular pelo qual lutaram muitas gerações: a autonomia política do norte goiano já batizado “Tocantins”.

A Comissão de Estudos do Norte Goiano¹³ (CONORTE) apresentou à Assembléia Constituinte uma Emenda Popular com cerca de 80 mil assinaturas como reforço à proposta de criação do estado. Foi criada a União Tocantinense, organização suprapartidária com o

¹² Ver Maria do Espírito Santo, O Discurso Autonomista do Tocantins. 2003.

¹³ -Fundação da Comissão de Estudos do Norte Goiano criado em 1981 em Brasília, foi de fundamental importância dentro desse contexto. Sustentada por lideranças políticas e intelectuais radicadas em Goiânia e Brasília. Tinha como objetivo conscientizar a população das potencialidades econômicas do norte goiano, do descaso governamental e da necessidade de se organizar politicamente para a defesa dos interesses da região. (Apostila do Tocantins, retirado do site oficial do Governo do Estado em 29/11/2004, p. 35).

objetivo de conscientização política em toda a região norte para lutar pelo Tocantins também através de Emenda Popular. Com objetivo similar, nasceu o Comitê Pró-Criação do Estado do Tocantins que conquistou importantes adesões para a causa separatista. “O povo nortense quer o Estado do Tocantins. E o povo é o juiz supremo. Não há como contestá-lo”, reconhecia o Governo de Goiás na época, Henrique Santilo. (SILVA, 1997, p. 237)

Em junho, o deputado Siqueira Campos, relator da Subcomissão dos Estados da Assembléia Nacional Constituinte, redige e entrega ao presidente desta Assembléia, o deputado Ulisses Guimarães, a fusão de emendas criando o Estado do Tocantins que foi votada e aprovada no mesmo dia.

Pelo artigo 13 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, em 05 de outubro de 1988, nascia o Estado do Tocantins. O desejo da criação do novo estado, o estado do Tocantins, foi concretizado graças ao esforço de vários políticos da região e o seu povo.

A eleição dos primeiros representantes tocantinenses foi realizada em 15 de novembro de 1988, pelo Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, junto com as eleições dos prefeitos municipais. Além do Governador e seu vice, foram escolhidos os Senadores e Deputados Federais e Estaduais.

Juntamente com a criação do Estado do Tocantins vem uma polêmica, a disputa das três maiores cidades para ser a capital. Araguaína, Gurupi e Porto Nacional as três na disputa, mas sempre fazia o seguinte comentário: se “existir uma que possa oferecer, rápida e eficiente, condições de governabilidade do Estado, a custo baixo (sem construções porque de Brasília basta uma no país, será esta a que receberá o desígnio de “capital lógica” e o apoio indiscriminado da grande maioria dos Tocantinenses”. (PARALELO 13, 1989, p. 04)

Gurupi se manifestou através da Associação Comercial e Industrial pelo seu presidente Ângelo Agnolin, ao ser entrevistado pelo Jornal Paralelo 13 onde foi comentado pelo jornalista que na campanha das três cidades para ser a capital surgiu o comentário das deficiências estruturais de cada uma. No caso de Gurupi o presidente da Associação coloca que: “a única que tem condições rápidas para absorver de 200 a 300 mil migrantes, sem alterar a estrutura urbana é Gurupi”. (PARALELO 13, 1989, p. 06)

Em meio a essa disputa mais uma vez os Portuenses uniram suas forças e marcharam para Brasília fazendo um lobby. Porto Nacional queria a capital, mas se não fosse possível defendia a capital na margem direita do Tocantins por ser uma região menos favorecida pelo

desenvolvimento. Porto Nacional tanto pressionou que conseguiu levar a capital para Miracema do Tocantins. Assim noticiou o Paralelo 13:

A primeira Capital do Estado do Tocantins em uma região localizada era um sonho de 90% da população. Mas a sua escolha só aconteceu graças a mobilização popular comandada pelo prefeito eleito de Porto Nacional, Vicente Alves de Oliveira (PDT), que levou à Brasília centenas de pessoas, lideranças políticas, empresariais e muito poder de pressão sobre o Presidente José Sarney, os ministros e o Governador eleito do Tocantins, Siqueira Campos (PDC). Ora acompanhado em frente ao Palácio do Planalto, ora no Congresso Nacional, reuniões intermináveis, longas noites, dias e mais dias de espera para, no final comemorar ‘a capital do Tocantins é Miracema do Norte, uma cidade pequena, porém centralizada e há 112 quilômetros de Porto Nacional. A força econômica de Araguaína estava derrotada’. (PARALELO 13, 1989, p. 10)

Os dias que antecederam a escolha foram muito tumultuados, pois “os habitantes da margem direita do Tocantins, tradicionalmente desassistidos, não viam, com razão, com bons olhos a escolha de uma capital distante, pois permaneceriam no mesmo abandono, submetidos aos caprichos dos políticos”. (PÓVOA, 1999, p. 103)

A cidade de Miracema do Norte, hoje Miracema do Tocantins, foi escolhida para ser a sede da capital provisória do estado. Sua população foi surpreendida e vibrou muito, pois nunca foi mencionado o seu nome em nenhum momento para ser a capital e nem participou da disputa com as outras cidades. Sua instalação ocorreu em uma solenidade no dia 1º de janeiro de 1989, com a posse do primeiro governador eleito pelo povo, José Wilson de Siqueira Campos. Miracema ficou sendo capital até dezembro de 1989.

A idéia de construir uma cidade para ser sede da capital, originou-se em decorrência das complicações encontradas pelo primeiro governador, Siqueira Campos, em determinar uma cidade existente como Capital. Era o caso de Araguaína, Gurupi ou Porto Nacional.

Assim, “surgiu Palmas, situada à margem direita do rio Tocantins, entre as serras do Carmo e Lageado, delimitada pelos meridianos 47º e 49º de longitude oeste de Greenwich e os paralelos 9º e 11º de latitude sul. Construída após estudos que apontaram para uma região com exuberante beleza, além de ser rica em água, e também de fácil acesso”. (NASCIMENTO, 2004, p. 84)

No dia 1º de janeiro de 1990, a capital foi transferida para Palmas, capital definitiva do Estado do Tocantins.

Assim Porto Nacional tem passado por momentos de crise perdendo a capital para Palmas foi mais uma crise a ser superada, mas antes de superar esta vem à formação do lago do Lageado para a construção da hidrelétrica Luiz Magalhães.

A usina foi inaugurada em 05 de outubro de 2001. Ainda hoje é muito forte o imaginário dos moradores locais o sentimento de perda e saudade dos casarios que foram derrubados para a construção da avenida Beira Rio, das praias de Porto Real e Carreira Comprida, no rio Tocantins. Sobre atitudes de destruição de bens culturais, Gonçalves salienta que:

Aqueles que pensam o desenvolvimento brasileiro em termos exclusivamente econômico e tecnológicos negligenciam, segundo Aloísio, o uso da “cultura” como um dos “indicadores” das políticas de desenvolvimento. Essa atitude também contribuiria perigosamente para a intensificação do processo de “perda” da “identidade cultural”. (GONÇALVES, 1996, p. 103)

Por meio das entrevistas e conversas informais é notável que para os moradores que foram atingidos diretamente com o impacto da construção da avenida Beira Rio, os que perderam especialmente suas residências, o sentimento de perda e revolta é forte.

Observando as reflexões sobre Porto Nacional vimos a importância desse centro urbano para o desenvolvimento da região norte de Goiás, tanto econômico como cultural, até os dias atuais.

Percebe-se, pois, que o conhecimento e a apropriação pelas comunidades é um fator indispensável ao processo de preservação sustentável do patrimônio como um todo, vez que só conhecendo é que podemos, verdadeiramente, compreender o significado do que se analisa e é apenas pela compreensão que surge a valorização.

Diante de tão rica história, estamos propondo e acreditando neste projeto de educação patrimonial na certeza de estarmos contribuindo quanto à preservação e valorização do patrimônio histórico cultural e fortalecendo a auto-estima dos moradores da cidade.

5.3. Porque um projeto de educação patrimonial em Porto Nacional?

Porto Nacional tem sobrevivido a várias crises no decorrer de sua existência. Percebe-se, nos últimos anos, que a população tem vivido um conflito devido à construção da Hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães, no município de Lageado o que ocasionou vários impactos ao patrimônio cultural da cidade com a formação do lago e a construção da Av. Beira Rio em Porto Nacional. Decorrente disso, a comunidade está envolvida com questões a respeito do patrimônio histórico cultural local.

Percebemos “vozes variadas” da cidade que de alguma forma revelavam uma “tensão latente na ordem cultural local” (TAMASO, 1998, p. 21), visível na supressão e

invisibilização, conservação ou revitalização de espaços e edificações urbanas localizadas no tempo e no espaço passado de Porto Nacional, ou seja, questões que deveriam ser observadas quanto à gestão da cultura local, como por exemplo, a destruição do coreto na praça defronte a Igreja Nossa Senhora das Mercês, importante conjunto arquitetônico de valor histórico cultural para a população.

A destruição do coreto provocou uma discussão¹⁴ na sociedade local em torno da preservação e valorização do patrimônio cultural. Nesse sentido, a Semana da Cultura realizada no centro histórico capitalizou a discussão sobre o patrimônio já que a mesma celebrada desde 1980, passa a ter a força da Lei Municipal nº 862, em 12/03/198. Realizada em maio, o Decreto nº 940 de 14/06/1983, alterou o período para a comemoração da Semana da Cultura que passa a ser realizada anualmente, na semana que antecede aos festejos comemorativos ao aniversário da cidade de Porto Nacional, ou seja, 13 de julho (Anexo I). Assim, a semana de cultura de Porto Nacional passa a ter o caráter de uma “tradição” na proposição de HOBBSAWN (1984).

O centro histórico, o coreto, o rio e a praia estão presentes na memória dos portuenses. Estes lugares são âncoras que foram construída ao longo do tempo e que significavam simbolicamente relações de afetividade e de convivência.

Eles são representados na memória dos residentes como um espaço de sociabilidade. Halbwachs (1990) elucida que os espaços são categorias essenciais para se compreender a identidade de um povo e que as imagens habituais do mundo exterior são inseparáveis do nosso eu, ou seja, as imagens espaciais desempenham um papel na memória coletiva. Diz o autor:

Nosso entorno material leva ao mesmo tempo a nossa marca e a dos outros. Nossa casa, nossos móveis e a maneira segundo a qual estão dispostos, os arranjos dos cômodos onde vivemos, lembram-nos nossa família e os amigos que víamos geralmente neste quadro. [...] Cada aspecto, cada detalhe desse lugar em si mesmo tem um sentido que é inteligível apenas para os membros do grupo. [...] Os acontecimentos excepcionais também têm lugar neste quadro espacial (HALBWACHS, 1990, p.131-133).

A memória segue, assim, o pivô central de nossa existência social, pois ela é a única maneira de fazer triunfar a vida sobre a morte, o espírito sobre o nada, estabelecendo a cadeia das gerações. Ela é tão mais ativa quanto menos precisa de recursos para lembrar-se. E ela é tão mais viva, quanto é menos carregada de memórias mortas. Tais reflexões me fizeram perceber, que vários dos lugares de memória (POLLAK 1989 - p. 3), citados nas falas -

¹⁴ Observar o Anexo V

quase sempre orbitavam em torno do Centro de Porto Nacional. Por outro lado, pensar o centro, ou seja, o ponto de origem físico-temporal da cidade em que vivo aproximadamente há trinta e um anos, já era algo que me instigava desde os primeiros momentos da pós-graduação. Então pensar no centro histórico da cidade seria ao mesmo tempo pensar em aspectos da minha própria identidade, dos meus consangüíneos e afins. Percebi que eu mesma estava no centro da discussão pois como afirma Horta, no “processo dinâmico de sociabilização em que se aprende a fazer parte de um grupo social, o indivíduo constrói a própria identidade. (HORTA, 1999, p. 7). Então, a (re)construção de identidade do homem urbano se torna imperiosa em meio à avalanche de informações dos mais variados setores e dos mais variados matizes decorrentes do processo de mundialização da cultura e “facilitadas” pelo avanço da tecnologia. É neste contexto que situa-se a construção do lago, as modificações da paisagem cultural da cidade e as várias vozes que eu registrava sobre o seu patrimônio, que me fizeram perceber que havia uma fusão entre o centro histórico e a cidade. Pude perceber, que mais do que uma referência física, espacial, histórica, o Centro de Porto Nacional, nas falas de quem nele viveu no passado e ainda vive hoje, é uma representação simbólica; o que conhecemos como Centro hoje, aparece nas memórias como a cidade de Porto Nacional. Assim, o centro histórico passou a ser metonímia de toda a cidade: um nítido processo de referência identitária (Cardoso de Oliveria, 1976).

A relação da noção de Patrimônio, ligada à ética e à valorização da própria história apontam para o conceito ampliado de herança histórica e cultural. A compreensão contemporânea do patrimônio deixou de se ater, apenas, às qualidades estéticas do bem em si, ampliando-se ao cotidiano da vida, no exercício da cultura e no desenvolvimento sócio-econômico das comunidades.

Um fato novo iria ser decisivo para um redirecionamento tanto do trabalho de campo em si, quanto para o trabalho como um todo. Esse fato novo foi no contexto de mudanças e transformações por que passa o patrimônio histórico de Porto Nacional, a Fundação Cultural do Estado do Tocantins, através de convênio firmado com IPHAN¹⁵ iniciou o trabalho de preservação com o intuito de inventariar e registrar os bens de natureza material e imaterial. Por ocasião da assinatura do convênio a superintendência da 14ª Regional do IPHAN, Salma Saddi, esteve no estado visitando algumas cidades históricas como Porto Nacional e foi entrevistada pelo Jornal do Tocantins, quando fez o seguinte comentário:

¹⁵ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Os olhos do IPHAN está voltado(sic) para o interior Tocantinense...No dia do patrimônio histórico, um presente: O rico acervo estadual deve ganhar maior espaço no Instituto, com a possibilidade de tombamento de Porto Nacional e Taguatinga...Hoje parte do meu trabalho está especialmente voltado para o Tocantins, sinto a urgência de realizar tombamento nas cidades históricas do Estado e de desenvolver sério trabalho de educação patrimonial... a gente tem que instruir rapidamente o processo de Porto Nacional”.(Jornal do Tocantins, editado em 17/08/2004).

No depoimento da 14ª Regional do IPHAN, fica claro que há uma preocupação e uma certa urgência em se instruir o processo de preservação e valorização de Porto Nacional, na tentativa de preservar o que ainda existe.

Assim, o Estado firma presença na complexa rede patrimonial que se instaura na cidade.

O Tombamento, uma das faces da preservação histórica e legal do país, se coloca em discussão nesse processo. Segundo Gonçalves (1996, p. 119), o tombamento “é o reconhecimento oficial da importância histórica e/ou cultural de um bem móvel e imóvel”. Assim o tombamento é um registro legal dos bens imateriais e materiais.

O processo de apropriação dos bens que compõem o patrimônio é longo e se desdobra desde a sua edificação e avaliação até o momento de seu tombamento e posterior exibição enquanto patrimônio. Ao longo desse processo metáforas visuais desempenham a função de transformar esses itens em bens culturais, objetos antigos, prédios ou espaços usados como propósitos, práticas cotidianas são transformadas em relíquias, monumentos e lugares históricos. Práticas sociais diversas são reescritas como costumes e tradições. Esses conjuntos de itens são objetivados como bens culturais, num processo simbólico, onde está pressuposta a visualidade como forma privilegiada de recepção. (GONÇALVES, 1996, p. 84-85)

Mas o tombamento traz consigo um campo minado, marcado pela dicotomia entre demolir e preservar, entre destruir e manter viva a memória das cidades entre o privado e o público.

Em Porto Nacional, se por um lado temos a destruição do coreto e de algumas casas centenárias no centro histórico, por outro lado está sendo restaurado o prédio do Caetanato que foi edificado pelos dominicanos há mais de 100 anos e onde por muito tempo funcionou o Colégio Sagrado Coração de Jesus. A iniciativa partiu da CONSAÚDE, Instituição detentora do imóvel, que busca envolver todos os seguimentos da sociedade no resgate da estrutura física da casa.

Uma vez diagnosticados esses campos de relações e de poderes simbólicos como quer Bordieu, entendemos que um projeto de educação patrimonial passa ter uma relevância primordial para a cidade, pois a educação patrimonial é um processo permanente e sistemático de ação pedagógica centrado na cidadania. Horta coloca que:

A educação patrimonial consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e seus produtos e manifestações, que despertem nos alunos o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida, pessoal e coletiva. (HORTA, 1999, p. 8)

O patrimônio, como o nome diz, é algo herdado de nossos pais e o Patrimônio Cultural pode ser considerado como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. Isto significa tomar as várias faces do Patrimônio Cultural (arqueologia, étnica, bens móveis e imóveis, jurídica, modos de fazer, saberes populares entre outros) como temas para as atividades pedagógicas, observando-os, questionando-os e explorando todos os seus aspectos, que podem ser traduzidos em conceitos e conhecimentos.

Tendo como base os estudos antropológicos sobre identidade, memória e preservação de todo patrimônio cultural, constatamos a necessidade de trabalhar com a educação patrimonial, tendo como objeto a formação continuada de professores, pois é como se fosse um instrumento de análise cultural, que possibilita ao indivíduo fazer a leitura crítica do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido.

Acreditando na Educação Patrimonial como resgate dessa auto-estima impactada pelo projeto da hidroelétrica, achamos necessário elaborar um projeto específico de Educação Patrimonial para possibilitar tanto a construção do conhecimento científico da população quanto a formação de uma identidade local. O sentimento de pertença, estimulado pela identidade local, proporcionará à população, a preservação e a valorização do patrimônio como identidade.

A Educação Patrimonial apresenta-se como uma possibilidade de construção de identidade, participação, democracia e cidadania. O projeto de educação patrimonial possibilita auxiliar na mudança de comportamento dos indivíduos e da coletividade em relação ao Patrimônio Cultural.

Podemos trabalhar transversalmente a Educação Patrimonial dentro do tema da Pluralidade Cultural nas disciplinas, ou seja, interdisciplinar como uma proposta de ensino voltada para as questões atinentes ao patrimônio cultural. Compreende desde a inclusão, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, de temáticas ou de conteúdos programáticos que versem sobre o conhecimento do patrimônio histórico, até a realização de cursos de aperfeiçoamento e extensão para os educadores e a comunidade em geral, a fim de lhes propiciar informações acerca do acervo cultural de forma a habilitá-los a despertar, nos educandos e na sociedade, o senso de preservação e conservação do patrimônio histórico e o conseqüente interesse pelo tema.

Diante desses fatos é que propomos um projeto de Educação Patrimonial como ponto de convergência para canalizar as reflexões sobre Porto Nacional, cidade histórica de grande

importância local, regional e nacional com fortes referências identitárias patrimoniais sobre a história cultural brasileira.

6. PROJETO

6.1. O que é o curso?

O curso é o resultado de nossa prática profissional na área da educação, em Porto Nacional, enriquecida pelo conhecimento adquirido durante o Curso de Mestrado Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural, da Universidade Católica de Goiás (UCG), na área de concentração de antropologia que tem como linha de atuação o patrimônio cultural brasileiro na perspectiva antropológica.

É um projeto interdisciplinar centrado na área de educação em parceria com a Prefeitura Municipal de Porto Nacional-To e Secretaria de Educação do Estado no seu órgão representante em Porto Nacional, Delegacia Regional de Ensino e Fundação Cultural, utilizando o patrimônio cultural local.

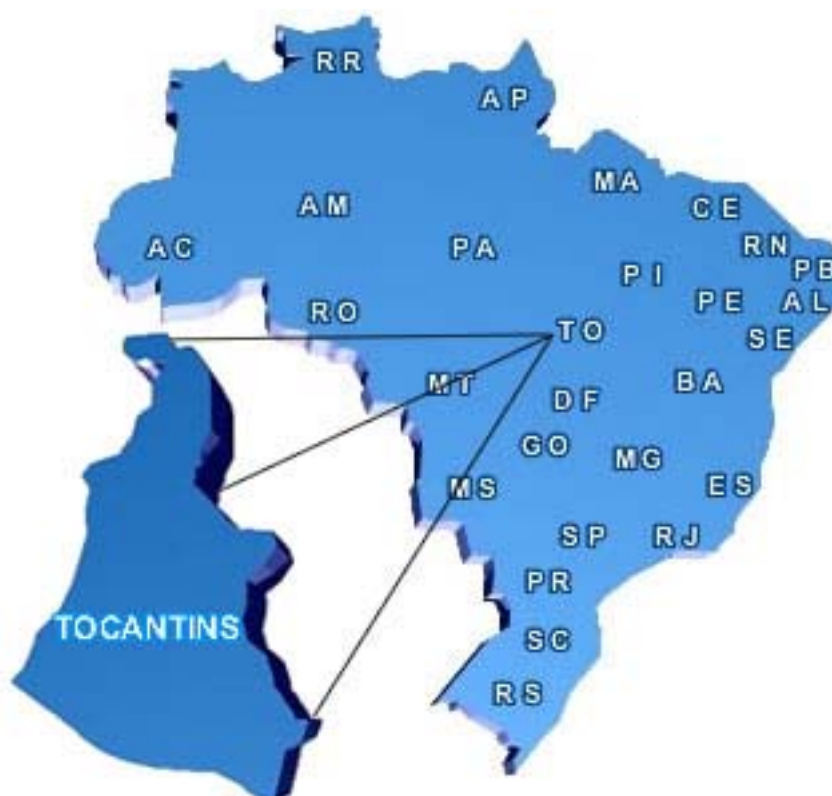


Figura 6: Localização do Estado do Tocantins

Proporcionando aos educadores multiplicadores a possibilidade de aprender sobre o patrimônio histórico, já que este permite um amplo campo de investigação, que desperta interesse tanto numa criança nos primeiros anos de aprendizagem, como no adolescente do ensino médio e nos adultos. Ao mesmo tempo que permite a exploração interdisciplinar, envolvendo os alunos em trabalho fora da sala de aula, possibilita uma melhor compreensão

da sua comunidade, por meio da história dos bairros, do meio ambiente, das construções arquitetônicas e dos problemas que afetarão as futuras gerações.

A educação patrimonial pode ser trabalhada transversalmente, pois é um tema que está inserido na pluralidade cultural, mas ainda é ausente ou pouco comum na atual agenda da educação básica brasileira. Isso também é resultado de uma conjuntura que impõe dificuldades, incluindo aí a preservação de prédios e espaços históricos, objetos diversos, paisagens naturais e outros elementos. Não se trata apenas de legislação específica e verbas (ou da sua ausência!), mas da consciência histórica que permite valorizar/preservar a cultura material e a memória da nossa sociedade e de outras que nos precederam em nível local, regional ou nacional.

O patrimônio cultural e o meio-ambiente histórico em que está inserido oferecem oportunidades de provocar nos alunos sentimentos de surpresa e curiosidade, levando-os a querer conhecer mais sobre eles. (HORTA, 1999, p. 8)

Isto significa tomar os objetos e expressões do Patrimônio Cultural como ponto de partida para a atividade pedagógica, observando-os, questionando-os e explorando todos os seus aspectos, que podem ser traduzidos em conceitos e conhecimentos.

Só após esta exploração direta dos fenômenos culturais, tomados como pistas ou indícios para a investigação, se recorrerá então às chamadas fontes secundárias, isto é, aos livros e textos que poderão ampliar esse conhecimento e aos dados observados e investigados diretamente. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.

O conhecimento crítico e a apropriação consciente por parte das comunidades e indivíduos do seu patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania.

O patrimônio, como o nome diz, é algo herdado de nossos pais e antepassados. Essa herança só passa a ser nossa, para ser usufruída, se nos apropriarmos dela, se a conhecermos e reconhecermos como algo que nos foi deixado, e que deveremos deixar como legado para nossos filhos, para as gerações que nos sucederão no tempo e na história. Um espólio que constitui as nossas riquezas culturais, individuais e coletivas, a nossa memória, o nosso

sentido de identidade, aquilo que nos distingue de outros povos e culturas, que é a nossa marca inconfundível, de pertencermos a uma cultura própria, e que nos aproxima de nossos irmãos e irmãs, herdeiros dessa múltipla e rica cultura brasileira.

Trabalhar educacionalmente com o patrimônio cultural não pode ser apenas uma tarefa de passagem de informações e discursos pré-fabricados, mas levar o educando ou o aprendiz, no processo de conhecimento, a identificar os “signos” e os significados atribuídos às coisas por uma determinada cultura; a mergulhar no universo de sentidos e correlações que elas oferecem à descoberta, a procurar entender a “Linguagem cultural” específica utilizada naquelas manifestações e, finalmente a envolver-se afetivamente com elas, através de vivências e experimentações, de modo a ser capaz de apropriar-se desses “signos” e “textos” culturais, incorporando-os ao sistema de sua “enciclopédia” mental. A Educação Patrimonial pode ser, como propõe Freire (passim), em seu método educacional, um instrumento-chave para a leitura do mundo e para a comunicação com o “Outro”.

É o que constitui para Freire a Educação. “A educação como prática da liberdade, ao contrário daquela que é prática da dominação, implica na negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim também na negação do mundo como uma realidade ausente dos homens (FREIRE, 1980, p. 81). A reflexão que se propõe, por ser autêntica, não é sobre este homem abstração nem sobre este mundo sem homem, mas sobre os homens em suas relações com o mundo. É interessante observar que, para ele, este processo ocorre nas relações que os seres humanos mantêm entre si e com o mundo. Relação que se diferencia do simples contato, que é próprio dos outros seres vivos, por serem conscientes e implicar em mútua transformação.

É na relação que se mantêm entre si e com o mundo que os seres humanos, sem deixar de serem sujeitos, vão se complementando e ajudando os outros a se complementarem. Igualmente na relação com o mundo eles se complementam e contribuem para transformar o mundo. Como diz Freire: “A educação, portanto, implica uma busca realizada por um sujeito que é o homem. O homem deve ser o sujeito de sua própria educação. Não pode ser o objeto dela. Por isso, ninguém educa ninguém”. (FREIRE, 1979, p. 28)

Nesta concepção, o conhecimento nasce da ação, interação do sujeito e o meio. É agindo que homens e mulheres se confrontam com a necessidade de aprender e constroem Conhecimento. Portanto, sendo próprio dos seres humanos agir no mundo, todas as pessoas têm Conhecimento. Ninguém é vazio dele. Embora seja verdade que as pessoas não conhecem de modo igual e que isto as torna diferentes umas das outras, esta diferença não justifica

nenhuma superioridade, já que sempre será possível conhecer mais e melhor qualquer objeto do Conhecimento.

Pensando no aluno e em seu desempenho somos levados a refletir sobre os aspectos relativos à formação do professor. Pensando nesta formação do professor é que surgiram os Parâmetros Curriculares Nacionais a partir da década de 80. O processo de abertura política possibilitou novas discussões em torno da realidade educacional brasileira, dando início a algumas reformulações nos sistemas de ensino.

Mas foi só nos anos 90 que se delinearam rumos mais definidos para provocar novas e consistentes mudanças: a participação do Brasil na conferência Mundial da Educação para Todos, na Tailândia e a assinatura da Declaração de Nova Délhi, o compromisso então assumido pelo Brasil e outras nações pode ser assim sintetizado: garantir a todos-crianças, jovens e adultos – educação básica de qualidade.

Esses compromissos internacionais, aliados a uma análise dos problemas da educação brasileira, levaram o governo a estabelecer o Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003), cujo objetivo principal era recuperar a qualidade do ensino, num processo de aprimoramento contínuo.

Uma das tarefas desse plano foi a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais, que atendem a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) e a Constituição Brasileira de 1988.

Os PCN foram elaborados a partir do estudo de propostas curriculares de Estados e Municípios, pesquisas e dados estatísticos sobre o ensino fundamental. No decorrer do processo, profissionais da área de educação, de diversos níveis e de várias localidades brasileiras, foram chamados a opinar e debater sobre o projeto do meio educacional brasileiro.

Existe uma idéia com a qual a maioria das pessoas concorda: é preciso melhorar a qualidade do ensino brasileiro. Foi com esse objetivo que tomaram como referencial o artigo 22 da LDB/96, que afirma que a educação deve assegurar a todos: “a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. (SAVIANI, 1997, p.169)

Para que uma sociedade seja democrática de fato, é preciso que se prepare crianças e jovens para a participação social, oferecendo-lhes o acesso aos conhecimentos que permitem exercer a cidadania. A mudança desse cenário passa obrigatoriamente pela mão do professor. Para que aconteça realmente esta cidadania é necessário que a exigência legal de formação

inicial para atuação no ensino fundamental seja cumprida, mas nem sempre isto acontece, em função das deficiências do sistema educacional.

No entanto, a má qualidade do ensino não se deve simplesmente à não-formação inicial de parte dos professores, resultando também da má qualificação da formação que tem sido ministrada. Este levantamento mostra a urgência de se atuar na formação inicial dos professores.

Além de uma formação inicial consistente, é preciso considerar um investimento educativo contínuo e sistemático para que o professor se desenvolva como profissional de educação. O conteúdo e a metodologia para essa formação precisam ser revistos para que haja possibilidade de melhoria do ensino. A formação não pode ser tratada como um acúmulo de cursos e técnicas, mas sim como um processo reflexivo e crítico sobre a prática educativa. Investir no desenvolvimento profissional dos professores é também investir em suas reais condições de trabalho. (BRASIL, 1998, p. 31)

Assim como a formação inicial deve assegurar o trabalho com conteúdos relacionados aos diferentes âmbitos do conhecimento profissional, de forma a promover continuamente o desenvolvimento de competências e habilidades que possibilitam uma atuação pautada não apenas na função docente, mas na condição de membro de uma equipe responsável pela formação do educando e membro de uma categoria profissional. É de igual importância que os professores em seu desenvolvimento profissional possam não só atualizar-se em relação às Leis da educação e acompanhar as políticas educacionais como também discutí-las em uma perspectiva crítica para se posicionar em relação a elas.

A atualização, o aprofundamento dos conhecimentos profissionais e o desenvolvimento da capacidade de reflexão sobre o trabalho educativo deverão ser promovidos a partir de processos de formação continuada que se realizarão na escola onde cada professor trabalha e em ações realizadas pelas Secretarias de Educação e outras instituições formadoras, envolvendo equipe de uma ou mais escolas.

Em face disso, a educação patrimonial é um processo permanente e sistemático centrado no Patrimônio Cultural, como instrumento de afirmação da cidadania. Mas nossa proposta é realmente de uma formação continuada dos professores multiplicadores, pois acreditamos que esse tema seja transversal, com isso perpassam todas as disciplinas da estrutura curricular. Nossa proposta de Ensino do Patrimônio Cultural tem como eixo o patrimônio cultural de Porto Nacional, para que percebam a necessidade de preservar e valorizar todo patrimônio cultural, pois o conhecimento crítico e a apropriação consciente pela comunidade do seu

patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania.

O projeto de educação patrimonial é capaz de determinar o comportamento do indivíduo e da coletividade em face ao patrimônio e às ações de preservação, provocando reações positivas ou gerando conflitos. Essa relação implica, necessariamente, no incremento significativo de ações que visem a promoção do patrimônio, para sua adequada apropriação por parte da sociedade portuense, co-gestora desses bens.

6.2. O porquê de sua realização?

A cidade, por se constituir nos centros mais dinâmicos de sociedades complexas, ela representa também espaços nos quais as contradições de sociedade se tornam mais evidentes. A cidade passa, assim, a se constituir em um contexto no qual se desenvolvem vários processos e fenômenos sociais.

Em decorrência da crise que Porto Nacional está vivenciando onde a população vive sentindo impactada pela perda dos lugares de referência, ocupada pelas mudanças ocorridas pela formação do lago no Rio Tocantins, na construção da Hidrelétrica de Lajeado, as modificações, num primeiro momento, foram vistas pela maioria da comunidade como caráter prático, posto que representavam a superação do atraso e as promessas de melhores condições de vida para a população. É uma idealização mesmo antes da separação de Goiás e Tocantins, pois a população sentia o atraso da região e sempre fazendo “A denúncia de que o Norte estava abandonado e esquecido, sendo explorado pelo sul”. (CAVALCANTE, 2003, p.51)



Figura 7: Atual avenida Beira Rio

A região norte de Goiás hoje Tocantins sentia-se abandonada e explorada pelos seus governantes e esse abandono representava atraso para a região como é bem colocado por CAVALCANTE, (2003, p. 54)

[...] a pobreza dessa região advinha do fato de ela não usufruir os mesmos benefícios – para que pudesse investir em transporte, justiça, educação e saúde – como o Sul do Estado, pois em termos de potencialidade dos recursos naturais, solo, subsolo, e animal (pastoril), o “Norte é [era] rico!” Faltava- lhe um governo sensível às suas necessidades.

Com tanto descaso foi surgindo um sentimento separatista que foi concretizado em 1988, com a criação do Estado do Tocantins.

Na vontade de superar o atraso da região durante todo o tempo pertencente ao governo de Goiás a população não pensou nas conseqüências desse desenvolvimento.

Depois de passada a euforia do efeito do discurso modernizador as pessoas se dão conta do efeito das mudanças ambientais e socioculturais em suas vidas. O que era claro para uma minoria crítica, agora, está se revelando para a maioria da população.(MESSIAS, 2004, p.113)

A comunidade portuense não conseguiu perceber antecipadamente a dimensão dos danos que a hidrelétrica iria fazer em suas vidas. Nem as ações coletivas do movimento de resistência à hidrelétrica no sentido de elucidar sobre as mudanças provocadas por esta

iniciativa foram suficientes para que o povo se alertasse. Desejosos do desenvolvimento, mas sem abrir mão do seu passado, das suas praias, das suas casas, dos seus quintais, das grandes árvores na beira do rio e do seu rio. Maior legado deixado pela natureza.

A afirmação dos entrevistados quanto aos efeitos dos projetos desenvolvimentistas provoca deslocamentos constantes e contínuos na dinâmica da população local inibindo ou impossibilitando os seus residentes ao enraizamento. Estas ações, como por exemplo, a hidrelétrica do Lageado, pode breçar e represar o curso dos rios, derrubar casas, destruir coretos, edificar avenidas, tornar submersas praias como a de Porto Real, Carreira Comprida, mas não conseguirão aniquilar a resistência da junção que liga as pessoas às coisas (paisagens, objetos) que as rodeiam.

“A memória é rebelde e ela re-afirma a nossa posição no mundo”, segundo A.BOSI (1990, p. 26). Mas os grupos resistirão. Por isso é que acredito que somente os portuenses podem superar e re-compor traços da sua vida passada, recompor signos que ancoravam o cotidiano daquele povo, como tantas outras vezes inclusive quando perdemos a Capital para Miracema. Segundo ECLÉA BOSI (1994, p.452)

mas a tristeza do indivíduo não muda o curso das coisas. Só a inteligência e o trabalho de um grupo podem reconquistar as coisas preciosas que se perderam, enquanto estas são reconquistáveis. Quando não há essa resistência coletiva os indivíduos se dispersam e são lançadas longe, as raízes partidas.

Nesse momento, a memória enquanto aparelho de posse de informações é o suporte principal para recomposição da identidade. É o acionador, está conservado nos compartimentos das lembranças dos portuenses.

Acreditando na superação e re-composição dos traços da vida passada é que portuenses estão buscando esta superação através de pesquisas levantando novos olhares históricos tanto na arqueologia das ruínas do Pontal, cidade que deu origem a Porto Nacional, como sugestão de uma Educação Patrimonial, como também na criação e implantação do Museu de Porto Nacional dando maior visibilidade e recuperando traços da história dos nossos antepassados, inclusive foi criada a Fundação Municipal Museu Histórico¹⁶ de Porto Nacional em 08 de dezembro de 2000 faltando apenas a sua instalação. Mais dois espaços para serem explorados dentro da Educação Patrimonial pela comunidade.

As modificações provocadas pela hidrelétrica interferiram na dinâmica da cidade fazendo intensas alterações naquilo que levou dezenas de anos para se enraizar na vida da

¹⁶ Observar o anexo III

comunidade, que simbolicamente era o elo que unia as famílias portuenses com as histórias dos antepassados, e com aquilo que marcava a identidade cotidiana.

Acreditando na Educação Patrimonial como resgate dessa auto-estima impactada pelo projeto da hidroelétrica achamos necessário elaborar um projeto específico de Educação Patrimonial, para conscientizar a população da necessidade de preservar e valorizar como também possibilitar a construção do conhecimento científico sobre patrimônio cultural aos professores multiplicadores despertando na população a formação de uma identidade local. O sentimento de pertença, estimulado pela identidade local, proporcionará à população, a preservação e a valorização do patrimônio como identidade.

A Educação Patrimonial apresenta-se como uma possibilidade de construção de identidade, participação, democracia e cidadania. O projeto de educação patrimonial possibilita auxiliar na mudança de comportamento dos indivíduos e da coletividade em relação ao Patrimônio Cultural.

Acreditamos que no momento em que a população sentir que esse patrimônio cultural lhe pertence, o seu comportamento provavelmente vai mudar, pois estaremos criando, ao mesmo tempo, uma parceria consciente e estimulando a noção de cidadania na preservação da memória cultural de Porto Nacional.

Considera-se a Educação Patrimonial como instrumento de desenvolvimento individual e coletivo e de diálogo entre a sociedade e os órgãos responsáveis pela identificação, proteção e promoção do Patrimônio Cultural. Desta forma propicia a troca dos conhecimentos acumulados sobre estes bens pela comunidade e pelos órgãos e instituições, como o IPHAN, museus, centro de pesquisas, universidades, Escolas Estaduais e Municipais, etc.

O conhecimento e a apropriação pelas comunidades são fatores indispensáveis ao processo de preservação sustentável do Patrimônio Cultural. Este processo de valorização e de troca possibilita a geração e produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de enriquecimento individual, coletivo e institucional.

A necessidade da educação patrimonial ou da utilização do acervo cultural brasileiro como objeto de estudo nos currículos e programas escolares já se constituía uma preocupação dos ideólogos do patrimônio cultural, a exemplo de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Para ele, só havia um meio eficaz de assegurar a defesa do patrimônio histórico e artístico nacional - a educação popular. Tanto assim é que o prêmio concedido anualmente pelo IPHAN às melhores ações de preservação do país contempla, entre outras categorias, a modalidade de educação patrimonial, levando inclusive seu nome.

Atualmente, a parte diversificada dos currículos dos ensinos fundamental e médio deve observar as características regionais e locais da sociedade e da cultura, o que abre espaço para a construção de uma proposta de ensino voltada para a divulgação do acervo cultural dos estados e municípios.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o ensino fundamental elaborados pelo Ministério da Educação (MEC), trazem uma inovação, ao permitir a necessária interdisciplinaridade na educação básica, mediante a introdução dos chamados “temas transversais”, que deverão perpassar as diferentes disciplinas escolares. Dois desses temas transversais possibilitam à escola o estudo do patrimônio histórico e a conseqüente adoção de projetos de educação patrimonial. Trata-se dos temas do meio ambiente e da pluralidade cultural.

Por educação Patrimonial entende-se a utilização de museus, monumentos, arquivos, bibliotecas... os “lugares da memória”, para usarmos a expressão do historiador francês Pierre Nora¹⁷, no processo educativo, a fim de desenvolver a sensibilidade e a consciência dos educandos e futuros cidadãos da importância da preservação destes bens culturais.

A educação patrimonial pode ser incluída nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, de disciplinas ou conteúdos programáticos que versem sobre o conhecimento e a conservação do patrimônio histórico, até a realização de projetos interdisciplinares de aperfeiçoamento e extensão para os educadores e a comunidade em geral, a fim de nos propiciar informações acerca do Patrimônio Cultural, de forma a habilitá-los a despertar nos educandos e na sociedade o senso de preservação da memória histórica e o conseqüente interesse pelo tema.

A necessidade da Educação Patrimonial nos projetos interdisciplinares e programas escolares reside no fato da

falta de esclarecimento popular sobre a importância da preservação de nosso Patrimônio, para não dizermos deseducação coletiva. Esse é um dado brasileiro e daí a formulação de mais uma regra: a preservação aqui entre nós depende fundamentalmente da elucidação popular, um caminho já percorrido por outros países, como o México, que dedica atenção toda especial a essa questão de educação de massa no que diz respeito à memória. (LEMOS, 1987, p. 84)

Atualmente, uma das discussões mais importantes feita no âmbito da educação, é a respeito da interdisciplinaridade. Interdisciplinaridade é um conceito que, à primeira vista, pode parecer algo muito sofisticado e distante da prática diária do educador.

¹⁷ 2-Neste sentido, ver NORA, Pierre. **Les Lieux de Mémoire**: La République. Paris: Galimard, 1984.

No entanto, a cada dia os educadores têm sido confrontados com a necessidade de incorporar a dimensão interdisciplinar em suas atividades. Assim, é melhor parar a fim de refletir um pouco sobre o que isso significa.

Afinal, de onde vem essa proposta? É mais uma metodologia? É um princípio educativo?

É uma outra lógica de organização curricular dos conteúdos? São os conteúdos comuns a duas ou mais disciplinas ou campos do conhecimento? Tem que ver com a formação de equipes a partir de várias contribuições profissionais?

Ivani Fazenda define assim:

Interdisciplinaridade é uma nova atitude da questão do conhecimento, de abertura à compreensão de aspectos ocultos do ato de aprender e dos aparentemente expressos, colocando-os em questão. Exige, portanto, na prática uma profunda imersão no trabalho cotidiano. A metáfora que a subsidia, determina e auxilia sua efetivação é a do olhar, metáfora que se alimenta de natureza mítica diversa. (FAZENDA, 2001. p.11)

A interdisciplinaridade é um pouco disso tudo. Para sintetizar, poderíamos definir a interdisciplinaridade como uma maneira de organizar e produzir conhecimento, buscando integrar as diferentes dimensões dos fenômenos estudados. Com isso, pretende superar uma visão especializada e fragmentada do conhecimento em direção à compreensão da complexidade e da interdependência dos fenômenos da natureza e da vida. Por isso é que podemos também nos referir à interdisciplinaridade como postura, como nova atitude diante do ato de conhecer.

Sendo o Patrimônio cultural um campo do conhecimento que caminha cada vez mais ao encontro de projeto interdisciplinar, suas experiências podem servir de subsídios para projetos interdisciplinares dentro do sistema escolar, já que: “O ponto de partida, (...), não é a disciplina, mas o projeto, com seus objetivos e as ações de intervenção daí decorrentes”. CORNELLY (1993, p.75 e 76)

Os motivos são básicos, utilizamos pesquisas antropológicas, conhecimentos básicos de matemática, observamos reações físico-químicas na paisagem, e buscamos informações a respeito das fontes de abastecimento, entre outros, através do conhecimento da flora e fauna. Também levantamos dados da geografia, da arte, da história e história local, enfim o Patrimônio cultural tende a interpretar os fenômenos (culturais) de uma forma integrada e, dinâmica, através de um método empírico que é o trabalho de campo.

Por outro lado temos o sistema escolar¹⁸, cujos métodos e modelos de funcionamento são intensamente e constantemente avaliados. Tanta preocupação e busca de novos modelos, está significando que os modelos educacionais utilizados, não mais correspondem às exigências e às necessidades da sociedade atual. A falência de métodos tradicionais de educação (como a memorização e a repetição, a postura de que o professor “ensina”, fornece conteúdos de fora para dentro do aluno), é o principal motivador para que se pense nas possibilidades e limites do ato educativo.

A interdisciplinaridade nos coloca diante de um desafio fundamental, que é de como romper com a fragmentação do conhecimento e transformá-lo num meio de ver a realidade na sua globalização, aprofundando o saber sobre as partes constitutivas do todo a partir das suas relações e interações. “Com isso estamos estabelecendo pontes entre as experiências culturais e o desenvolvimento cognitivo”. (FREITAS, 1994, p. 87).

Por estes motivos é que pretendemos desenvolver este projeto.

6.3. Público Alvo

Professores da Rede Municipal do Ensino Fundamental (1ª a 4ª série).

Professores da Rede Estadual do Ensino Médio CEM Florêncio Aires e Felix Camoa.

Observação: O público alvo no primeiro momento pode parecer grande, mas não é. A Prefeitura Municipal tem somente 15 professores de 1ª a 4ª série. Em decorrência do baixo número abrimos a oportunidade para dois CEM (Centro de Ensino Médio) oferecendo a eles 30 vagas.

6.4. Local da Realização do Curso

Centro de Ensino Médio Professor Florêncio Aires

Centro de Ensino Médio Felix Camoa

¹⁸ - Para uma caracterização e crítica ao sistema escolar, um bom começo, é GADOTTI (1988 e 1993), RODRIGUES (1991) e APPLE (1989).

6.5. Número de Professores Multiplicadores

Professores Municipais	15
Professores Estaduais	30
Total:	45

6.6. Módulos

Módulo I - Antropologia e o Método Etnográfico

Módulo II - Tópicos Especiais em Cultura Material

Módulo III - História e Arqueologia

Módulo IV - Arqueologia no Tocantins

Módulo V - Arqueologia e Educação

Módulo VI – Memória, Identidade e Família

Módulo VII - Patrimônio Cultural e o Turismo

Módulo VIII - Projeto de Gestão

7. JUSTIFICATIVA

7.1. As perdas sofridas

A paisagem é uma referência muito forte na vida das pessoas, posto que ela é construída cotidianamente. Nós não vivemos só de comer, beber e morar. Temos os nossos valores, as nossas crenças, fé, amor, esperança. E essas coisas abrangem a natureza. Neste contexto quando falo em patrimônio cultural estou trabalhando com a noção de meio ambiente cultural, acredito que não é possível dissociar a questão cultural da ambiental, posto que o patrimônio natural é concebido como produto da ação dos seres humanos, portanto uma expressão da cultura.



Figura 8: Antiga cadeia pública

Transcrevo alguns depoimentos das perdas sofridas da população portuense dos lugares considerados âncoras da memória de uma geração, lugares que foram construídos ao longo do tempo e que significavam simbolicamente relações de afetividade, e de convivência. Dona Celí Braga Aires, 65 anos e moradora do centro histórico relata que sente amargura muito grande porque a história de Porto Nacional está acabando. Ela tinha a sua casa localizada na praça Nossa Senhora das Mercês, em frente a catedral, onde morou desde que nasceu e onde

também os seus antepassados moraram anteriormente e a mesma foi demolida em razão da modificação da praça.

Diz D. Celí:

[...] Eu sinto uma amargura muito grande porque a história de Porto Nacional está acabando, Muitas casas que compunham a praça foram derrubadas com o pretexto de embelezamento, para dar maior visibilidade para a Catedral e, no entanto isso não aconteceu, pois ficou tudo muito feio [...]. A minha casa era de frente para a Catedral e o fundo para o rio. Era a coisa mais bonita do mundo a minha casa [...].

O centro histórico, o coreto, o rio e as praias são lugares contados pelos depoimentos como perdas sofridas por serem simbolicamente âncora da memória de uma geração. Eles são representados na memória dos residentes como um espaço de sociabilidade. Halbwachs (1990) elucida que os espaços são categorias essenciais para se compreender a identidade de um povo e que as imagens habituais do mundo exterior são inseparáveis do nosso eu, ou seja, as imagens espaciais desempenham um papel na memória coletiva. Diz o autor:

Nosso entorno material leva ao mesmo tempo a nossa marca e a dos outros. Nossa casa, nossos móveis e a maneira segundo a qual estão dispostos, os arranjos dos cômodos onde vivemos, lembram-nos nossa família e os amigos que víamos geralmente neste quadro. [...] Cada aspecto, cada detalhe desse lugar em si mesmo tem um sentido que é inteligível apenas para os membros do grupo. [...] Os acontecimentos excepcionais também têm lugar neste quadro espacial (HALBWACHS, 1990, p.131-133).

A memória segue o pivô central de nossa existência social, pois ela é a única maneira de fazer triunfar a vida sobre a morte, o espírito sobre o nada, estabelecendo a cadeia das gerações. Ela é tão mais ativa quanto menos precisa de recursos para lembrar-se. E ela é tão mais viva, quanto é menos carregada de memórias mortas.

Mas se os historiadores são, naturalmente, prepostos da memória, convém tomar cuidado e resistir contra certa moda ambiente que tudo quer transformar em memória. O dever de memória não deve, sobretudo, conduzir a sacralização. Já salientou Jacques Lê Goff: “A memória não busca salvar o passado para servir ao presente e ao futuro” (1992, p. 477). Ela deve ser uma liberação e não uma escravidão, como por vezes se vê.

Toda memória humana é, como já foi dito, memória de alguém. Memória que muda e se transforma. Ao mudar, buscando uma identidade variável, tanto o indivíduo quanto sua memória constroem uma identidade narrativa, ou seja, uma identidade construída na mudança. Tal singularidade justifica que dificilmente possamos partilhar nossas memórias feitas de sofrimento e dor. Elas são, por excelência, únicas, pessoais e intransferíveis. Mas para mudar criando memória, é preciso que se tenha guardado algo do passado – um “baú de ossos” – para que possamos construir com esses ossos, ossos encadeados uns nos outros, um horizonte para o futuro.

Diante do conflito que os portuenses estão vivendo onde há uma descaracterização do Patrimônio Cultural, a educação patrimonial apresenta-se como uma possibilidade de reconstrução de identidade, preservação, valorização, participação, democracia e cidadania. A elaboração da presente proposta partiu do porquê e para que trabalhar Educação Patrimonial com os professores da Educação Básica. Em termos gerais é produzir reflexões a respeito da preservação, valorização e conservação do patrimônio cultural numa perspectiva interdisciplinar.

7.2. Embasamento teórico da preservação do patrimônio

O patrimônio cultural permite inserir o aprendiz na perspectiva histórica e de identidade do grupo social a que pertence atribuindo-lhe conteúdos significativos. Podemos notar a necessidade de formar na população essa consciência de preservação, valorização e conservação mesmo diante do novo. Observamos a entrevista com a Dona Zilda Aires Prado, 86 anos fala que:

Eu sou a favor da construção da avenida Beira Rio, a cidade foi beneficiada em desenvolvimento, eu nasci e me criei na Rua Grande (Rua Drº Francisco Aires da Silva), mas prefiro morar aqui, lá já estava muito arcaico e não desenvolveu nada, se nós não tivéssemos mudado para cá estaríamos isolado do progresso.

A preservação do patrimônio cultural é a evolução cultural do próprio povo que a desenvolveu, o enfoque fundamental do aprendizado não se situaria, portanto, em um problema de aptidão, mas na questão básica de atribuição de significado ao conteúdo da aprendizagem: - só aprendemos aquilo que nos apresenta algum significado.

No Brasil, as mais antigas manifestações, demonstrando preocupação com a defesa do nosso patrimônio cultural, datam dos primeiros séculos da colonização do nosso território. O mais antigo documento conhecido, em que se manifesta tal preocupação, é, sem dúvida, a carta do Conde de Galveas, D. André de Melo e Castro, Vice-rei do estado do Brasil, que, em 1742, advertia o governador de Pernambuco quanto à pretensão de descaracterizar o “Palácio das Torres”, construído por Maurício de Nassau, para instalar ali um quartel.

Em 1934, essa preocupação passou para a esfera do poder público instituído, com o artigo 148 da Constituição Federal, que define, assim, a proteção ao nosso acervo monumental e arquitetônico como princípio Constitucional (LEAL, 1977, p.17). Com isso, passa o Brasil a figurar entre as primeiras nações a defender constitucionalmente seu

patrimônio cultural, sendo, inclusive, o texto das constituições federais seguintes, acontecendo, mesmo em certos casos, até de ser ampliado.

Em 1936, em decorrência dessa primeira manifestação constitucional, foi instalado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e, em resposta à sua atuação foi lentamente a legislação sendo alterada e aprimorada, ampliando-se constantemente seu raio de ação. Cabe ainda dizer que o organismo oficial responsável pela preservação do patrimônio histórico e artístico, em nosso país, o atual IPHAN, é o mais antigo órgão público com essa função na América Latina. A criação do SPHAN está calcada basicamente no documento elaborado por Mário de Andrade, transformado no Decreto-lei nº 25 por Rodrigo M. F. de Andrade.

De grande importância para a compreensão das questões relacionadas ao patrimônio é o estudo desses documentos, denominados “Cartas Patrimoniais”. São essas cartas, especificamente, os resultados dos encontros de especialistas, realizados tanto em âmbito nacional quanto internacional, envolvidos na preservação e valorização do patrimônio cultural, e que se apresentam como recomendações a serem seguidas pelos países das organizações em que são definidas.

A preservação do patrimônio cultural é um processo complexo que atualmente tem preocupado o meio educacional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional –LDB 9.394/96, vigente recomenda que o assunto seja tratado nos diversos níveis escolares com o princípio de liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber. Assim, pode-se entender a aprendizagem como um processo de atribuição de significados que age na intermediação entre o ser e o mundo e que, só por uma tomada de consciência profunda e pela aquisição de conhecimento, se faz de forma indelével.

7.3. Aprendizagem como processo de atribuição de significados

O aluno aprende um conteúdo qualquer quando é capaz de atribuir-lhe significado, isto é, quando consegue estabelecer relações substanciais entre o que está aprendendo e o que já conhece, de modo que esse novo conhecimento seja assimilado aos seus esquemas de compreensão da realidade e passe a ser utilizado como conhecimento prévio em novas aprendizagens.

Paulo Freire entendia que a principal função da educação é seu caráter libertador. Para ele, ensinar seria, fundamentalmente, educar para a liberdade, a “educação para o homem-

sujeito” (FREIRE, 1981, p.36). Compreendia a educação, não como condicionamento social, mas voltada para a liberdade e autonomia.

Read salienta que:

todas as palavras de uso possível para expressarmos o propósito da educação: ensino, instrução, criação, disciplina, aquisição de conhecimento, aprendizagem forçada de maneiras ou moralidade – todas elas se reduzem a dois processos complementares que podemos caracterizar como “crescimento individual” e “iniciação social” (READ, 1986, p.18).

Ensino não é repasse de informações, mas criação de patrimônio pessoal.

Vamos entender como transmissão e apropriação do legado cultural da humanidade os conhecimentos que foram construídos ao longo do tempo e que foram dando configuração à compreensão do mundo e sua transformação. Isso significa a possibilidade de acesso de todos os seres humanos a todos os tipos de conhecimento, assim como às diversas metodologias de abordagem dessa realidade. Oferecer conhecimentos não significa somente transmitir e possibilitar a assimilação dos recursos metodológicos utilizados na produção dos conhecimentos. Às jovens gerações não interessa apenas apropriar-se dos resultados dos entendimentos já estabelecidos pela humanidade. Interessa a elas também se apropriar da forma de abordagem dessa realidade, para que adquiram um instrumento cognitivo que permita o aprofundamento dos conhecimentos existentes e a construção de novos entendimentos da realidade (LUCKESI, 1993, p. 84).

Ao ensinar estamos trabalhando a cultura elaborada, hoje, estamos exigindo essa escolarização, como instância pedagógica. O educando é o sujeito que busca adquirir um novo patamar de conhecimentos, de habilidades e modo de agir. Assim ele é o sujeito que necessita da mediação do educador para reformular sua cultura, para tomar em suas próprias mãos a cultura espontânea que possui, para reorganizá-la com a apropriação da cultura elaborada. A cultura elaborada, que cada um detém, é uma síntese nova de sua cultura anterior, revivificada pela apropriação e assimilação da cultura elaborada.

Ensinar é incentivo à autonomia pessoal como afirma Luckesi

“dentro dessa perspectiva, o educando não deve ser considerado, pura e simplesmente, como massa a ser informada, mas sim como sujeito, capaz de construir-se a si mesmo, através da atividade, desenvolvendo seus sentidos, entendimentos, inteligência etc. (LUCKESI, 1993, p.118).

Ensino não é adestramento, não é treinamento, nem repasse de fórmulas. Ensinar é, antes de tudo, mobilizar as forças internas do aluno de forma a que ele possa exercer o seu inteiro potencial.

Aprender significa desenvolver memória pessoal e coletiva. Ensinar significa envolver memória pessoal e coletiva. A memória, tanto de nossa história pessoal quanto da história coletiva, é fonte riquíssima de dados significativos, mobiliza a mente e a alma.

Ensinar não é reproduzir a realidade existente, mas é ferramenta para sua transformação sustentável. Duarte Jr afirma que:

Ensinar “compreende uma atitude onde não existe distância entre intenção e gesto. Em nossa atual civilização (antiestética por excelência), consciência crítica significa uma capacidade de escolha, uma capacidade crítica para não apenas se submeter à imposição de valores e sentidos, mas para selecioná-los e recriá-los segundo nossa situação existencial” (DUARTE JR., 1985, p.73).

Essa transformação da realidade, no entanto, deve-se fazer de forma sustentável, respeitando a herança das gerações anteriores, a identidade e os valores coletivos.

7.4. A cultura como fonte de informação

A cultura é a fonte de informações e valores na qual se encontra imerso o aprendiz. O patrimônio cultural se torna base para a construção de significados e, portanto, para o aprendizado. Liga-se à necessidade de o aprendiz estabelecer uma forma de entendimento pessoal do mundo, atribuindo sentido aos conteúdos apreendidos de forma a dotá-los de um caráter significativo e ordenador. Esta concepção de patrimônio cultural coincide com as necessidades humanas básicas de orientação e identidade, criando relações vitais do homem com o ambiente que o rodeia para dar sentido e ordem a um mundo de acontecimentos e ações.

Estamos nos educando a todo instante, pois

ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação (BRANDÃO, 1994, p. 7).

A educação não se reduz apenas à transmissão de conhecimentos de conteúdos. Ela é fonte de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. Da maneira como a concebemos é um processo de formação que se realiza a partir de experiências vividas pelos sujeitos nos diversos espaços educativos a que têm acesso (família, trabalho, escola, grupos de convivência...), na interação com o mundo e com as pessoas que fazem parte do seu universo cultural. É necessário um planejamento que possibilite a eleição de um eixo integrador, que pode ser um objeto de conhecimento, um projeto de intervenção e, principalmente, uma perspectiva holística da realidade.

Para que a educação realmente aconteça é necessário que tenha um planejamento curricular, pois ao sistematizar o ensino curricular a escola ainda se estrutura fragmentadamente e muitas vezes seus conteúdos são de pouca relevância para os alunos, que não vêem neles um sentido. “Não se trata apenas de uma questão educacional, mas de uma questão intrinsecamente ideológica e política” (SILVA, 2002, p.39).

A educação é obra transformadora, criadora. Ora, para criar é necessário mudar, perturbar, modificar a ordem existente. Fazer progredir alguém significa modificá-lo. Por isso

Educar “é um ato de desobediência e de desordem. Desordem em relação a uma ordem dada, uma pré – ordem. Uma educação autêntica re-ordena. É por essa razão que ela perturba, incomoda. É nessa dialética ordem-desordem que se opera o ato educativo, o crescimento espiritual do homem. Precisamos de certa incoerência para crescer. Educar-se é colocar-se em questão, reafirmar-se constantemente em relação ao humano, em vista do mais humano para o homem”(GADOTTI, 1991, p. 89).

O currículo não deve ser concebido apenas como uma relação de conteúdos ou conhecimentos delimitados ou isolados, estabelecendo tópicos estanques, numa relação “fechada”, sem uma integração envolvente e ampla com todas as dimensões do conhecimento.

O currículo refere-se a todas as situações que o aluno vive, dentro e fora da escola. Por isso, o currículo escolar não se limita a questões ou problemas que só se relacionam ao âmbito da escola. Nasce fora da escola. Seu primeiro passo é dado fora da escola, para poder entrar nela. Esse procedimento se justifica porque o currículo é constituído de atos da vida de uma pessoa: do passado, do presente e tendo, ainda, uma perspectiva de futuro.

Constatando através da complexa prática pedagógica, a dificuldade que se tem à imparcialidade na formação do currículo é que a Lei que rege a Educação LDB/96, tendo em seu bojo o compromisso com a construção da cidadania pede necessariamente uma prática educacional voltada para a compreensão da realidade social e dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal e coletiva e a afirmação do princípio da participação política.

Em consonância com a Constituição Brasileira de 1.988 atendendo o plano nacional de educação foram estudados e elaborados os Parâmetros Curriculares Nacionais, referenciais para a renovação e reelaboração da proposta curricular, uma proposta flexível, a ser caracterizada nas decisões regionais e locais sobre o currículo e sobre programas de transformação da realidade educacional empreendidos pelas autoridades governamentais, pelas escolas e pelos professores.

Contando com essa flexibilidade da Lei e dos PCN, dentro dessas decisões regionais e locais podemos incluir no currículo, na disciplina de história, o tema transversal Pluralidade Cultural, numa perspectiva interdisciplinar para trabalhar o Patrimônio Histórico Cultural e também incluir no currículo de história, a história local, a fim de desenvolver nos nossos alunos a consciência preservacionista da memória histórica, enquanto referencial de nossa identidade e construção da cidadania.

7.5. Os Parâmetros Curriculares Nacionais referenciais de qualidade

Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem um referencial de qualidade para a Educação Básica em todo o País.

Sua função é orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema Educacional, socializando discussões, pesquisas recomendações, subsidiando a participação de técnicos e professores brasileiros, principalmente daqueles que se encontram mais isolados, com menor contato com a produção pedagógica atual. (...) Entretanto, se estes Parâmetros Curriculares Nacionais podem funcionar como elemento catalisador de ações na busca de uma melhoria da qualidade da educação brasileira, de modo algum pretende resolver todos os problemas que afetam a qualidade do ensino e da aprendizagem no País. A busca da qualidade impõe a necessidade de investimentos em diferentes frentes, como a formação inicial e continuada de professores, uma política de salários dignos, um plano de carreira, a qualidade do livro didático, de recursos televisivos e de multimídia, a disponibilidade de materiais didáticos. Mas esta qualificação almejada implica colocar também, no centro do debate, as atividades escolares de ensino e aprendizagem e a questão curricular como de inegável importância para a política educacional da nação brasileira”. (BRASIL, 1977, p. 13).

Faremos um breve histórico de como surgiram os PCN. O Brasil participou, em março de 1990, da conferência de Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia. Dessa conferência resultaram posições consensuais, sintetizadas na Declaração Mundial de Educação para Todos, que devem constituir as bases para todos os planos decenais de educação, especialmente dos países de maior população no mundo, signatários desse documento. Dessa conferência, assim como da Declaração de Nova Dehli - assinada pelos nove países em desenvolvimento de maior contingente populacional do mundo -, resultaram posições consensuais na luta pela satisfação das necessidades básicas de aprendizagem para todos, capazes de tornar universal a educação fundamental e de ampliar as oportunidades de aprendizagem para crianças, jovens e adultos.

O Ministério da Educação e do Desporto coordenou a elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos (1993 a 2003), concebido como um conjunto de diretrizes políticas em contínuo processo de negociação, voltado para a recuperação da escola fundamental, a partir do compromisso com a equidade e com o incremento da qualidade, como também com a constante avaliação dos sistemas escolares, visando ao seu contínuo aprimoramento.

A constituição de 1988 em consonância com as políticas do Plano Decenal de Educação, afirma a necessidade e a obrigação de o Estado elaborar parâmetros claros no campo curricular capazes de orientar as ações educativas do ensino obrigatório; mais tarde foi estendido à Educação Básica, de forma a adequá-lo aos ideais democráticos e à busca da melhoria da qualidade do ensino nas escolas brasileiras.

Após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal nº 9.394), aprovada em 20 de dezembro de 1996, formulou-se, então uma proposta inicial que, apresentada em versão preliminar, passou por um processo de discussão em âmbito Nacional, nascendo assim os PCN encarregados da formação inicial e da formação continuada.

É pensando na qualidade de ensino e sentindo que o estabelecimento de uma referência curricular comum para todo o país fortalece a unidade nacional e a responsabilidade do Governo Federal quando do compromisso assinado na Carta de Nova Dehli com a educação, que busca garantir, também, o respeito à diversidade cultural que é marca do País, mediante a possibilidade de adaptações que integrem as diferentes dimensões da prática educacional.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem o primeiro nível de concretização curricular. São umas referências nacionais para o ensino fundamental e médio; estabelecem uma meta educacional para a qual devem convergir as ações políticas do Ministério da Educação e do Desporto, tais como os projetos ligados à sua competência na formação inicial e continuada de professores, à análise e compra de livros e outros materiais didáticos e à avaliação nacional. Têm como função subsidiar a elaboração ou a revisão curricular dos Estados e Municípios, dialogando com as propostas e experiências já existentes, incentivando a discussão pedagógica interna das escolas e a elaboração de projetos educativos, assim como servir de material de reflexão para a prática de professores (BRASIL, 1997, p. 60).

7.6. Os temas transversais

Temas transversais dentro dos parâmetros curriculares, o que são?

São compromisso com a construção da cidadania que pede necessariamente uma prática educacional voltada para a compreensão da realidade social e dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal e coletiva e a afirmação do princípio da participação política.

A educação para a cidadania requer que questões sociais sejam apresentadas para a aprendizagem e a reflexão dos alunos, buscando um tratamento didático que contemple sua complexidade e sua dinâmica, dando-lhe a mesma importância das áreas convencionais. Com isso o currículo ganha em flexibilidade e abertura, uma vez que os temas podem ser priorizados e contextualizados de acordo com as diferentes realidades locais e regionais e que novos temas sempre podem ser incluídos. O conjunto de temas aqui proposto - Ética, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Saúde, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo - receberam o título geral de Temas Transversais, indicando a metodologia proposta para sua inclusão no currículo e seu tratamento didático (BRASIL, 1998, p. 25).

Os temas transversais têm natureza diferente das áreas convencionais. Tratam de processos que estão sendo intensamente vividos pela sociedade, pelas comunidades, pelas famílias, pelos alunos e educadores em seu cotidiano. São valores fundamentais à democracia e à cidadania e correspondem a questões importantes e urgentes para a sociedade brasileira de hoje, presente nas várias formas da vida cotidiana. São amplos o bastante para produzirem

preocupações em todo o país; são questões em debate na sociedade, através das quais, surgem o dissenso, e o confronto de opiniões.

7.7. A pluralidade cultural como diversidade do patrimônio cultural

A pluralidade cultural trata da diversidade do patrimônio cultural brasileiro reconhecendo a diversidade como um direito dos povos e dos indivíduos e repudiando toda forma de discriminação por raça, classe, crença religiosa ou sexo. Além desses temas, podem ser desenvolvidos os temas locais, que visam tratar de conhecimentos vinculados à realidade local. Eles devem ser escolhidos a partir do interesse específico de determinada realidade, podendo ser definidos no âmbito do Estado, Cidade ou Escola. Uma vez feito esse reconhecimento, deve-se dar o mesmo tratamento que outros temas transversais.

Os temas transversais que serão transformados em conteúdos nas escolas não se constituem como disciplinas em si, mas devem estar presentes de forma transversal em todas as disciplinas tradicionais do currículo. Transversalidade às vezes é confundida com Interdisciplinaridade. Qual a diferença?

7.8. O princípio da interdisciplinaridade

O princípio da interdisciplinaridade permitiu um grande avanço na idéia de integração curricular. Mas ainda a idéia central era trabalhar com as disciplinas. Na interdisciplinaridade os interesses próprios de cada disciplina são preservados. A interdisciplinaridade questiona a segmentação entre os diferentes campos do conhecimento produzida por uma abordagem que não leva em conta a inter-relação e a influência entre eles, questiona a visão compartimentada (disciplinar). “É uma tentativa de romper com a lógica fragmentaria de se ver o mundo e conceber o conhecimento” (ZORTEA, 1995, p. 533).

A transversalidade como retratam os PCN “diz respeito à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados, aprender sobre a realidade e as questões da vida real e de sua transformação, aprender na realidade e da realidade, diz respeito principalmente à dimensão da didática.

A interdisciplinaridade ainda é tênue na tomada de decisão em relação ao patrimônio cultural no âmbito das administrações públicas municipais brasileiras. A parceria com a

Prefeitura Municipal e a Rede Estadual de Ensino poderá realizar um trabalho interdisciplinar com os professores através da educação patrimonial, com o objetivo de proporcionar um processo ativo de conhecimento, reconhecimento, valorização, apropriação e preservação do patrimônio cultural pelas comunidades, para possibilitar a construção do conhecimento na formação de profissionais da área da educação, através de módulos, para os educadores desvelarem uma identidade local.

A interdisciplinaridade consiste na prática da interação entre os componentes do currículo. Dentro dos componentes curriculares APPLE por ser um autor crítico e contemporâneo afirma em seu livro *Ideologia e Currículo* que “a reprodução cultural e econômica não é o único fenômeno que está ocorrendo em nossas instituições educacionais” (APPLE, 1994, p. 47). Ao sistematizar o ensino do conhecimento, os currículos escolares ainda se estruturam fragmentadamente e muitas vezes seus conteúdos são de pouca relevância para os alunos, que não vêem neles sentido.

Um aspecto a observar é que a elaboração do currículo obedece ao estabelecimento de prioridades de acordo com as finalidades da educação escolar e o público a que se destina.

Assim, as preocupações voltadas para a formação de elites ou para a expansão da escolarização às camadas subalternas, com propósitos humanísticos, científicos ou técnicos, numa visão patriarcalista ou democrática, determinam os tipos de currículos, sua estruturação e seu conteúdo. A concepção de matéria de ensino e de seu papel na organização escolar varia de acordo com a concepção de escola, de suas funções na sociedade e do tipo de indivíduo que se pretende formar.

É preciso entender que as disciplinas que compõem o currículo resultam de recortes e seleções arbitrárias, historicamente constituídos, expressões de interesse e relações de poder que ressaltam, ocultam ou negam saberes.

Paulo Freire combate a concepção ingênua da pedagogia que se crê motor ou alavanca da transformação social e política, reconhece que a educação é essencialmente um ato de conhecimento e de conscientização e que, por si só, não leva uma sociedade a se libertar da opressão, ele coloca que:

numa visão libertadora, não mais “bancária” da educação, o seu conteúdo programático já não invólucro, de finalidades a serem impostas ao povo, mas pelo contrário, porque parte e nasce dele, em diálogo com os educadores, reflete seus anseios e esperanças.(FREIRE, 1980, p.120).

Alguns campos do saber são privilegiados em sua representação como disciplinas escolares, sob o argumento de que se mostram úteis para resolver problemas do dia a dia. A

forma de inserção e abordagem das disciplinas num currículo escolar é em si mesmo indicadora de uma opção pedagógica de propiciar ao aluno a construção de um conhecimento fragmentário ou orgânico e significativo, quanto à compreensão dos fenômenos naturais, sociais e culturais.

Percebe-se, assim, a importância do papel do educador, o mérito da paz com que viva a certeza de que faz parte de sua tarefa docente não apenas ensinar os conteúdos, mas também ensinar a pensar certo. Por que não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina? (FREIRE, 1996, p.33).

Os professores estão habilitados para trabalhar com essa metodologia?

No limiar do século XXI e no contexto da internacionalização caracterizada por uma intensa troca entre os homens, a interdisciplinaridade assume um papel de grande importância. Além do desenvolvimento de novos saberes, a interdisciplinaridade na educação favorece novas formas de aproximação da realidade social e novas leituras das dimensões socioculturais das comunidades humanas. O professor deveria estar preparado, mas ainda observamos que deixa muito a desejar: - nós ainda estamos sobre a proteção do plano decenal.

Para os ajustes progressivos de contribuições a valor que corresponda a um padrão de qualidade de ensino definido nacionalmente e previsto no art.60, 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, serão considerados, observado o disposto no art. 2º, 2º, o seguinte critério: II -capacitação permanente dos profissionais de educação.

Em conformidade com este, surge a necessidade através da educação escolar, colocar o professor ao nível de sua época, contribuindo para a formação continuada do Professor multiplicador que estamos chamando assim o educador. Formando no educador as concepções científicas de mundo, de modo a contribuir para as exigências de formação do homem contemporâneo.

No mundo da história, da cultura, da política, constato para não me adaptar, mas para mudar. Constatando, nos tornamos capazes de intervir na realidade, tarefa incomparavelmente mais complexa e geradora de novos saberes do que simplesmente a de nos adaptar a ela (FREIRE, 1996, p.86).

Podemos trabalhar a Educação Patrimonial transversalmente dentro das disciplinas, ou seja, interdisciplinar é uma proposta de ensino voltada para as questões atinentes ao patrimônio cultural. Compreende desde a inclusão, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, de temáticas ou de conteúdos programáticos que versem sobre o conhecimento do patrimônio histórico, até a realização de cursos de aperfeiçoamento e extensão para os educadores e a comunidade em geral, a fim de lhes propiciar informações acerca do acervo cultural de forma a habilitá-los a despertar, nos educandos e na sociedade, o senso de preservação e conservação do patrimônio histórico e o conseqüente interesse pelo tema.

É importante demonstrar que a diversidade deve ser valorizada e resguardada, porque é a partir do diferente que se estabelecem as identidades dos povos e dos indivíduos. A melhor forma de conservar a memória é lembrá-la. A melhor forma de contar a História é pensa-la. A melhor forma de assegurar a identidade é mantê-la. Tudo isso se faz através da educação, e educar para a preservação, conservação e valorização cultural é denominada Educação Patrimonial.

Ivani Fazenda, estudiosa e pesquisadora da educação faz parte de um grupo de pesquisas e estudos sobre interdisciplinaridade a partir das pesquisas desenvolvidas e orientadas, coloca que:

A formação na educação à, pela e para a interdisciplinaridade se impõe e precisa ser concebida sob bases específicas, apoiadas por trabalhos desenvolvidos na área, trabalhos esses referendados em diferentes ciências que pretendem contribuir desde as finalidades particulares da formação profissional até a atuação do Professor. A formação à interdisciplinaridade (enquanto enunciadora de princípios) pela interdisciplinaridade (enquanto indicadora de estratégias e procedimentos) e para a interdisciplinaridade (enquanto indicadora de práticas na intervenção educativa) precisa ser realizada de forma concomitante e complementar. Exige um processo de clarificação conceitual e prático, uma aquisição no processo reflexivo que vai além do simples nível de abstração, mas exige a devida utilização de metáforas e sensibilizações (2001, p.14).

7.9. Educação Continuada e Patrimonial

O tema da educação continuada ou formação continuada dos profissionais da educação ocupa, importante espaço, a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais que apresentam formas de melhorar a educação pública brasileira e o investimento em formação dos quadros do magistério, com vistas a uma escola de qualidade.

Na educação continuada o seu objetivo fundamental é a formação de educadores. A educação continuada, como o próprio nome sugere, é um continuum de ações, uma composição entre a formação inicial e a que acontece ao longo da vida, nos embates com o cotidiano da Escola Pública e na participação em momentos de atualização.

São muitas as marcas do pensamento de Freire(passim). Uma delas é ser um pensamento que nasce da prática. Paulo Freire não pensava as idéias, mas pensava a própria vida. Assim as experiências, surpresas, alegrias e tristezas do dia-a-dia foram as fontes do seu pensamento.

É necessário, ainda, integrar a formação de conteúdos e métodos como coisas ligadas e articuladas de maneira muito próxima. A mudança, nos campos do conhecimento – a

matemática, a geografia, a história, a ciência física e biológica – tornam evidente que a didática geral neste momento volta a ser insuficiente – embora em alguma época o avanço conceitual mais importante tenha sido passar das didáticas específicas à didática geral. Nestes tempos, a situação do conhecimento coloca mais uma vez a necessidade de acoplamento de diferentes didáticas, relacionando sempre o conteúdo com a sua forma específica de ensino.

Por outro lado, aquele slogan que diz que é preciso partir das necessidades dos professores, já soa antigo, embora toda prática institucional de formação de docentes pareça ter se distanciado enquanto propunha cursos genéricos que pudessem replicar-se, multiplicar-se, generalizar-se, esquecendo as necessidades de cada escola. Não foi pensando só na massificação, na heterogeneidade, e no empobrecimento do sistema que exigiriam novas estratégias de aproximação dos professores; mas acaba por ser também indispensável articular e unificar a capacitação em torno do trabalho cotidiano, ou seja, fazer da escola também o ponto de chegada da capacitação.

Além disso, é preciso que se propicie aos professores as mesmas formas profissionais de atualização e capacitação de outras profissões, especialmente a profissão acadêmica: encontros com especialistas, com acadêmicos de outros níveis do sistema educacional e de outras áreas do conhecimento, seminários, congressos. De qualquer forma, estes princípios básicos encontram um obstáculo gravíssimo: como chegar à totalidade dos professores? É justamente esta a nossa intenção ao propor este projeto, de estar ocupando esta lacuna na certeza de estar contribuindo para a capacitação de profissionais.

É este o ponto frágil de qualquer proposta, e uma das idéias é a reorganização, não só dos princípios e conteúdos da atualização, mas também das estratégias de desenvolvimento institucional da mesma.

Aí aparece mais uma vez a importância da gestão do trabalho cotidiano. O princípio de que seja o centro escolar, ou a escola, a unidade orgânica que tome a seu cargo a formação da sua equipe de docentes. Na medida em que cada escola puder resolver, numa primeira instância, o problema da atualização, a estratégia torna-se menos complicada e mais eficaz.

Há um intenso debate hoje sobre política pública referente à formação de professores. Sabemos que uma série de ações, de implementações de projetos, de encaminhamento e aprovação de legislação, tem afetado bastante o mundo da educação brasileira nos últimos anos. Estou me referindo aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), aos provões, ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), ao Sistema de Avaliação de Ensino Básico (SAEB), às Diretrizes Curriculares

Nacionais (DCNs), aos Institutos Superiores de Educação. Pensando numa perspectiva mais ampla e no contexto atual, percebe-se que as mudanças na área da educação e da formação profissional em geral, no mundo e no Brasil, têm respondido, de algum modo, às demandas da própria sociedade.

Não se pode discordar que há um consenso por parte da sociedade sobre a necessidade de se realizarem modificações na educação brasileira. Porém há preocupações e questionamentos quanto a esse conjunto de políticas públicas.

Elas dizem respeito, em primeiro lugar, ao entendimento de que essas políticas estão priorizando as mudanças na educação para atender à política econômica, ou seja, de que as mudanças fazem parte de uma concepção mais geral de articulação entre educação e projeto econômico do país, ou, mais diretamente, de que as mudanças buscam uma vinculação acentuada da formação profissional ao mercado de trabalho. Em segundo lugar, dizem respeito à constatação das influências de reformas internacionais (na Espanha, França e Inglaterra, por exemplo) sobre esse conjunto de políticas e ao seu encaminhamento, no Brasil, sem a necessária discussão de seus fundamentos, de como devem ser realizadas as reformas e da incorporação e aprovação dos professores necessários à sua implementação de fato.

É possível verificar um amadurecimento teórico significativo sobre a constituição da prática profissional do professor, sobre seus limites e possibilidades diante da realidade contemporânea, sobre as relações entre teoria e prática na constituição dessa profissão, favorecendo a apresentação e o debate de diferentes propostas de formação.

Os problemas no setor educacional da sociedade brasileira atual são levantados pela maior parte dos teóricos da área. Apesar de divergência quanto à compreensão e interpretação do que sejam esses problemas, há um destaque comum que é a referência ao professor e sua formação. É certo que não se pode atribuir a culpa dos problemas referentes às práticas educativas ao professor, uma vez que ele e sua formação são parte integrante dos problemas. O que parece nortear muitas das análises e proposições sobre práticas educativas alternativas é a de investir na formação inicial e continuada dos professores, encarando-a como elemento de um sistema maior. Trata-se de uma estratégia eficaz para atuar em todo o sistema.

Sendo assim para enfrentar os desafios postos atualmente na educação escolar é necessária uma formação profissional consistente. Essa formação propicia ao professor segurança para tratar os temas disciplinares, para analisar a sociedade contemporânea, suas contradições, suas transformações, para compreender o processo histórico de construção de

conhecimento, seus avanços, seus limites; e sensibilidade para compreender o mundo do aluno, sua subjetividade, suas linguagens.

O professor tem importantes tarefas a cumprir e sua formação deveria estar voltada para isso. Alguns aspectos dessa formação têm tido resultados (Nóvoa, Pimenta e Libâneo), como a formação enquanto processo de autoformação, a necessidade de uma formação contínua, uma formação crítico-reflexiva, a construção da identidade profissional como elemento dessa formação.

Tem sido comum dizer-se que o professor necessita de uma formação contínua, o que vale para qualquer profissão. O exercício competente e comprometido do magistério exige, realmente, uma constante formação teórico-prática, uma formação do professor como profissional crítico-reflexivo, voltada para o exercício da interdependência entre ação e reflexão em sua prática de ensino. Há vários entendimentos dessa proposta de formação, alguns valorizando o conhecimento prático, outros buscando uma articulação mais efetiva entre teoria e prática no processo de formação e na atuação docente. O professor crítico-reflexivo, no meu entender, é aquele profissional que tem capacidade de pensar suas práticas com qualidade, crítica e autonomia, tendo como bases referenciais teóricas.

A formação deve ser aberta à possibilidade de discussão sobre o papel da educação, em suas várias dimensões, para a construção da sociedade e para a definição na formação geral do cidadão. As respostas a essa questão não são únicas (é bom que não sejam), e é necessário que o professor esteja aberto para se inteirar das diferentes posições com maturidade intelectual e com compromisso social para adotar conscientemente uma delas. Na formação inicial, nos cursos universitários, considero necessário que seja garantido aos alunos o direito de conhecer as diferentes concepções, de participar da reflexão sobre o pedagógico, para que compreendam que a presença dele na escola não é neutra, não é gratuita; ao contrário, ele deve estar na escola com propósitos políticos e pedagógicos bem definidos e conscientes.

Outro elemento que tem sido considerado importante na formação do professor é o da construção da identidade profissional e seu papel nessa formação. Conforme destaca Pimenta (1997), “essa identidade constrói-se pelo significado que cada professor confere à atividade docente no seu cotidiano com base em seus valores, seu modo de situar-se no mundo, sua história de vida, seus saberes e representações”. É essa identidade profissional que ajuda o professor a delinear suas ações, a fazer escolhas, a tomar decisões, posições, a definir por determinados comportamentos e estratégias de pensamento no exercício de sua profissão.

Ainda segundo Pimenta, “na construção dessa identidade há três tipos de saber a serem considerados: a experiência, o conhecimento específico da matéria e o saber pedagógico”.

O saber da experiência é aquele que os alunos já possuem no seu cotidiano sobre a atividade profissional para a qual estão se formando. Essa experiência lhes possibilita formar ao longo de sua vida, na participação em diferentes espaços sociais, idéias sobre a competência profissional, sobre ética da/na profissão, sobre o compromisso social da atividade em foco, além de saber a respeito do conteúdo de sua área profissional. O conhecimento da matéria refere-se ao saber que os alunos possuem sobre a área em que estão se especializando. Neste aspecto é importante a aquisição de conhecimento entre esses e a estrutura de poder da sociedade. Também é importante o papel desse conhecimento no mundo do trabalho, sobre a diferença entre informação e conhecimento, sobre o papel social desse conhecimento, sobre as condições atuais de atuação profissional na sua especialidade. O saber pedagógico é aquele construído no processo de reflexão sobre a prática social de profissionais da educação, tendo como base o saber sobre Educação, sobre Pedagogia, sobre Didática.

A idéia básica é a de considerar o ensino como processo de conhecimento pelo aluno, dando ênfase às atividades de ensino passando de mera reprodução da matéria para outra, isto é, vendo o ensino como ajuda pedagógica aos alunos para que aprendam a pensar com autonomia e a construir novas e ricas compreensões do mundo, para lhes possibilitar uma intervenção profissional mais eficaz no sentido de resolver problemas sociais contemporâneos. O trabalho docente orientado por esse princípio exige do professor um novo paradigma do ensino e do aprender; exige considerar a formação como meio para a dúvida, para a análise, para problematização do conhecimento. O trabalho de formação profissional é o de formar sujeitos pensantes e críticos, ou seja, cidadãos que desenvolvam competências e habilidades¹⁹ do modo de pensar.

A necessidade de articular o saber com as práticas sociais, articular o saber e a sua significação social implica que os agentes envolvidos devem estar durante toda a formação voltada para a necessidade e as possibilidades de se utilizar (de se trabalhar) aquele conhecimento construído. Destaco a necessidade de se investir na formação geral e básica dos profissionais e ao mesmo tempo levar em consideração as questões atuais, emergentes, que podem estar exigindo determinadas competências profissionais.

¹⁹ Ver Philippe Perrenoud, **Dez Competências para ensinar**. Porto Alegre: Artes médicas, 2000.

A formação continuada em serviço é uma necessidade, e para tanto é preciso que se garantam jornadas com tempo para o estudo, leitura e discussão entre professores dando condições para que se possam ter acesso às informações mais atualizadas na área de Educação e de forma a que os projetos educativos possam ser elaborados pela equipe escolar. Os professores devem ser profissionais capazes de conhecer os alunos, adequar o ensino à aprendizagem, elaborando atividades que possibilitem a ação reflexiva do aluno.

É preciso criar uma cultura no país, que favoreça e estimule o acesso dos professores a atividades culturais, como exposições, cinemas, espetáculos, congressos, como meio de interação social.

A constituição do humano na educação também significa processo de formação, uma vez que o cerne do ser humano não se esgota nesta constituição, mas se transforma, se agrega e se humaniza mediante suas realizações, o que implica reconstituir-se, fazer-se como tal. O educador aprende com os outros educadores, com os pais, alunos, com a comunidade, num diálogo constante e na troca de experiências que subsidiam sua prática. “Afinal minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também da história”. (FREIRE, 1996, p. 60)

Nesse momento em que a população portuense vive esse fato social devido às mudanças ocorridas pela formação do lago no Rio Tocantins, na construção da Hidrelétrica de Lajeado, interferindo na dinâmica da cidade, fazendo profundas alterações naquilo que levou dezenas de anos para se enraizar na vida da comunidade que simbolicamente era o elo que unia as famílias portuenses com as histórias dos antepassados e com aquilo que marcava a identidade cotidiana Porto Nacional quase perdeu a referência cultural, as relações culturais foram quebradas, e a partir daí surgiu um sentimento de necessidade de reconstrução cultural.

Detectamos a necessidade de trabalhar essa formação, através dos depoimentos das pessoas que entrevistamos e também pelo comportamento da comunidade ao descaracterizar suas casas, como diz a Prof^a Maria José da Costa moradora da rua do Cabaçaco desde 1960, que fica na parte histórica da cidade:

Olha as pessoas aqui de Porto e principalmente do centro histórico a gente percebe assim, que são muito fechadas e não tem muita preocupação com isso, e quando se fala em tombamento as pessoas entendem que vai chegar o momento que não vão poder mexer em nada na casa, para fazer uma restauração precisa ter autorização, as pessoas estão correndo para mudar antes de ter o processo de tombamento, pelo fato de não ter mesmo essa consciência de preservação.



Figura 9: Residência da Prof^a Maria José da Costa

Como professora, porque você acha que a comunidade não tem essa consciência da preservação?

Eu como professora da área de história eu acho que o curso de história em Porto Nacional faltou muito, há muito tempo tem esse curso aqui e os estudantes já deveriam ter se envolvido com isso, até porque tem muitos alunos que foram da universidade que são historiadores e que também não estão muito preocupados com isso, eu acho que a Universidade precisava ajudar nessa discussão, junto com a comunidade que estiver interessada, as pessoas que estiverem interessadas fazer um trabalho de conscientização, porque é coisa muito difícil, as pessoas são muito bairristas, eles acham que aquilo é deles e que ali ninguém pode entrar, na reunião naquele dia na Catedral você percebia isso, algumas pessoas falavam na minha casa ninguém vai entrar.



Figura 10: Catedral de Porto Nacional

A educação patrimonial possibilita o reforço da auto-estima dos indivíduos e das comunidades e a valorização da cultura portuense em sua rica diversidade.

Patrimônio histórico e artístico de um povo é mais do que um conjunto de antiguidades ou mera coleção de curiosidades, que a corrente do tempo foi deixando pela vida. Ele é responsável pela continuidade histórica de uma comunidade que se reconhece como tal e corporifica seus ideais e valores, transcendendo as gerações. Dessa forma, incita ao patriotismo e à ética, convida ao saber e à reverência. Face ao seu caráter de participantes cotidianos da vida das pessoas, os elementos do patrimônio talvez sejam, ao lado da música popular, os bens culturais mais disponíveis à fruição da população. São os ícones que personalizam as cidades, são os pontos referenciais nos percursos do dia-a-dia.

A formação continuada em Patrimônio Cultural é uma ação conjunta com a prefeitura municipal e rede estadual utilizando a cultura material do patrimônio local. Observem um objeto concreto da cultura material e recolham informações para construir um conhecimento a partir da realidade indo aos educadores multiplicadores, para que o projeto alcance a escola e a comunidade, que sejam conscientizadores quanto à preservação e valorização do patrimônio

local, a cidadania da nossa comunidade. O sentimento de pertença, estimulado pela identidade local, proporcionará à população, a preservação e a valorização do patrimônio como identidade. A Educação Patrimonial apresenta-se como uma possibilidade de construção de identidade, participação, democracia e cidadania.

Neste contexto, o cidadão passará a compreender o patrimônio cultural público como um bem seu, pois é estudando o passado que ele vai compreender o presente e preservar o patrimônio cultural para o futuro imediato.

8. METODOLOGIA

8.1. Desenvolvimento da metodologia

O objetivo do curso é proporcionar a formação continuada dos professores multiplicadores a respeito do tema do patrimônio cultural, mas centrada nos estudos da diversidade cultural, objeto da Educação Patrimonial partindo do saber local e da formação de uma identidade. O sentimento de pertencer a um determinado lugar estimula a formação de uma identidade local, proporcionando à população, a preservação, conservação e a valorização do patrimônio cultural como um resgate de sua própria identidade.

Pretendemos em parceria com a Prefeitura Municipal e Secretaria da Educação do Estado, desenvolver o projeto através da educação patrimonial, para possibilitar a construção do conhecimento na formação de profissionais da área da educação, através de módulos, com o objetivo de possibilitar determinado conhecimento científico, para que os educadores despertem a admiração, a valorização, a conservação e a preservação do patrimônio cultural.

É uma ação conjunta que pode ser aplicada a qualquer evidência material ou manifestação da cultura, seja um objeto ou um conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área rural, ou qualquer outra expressão resultante da relação entre os indivíduos e seu meio ambiente, proporcionando conhecimento pois nada substitui o objeto real como fonte de informação sobre a rede de relações sociais e o contexto histórico em que foi produzido, utilizado e dotado de significado pela sociedade que o criou. Que os professores multiplicadores recolham informações para construir um conhecimento elaborado e adquiram a habilidade de interpretar os objetos e fenômenos culturais ampliando a capacidade de preservar, valorizar e compreender o mundo que os rodeia.

É importante notar que cada objeto ou evidência da cultura traz em si uma multiplicidade de aspectos e significados. Neste processo de etapas sucessivas de percepção, análise e interpretação das expressões culturais é necessário seguir os objetivos propostos para alcançar um resultado satisfatório de exploração e interpretação.

O sentimento de pertença, estimulado pela identidade local, proporcionará à população, a preservação, conservação e a valorização do patrimônio. A Educação Patrimonial apresenta-se como uma possibilidade de construção de identidade, participação, democracia e cidadania.

Em face disso, a educação patrimonial pode ser trabalhada transversalmente e é um tema da Pluralidade Cultural que pode ser trabalhado interdisciplinarmente, ou seja, perpassando todas as disciplinas. A interdisciplinaridade nos coloca diante de um desafio

fundamental, que é de como romper com a fragmentação do conhecimento e transformá-lo num meio de ver a realidade na sua globalização, o ponto de partida, não é a disciplina, mas o projeto, com seu objetivo e a intervenção daí decorrente.

Utilizaremos a pesquisa bibliográfica antropológica sobre patrimônio cultural, centro histórico e educação patrimonial. Em um outro momento, buscaremos a pesquisa como forma de interpretar a sua própria cultura e questionar pressupostos que muitas vezes são tidos como inquestionáveis, ou seja, trata-se de conhecer nossos rituais, nossos símbolos, nosso sistema de parentesco, nosso sistema de trocas. A pesquisa de campo permite ir à raiz dos fenômenos estudados e descobrindo de que modo a cultura reflete e medeia as contradições de uma sociedade complexa.

O projeto proposto fomentará um diálogo entre os professores multiplicadores e o processo histórico (história cultural da cidade) e os conceitos dos estudos da educação patrimonial, memória e identidade social. Será desenvolvido através de módulos, a aprendizagem será mediada por Materiais Auto Instrucionais, por várias situações de aprendizagem, envolvendo atividades individuais, coletivas e fase presencial.

Materiais Auto-Instrucionais – Guia didático, guia de implementação do projeto, contendo orientações específicas aos professores multiplicadores a respeito do programa, complementando as orientações do guia didático, cadernos de estudo, cadernos de atividades, fitas de vídeo, guia de estudos e cadernos de atividades dos módulos, que serão elaborados pelo professor do módulo.

Situações de Aprendizagem – O professor multiplicador contará com situações de aprendizagem à distância e presencial, com o predomínio das situações à distância, com três possibilidades de estudo:

Atividades Individuais – esses momentos são destinados ao cumprimento das tarefas de leitura e à realização de atividades propostas nos materiais e na Fase Presencial. O estudo individual deve ter no mínimo dezesseis (16) horas, definido e entregue o horário ao professor do módulo. Devem ser utilizados nesses momentos os seguintes materiais: o Guia Didático, os cadernos de estudo, os cadernos de atividades e o Guia de implementação do projeto.

Atividades Coletivas – são os momentos em que o professor multiplicador se reúne com sua equipe de trabalho. Essa equipe será formada em sala de aula espontaneamente compondo grupos de quatro professores multiplicadores. Embora sejam de iniciativa própria, terão horário definido pelo grupo, entregue ao professor do módulo no momento do recebimento do

mesmo, estudando em grupo no mínimo seis (06) horas, esses momentos serão decisivos para o alcance dos objetivos.

Fase Presencial – é o momento coordenado pelo Professor do módulo de acordo com a sistemática definida pela metodologia. Nessa fase, cada turma deverá ter, no máximo, 45 (quarenta e cinco) professores multiplicadores. Podendo formar até 03 (três) turmas. A carga horária do estudo da Fase Presencial deverá ser de 16 (dezesesseis) horas. Deverá ser administrado no final de semana a partir do dia 10 (dez) de cada mês, na sexta –feira o dia todo e no sábado pela manhã. No Guia Didático, o professor multiplicador encontrará uma síntese das situações e ambientes de aprendizagem por módulo, melhor detalhadas, com atividades à distância e presenciais, bem como o percentual da carga horária para cada uma dessas situações.

As avaliações da aprendizagem e do projeto são processos contínuos e dinâmicos.

No processo de avaliação da aprendizagem, o professor multiplicador é o sujeito de sua aprendizagem. Aqui é privilegiada a aprendizagem relacionada à capacidade de aplicação de conceitos, estratégias e a sua prática profissional como professor.

O processo de avaliação da aprendizagem do professor multiplicador será realizado pelo professor do módulo e deverá atingir alguns objetivos específicos, a saber:

Atingir os objetivos específicos estabelecidos em cada módulo, uma vez que correspondem às competências profissionais requeridas de cada professor multiplicador.

Identificar suas dificuldades de aprendizagem e discutir com o professor do módulo no sentido de reorganizar seu programa de estudo.

Estimular a capacidade de auto avaliação e avaliação coletiva sistematicamente.

Obter pelo menos, 70% de aproveitamento na média final e nunca menos de 50% de aproveitamento em cada instrumento de avaliação, de cada módulo, bem como 90% de frequência no total da Fase Presencial do curso, para ser aprovado.

O professor multiplicador será avaliado mediante a utilização dos seguintes instrumentos de verificação:

Pré-teste – é uma avaliação escrita diagnóstica que tem como objetivo verificar os conteúdos que os professores multiplicadores possuem sobre o tema Educação Patrimonial e as possíveis necessidades, ou sejam, as áreas a serem mais trabalhadas. Será realizado como a primeira atividade da Fase Presencial com os professores multiplicadores, pelo professor do primeiro módulo, com instrumentos específicos.

Caderno de Atividades – é um material que será respondido nos momentos à distância, individualmente ou em equipe, onde os professores multiplicadores terão oportunidade de desenvolver atividades que enfatizam o aprender-fazer fazendo e a resolução de problemas. As atividades são referentes ao conteúdo de cada módulo.

Auto avaliação – a partir do momento em que professor multiplicador iniciar os estudos, o próprio material do projeto proporcionará a cada um o momento de ação-reflexão-ação.

Memorial - é um documento elaborado individualmente pelo professor multiplicador durante o estudo de cada módulo, onde irá relatar experiências vivenciadas, devendo ser entregue ao professor do módulo; devolvido ao professor para possíveis debates na sala de aula; formando um port-fólio para no final do curso podermos fazer uma avaliação do crescimento ou não.

Avaliação Presencial - na Fase Presencial, ao final do estudo de cada módulo, o professor multiplicador deverá trabalhar com um instrumento de avaliação da aprendizagem elaborado pelo professor do módulo.

Pós–teste - é uma avaliação final que tem como objetivo a verificação dos objetivos atingidos. Será realizado pelo coordenador do projeto, com instrumentos específicos.

No que tange ao processo de acompanhamento, monitoramento e avaliação do projeto, será realizado um trabalho coletivo, envolvendo a Coordenação do projeto, Os professores orientadores e supervisores da Universidade Católica de Goiás e os professores dos módulos, se servirão de instrumentos e ações a serem elaborados e planejados por este coletivo como:

1) Visitas ao centro histórico, museu e a ruínas históricas de Pontal, com a finalidade de elaborar projetos interdisciplinares para serem trabalhados pelos professores multiplicadores, nas escolas da rede municipal e rede estadual na Educação Básica.

2) Confeção de cartilhas sobre o tema, para serem trabalhadas com os alunos em sala de aula e comunidades.

3) Visitas às escolas de origem do professor multiplicador para acompanhamento, monitoramento e avaliação de sua prática, sempre que necessárias e/ou planejadas pela coordenação do projeto, professores supervisores ou professores dos módulos.

É importante esclarecer que, a partir dos resultados desse processo de avaliação, todos os ajustes necessários serão feitos de forma imediata.

O Projeto terá a duração de 8 (oito) meses com uma carga horária de 38 (trinta e oito) horas por módulo e será realizado em um dos CEM (Centro de Ensino Médio). O projeto terá uma carga horária total de 304 horas, dividida em 08 módulos.

Ficando responsável pela organização do conteúdo o professor do módulo e a apostila de apoio ao professor multiplicador ficará na gráfica para ser estruturada, a Prefeitura Municipal e as Escolas de Ensino Médio adquirira este material para cada professor, os parceiros serão responsáveis pela entrega do material dos módulos impressos a cada professor com todo o material necessário, inclusive lanche, para os mesmos, nos dias de encontro presencial. O professor do módulo será um profissional da área e terá a orientação e supervisão dos consultores professores da Universidade Católica de Goiás. A coordenação do projeto será realizada pela autora do presente trabalho.

8.2. Formação da equipe

Coordenação do Projeto

Professores dos módulos e técnicos do IPHAN

Professores consultores da Universidade Católica de Goiás (arqueólogo e antropólogo)

Secretário da Educação Municipal e Representante da Secretaria da Educação Estadual em Porto Nacional, através da Delegacia Regional de Ensino.

8.3. Resultados Esperados/Impactos

Esperamos através do projeto de educação patrimonial, despertar na sociedade o fortalecimento da identidade cultural individual e coletiva, reforçando o sentimento de auto-estima, o senso de preservação da memória, conservação do patrimônio histórico e conseqüentemente o interesse pelo tema. A Educação Patrimonial nada mais é do que a educação voltada para as questões pertinentes ao Patrimônio Cultural.

O projeto de educação patrimonial é capaz de contribuir para o comportamento do indivíduo na comunidade junto ao patrimônio e às ações de preservação, conservação e valorização provocando reações positivas ou gerando conflitos.

Esta iniciativa baseou-se na premissa de que pouco adiantará continuarmos a investir na proteção e conservação do patrimônio cultural se não houver a colaboração direta da

sociedade nessas ações; envolvendo-a numa participação responsável, ao invés de mantê-la alijada ao processo. Estaremos criando, ao mesmo tempo, a parceria consciente e estimulando a noção de cidadania decorrente da preservação da memória cultural de uma cidade ou nação.



Figura 11: Exemplo de conservação do patrimônio material

O aperfeiçoamento dessas relações implica, necessariamente, no incremento significativo das ações desenvolvidas pelo projeto na promoção do patrimônio para sua adequada apropriação por parte da sociedade portuense, co-gestora desses bens. Os conhecimentos produzidos pelos módulos através da educação patrimonial e a apropriação pela comunidade são um fator indispensável ao processo de preservação, conservação e valorização sustentável do patrimônio cultural.

Essa é a razão principal e fundamental do projeto em apreço: desenvolver através da educação dos professores multiplicadores e dos estudantes da Educação Básica despertando o prazer de descobrir a importância dos bens culturais e da memória coletiva de cidade. Portanto, o fortalecimento da identidade cultural, passa necessariamente pela questão do patrimônio, como elemento que fortalece o sentimento de pertença a uma comunidade, cultura ou tradição, que permite realizar o elo entre passado e presente.

Acreditamos que quando terminarmos de desenvolver o projeto da Educação Patrimonial será um valioso trabalho educativo dentro e fora da escola. Para alcançarmos os objetivos propostos é importante que se desenvolva a capacitação dos professores multiplicadores do ensino fundamental e médio que irão desenvolver este trabalho nas escolas, na comunidade ou em qualquer espaço ou grupo social que se pretenda sensibilizar despertando o sentimento de pertencer à comunidade de Porto Nacional, resgatando, conservando, valorizando e preservando o Patrimônio Histórico Cultural.

No momento em que os alunos começarem a utilizar suas capacidades intelectuais para a aquisição de conceitos e habilidades, assim como para o uso desses conceitos e habilidades na prática, em sua vida diária e no processo educacional, com certeza vai haver mudança no comportamento da sociedade. O conhecimento reforçado pelo uso dos conceitos e habilidades, levam à aquisição de novas habilidades e conceitos.

Despertando no educando o interesse a partir de suas manifestações em resolver questões significativas para sua própria vida, pessoal e coletivas; patrimônio histórico e o meio ambiente em que está inserido oferecem oportunidades de provocar nos alunos sentimentos de surpresa e curiosidade, levando-os a querer conhecer mais sobre eles. Nesse sentido podemos falar da necessidade do passado, para compreendermos melhor o presente e projetarmos o futuro.

O estudo dos remanescentes motiva-nos a compreender e avaliar o modo de vida e os problemas enfrentados pelos que nos antecederam, as soluções por eles encontradas para enfrentar esses problemas e desafios, e a compará-las com as soluções que encontramos hoje, para os mesmos problemas (moradia, saneamento, abastecimento de água, iluminação, saúde, alimentação, transporte, e tantos outros aspectos). Podemos facilmente comparar essas soluções, discutir as causas e origens dos problemas identificados e projetar as soluções ideais para o futuro, num exercício de consciência crítica e de cidadania.

Conflitos e impactos com certeza serão muitos, mas através de um estudo constante tentaremos dialogar até superar as dificuldades, é o que acreditamos.

8.4. Impactos com a não realização do curso

Se este curso não for realizado continuarão os vários impactos ambientais, sociais e culturais causando enorme degradação e danos do patrimônio histórico e a perda da visibilidade da arquitetura colonial do século XIX pelos visitantes e moradores.

O fato social modificou o modo de viver das populações locais. Messias em sua dissertação sublinha “a necessidade de re-definição de um novo modo de vida, de re-organização e re-construção de um novo espaço geográfico para os moradores” (MESSIAS, 2004, p. 19), pois deslocaram e relocaram pessoas e como medidas compensatórias implementaram uma nova infra-estrutura na maioria das vezes alheia às tradições, aos costumes e ao desejo das populações atingidas, deixando inclusive a população sem condições de sobreviver por diversos fatores.

Alguns moradores não se adaptando às novas condições de moradia mudaram-se para Palmas e vários lugares. Os novos moradores que chegaram para Porto Nacional não têm interesse na preservação e conservação desse centro histórico, pois não diz nada a eles, especialmente por não conhecerem a história da cidade e não ter vínculos afetivos com ela. Com isso muitas casas estão sendo modificadas e destruídas, até mesmo os moradores do lugar que não têm essa percepção histórica e afetiva estão também destruindo suas moradias em nome do progresso, do novo e do moderno. Quem bem retrata isso em sua dissertação de mestrado é Messias “foi em nome do progresso e de melhores condições de vida para a população que várias casas, árvores e o coreto, que compunham o centro histórico, foram substituídos por uma avenida [Beira Rio] e uma praça concretada” (MESSIAS, 2004, p. 41).

Quem viaja pela rota da diversidade está pronto para ser um educador. Isso porque a educação está intimamente associada à formação de valores atitudes sensíveis à diversidade, à complexidade do mundo da vida e, sobretudo, a um sentimento de solidariedade diante dos outros e da natureza. Por esta breve descrição percebemos que a educação, patrimônio cultural e a interdisciplinaridade são práticas que se complementam, porque nascem da mesma complexidade e receptividade diante do mundo e da vida. Também compartilham a experiência de desconforto diante das posturas fechadas que estão na base de muitas atitudes humanas de dominação, intolerância e preconceito.

Caso sejamos vítima da não realização desse projeto as consequências serão desastrosas. Se isto acontecer vamos ter várias situações de desconforto:

a) O dissabor dos problemas de agora com um agravante; quanto mais tempo mais casarões perderemos.

b) A ignorância de não saber reconhecer o valor histórico do seu bem material, ou seja a beleza das arquiteturas coloniais do século XVIII com estilo francês.

c) A morte histórica dos antepassados. O esquecimento dos moradores e dos lugares que lutaram para construir, a história que deixam para a geração futura.

d) Moradores sem raízes, sem referências, sem memória, sem antepassados de onde vieram? Quem são?

Se o centro histórico não for protegido e continuar sendo desagredado, descaracterizado surgindo no lugar do velho um novo, com certeza perderemos toda a nossa referência cultural atual. Seremos uma “tábula rasa”, sem identidade.

Os portuenses estão com auto-estima baixa devido aos vários acontecimentos e perda do patrimônio cultural como a Messias retrata na sua dissertação de mestrado

[...] Ali tudo foi; nada é. Não se conjugam verbos no presente. Tudo é pretérito. Foi o que ouvi de vários moradores: Porto já teve praia, já teve rio, já teve sistema de saúde de primeira qualidade, Porto acabou (MESSIAS, 2004, p. 28).

Na fala de Dona Rita podemos observar o que os portuenses estão sentindo:

Eu acho que o que fizeram com o rio Tocantins [...] mataram, mataram o rio Tocantins. Isso é ambição do homem por dinheiro. Montar empresa como essa de hidrelétrica, e fazer grandes barragens. Então, acabou a beleza do Tocantins. O rio Tocantins está humilhado porque era um rio muito bonito. Agora só tem uns lagos muito feios, cheios de toco, de madeira, pau caído que não apodreceu ainda. Porque eles poderiam ter pelo menos limpado a área [...]. Que progresso é esse que desagrega as famílias que tem o seu lugar, onde podiam viver as vezes não com luxo, mas ao modo deles, para botar em lugar onde não podem nem criar os filhos, porque não tem condições de sobreviverem. Que progresso é esse? Não que eu seja radical. Eu gosto das mudanças, mas que seja mudanças que não prejudiquem o povo, e a vida[...] (Rita Alves Matos).

Desde que começou a construção do lago e avenida beira rio o patrimônio histórico vem sendo destruído e descaracterizado, para Maria José a construção da avenida foi motivo de muitos aborrecimentos, pois foram derrubadas árvores que compunham a sua infância e significavam muito como ela diz:

A construção da avenida Beira Rio, para mim, foi motivo de uma dor muito grande em ver sendo derrubadas todas as árvores, as mangueiras, os ipês lembrando que a gente brincou ali embaixo. Na ocasião da destruição das árvores, os micos saíram correndo para as nossas casas, gritando. É muito difícil para nós. Perdemos o rio, perdemos a praia, perdemos o coreto, foram destruídas várias casas para poder construir a avenida Beira Rio. Então o patrimônio histórico nós perdemos. (Maria José da Costa).

A destruição das casas que compõem o centro histórico, construções descaracterizadas no contorno do centro histórico. Comunidades, professores e alunos necessitando do aprofundamento no conhecimento da Educação Patrimonial, enquanto isso continuam a degradação e uma sociedade sem motivação, apenas lamentando o que foi destruído. Incapaz de reagir à crise econômica, levando a cidade à falência e à destruição daquilo que levou dezenas de anos para se construir.



Figura 12: Dilapidação de parte do centro histórico de Porto Nacional

É necessário e urgente que as autoridades políticas contribuam para que a população tenha consciência do potencial histórico que ela tem e que sirva de referência para resgatar a auto-estima e ao mesmo tempo passe a ter orgulho da cidade como ela é. Preservando toda a parte histórica que ainda não foi descaracterizada.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa Proposta de Educação Patrimonial na área de Educação em Porto Nacional-Tocantins é o resultado do conflito social que a sociedade está vivenciando.

Tendo como base o conhecimento adquirido na área da educação como profissional fortalecida pelos conhecimentos alcançados durante o Curso de Mestrado em Gestão do Patrimônio Cultural sugiro que as autoridades competentes, neste caso os parceiros, acelerem a aplicação desse projeto, para que a sociedade venha mais uma vez, superar as dificuldades que estão passando.

Como podemos ver, a cidade de Porto Nacional sempre foi destaque na região norte de Goiás considerada berço cultural. Procurou, durante o século XIX e nas primeiras décadas do século XX, quebrar o isolamento a que estava inserida, buscando participar de certos benefícios do litoral, através do rio Tocantins, pelo comércio com Belém. Mas podemos afirmar que com o contato com outras regiões, a convivência diária com imigrantes de outro país, como os dominicanos franceses alterou muito pouco os seus costumes; houve apenas uma lenta assimilação de certos hábitos.

Observando a história vimos que a cidade surgiu como ponto de intercâmbio entre os dois arraiais e desenvolveu em consequência do escoamento da produção do ouro e produtos agrícolas por via aquática.

Vimos como o rio Tocantins foi um fator de integração na região. Através dele descortinou-se um mundo desconhecido por muitos, diferente e com costumes próprios, que perduraram por mais de um século, possibilitando à região um meio de vida econômico e social.

A busca da história possibilitou mostrar as razões que fizeram de Porto Nacional uma cidade diferente das demais no norte do Estado, ou seja, o estabelecimento da ordem religiosa na cidade e a presença de um médico comprometido com a política do local.

Com o estabelecimento dos dominicanos(as) na cidade, tornou-se evidente que ocorreram mudanças significativas, tanto no campo institucional, como no educacional e cultural. Há consenso de que a presença dos dominicanos na cidade foi um fator importante para o seu desenvolvimento. A idéia de Porto Nacional ser o berço cultural do norte de Goiás é atribuída à boa educação (nos moldes franceses) ministrada nos colégios pelos padres e freiras.

Acreditamos ter sido de fundamental importância mostrar a visão e a coragem do desempenho do homem médico e político que acreditava na sua região trazendo o progresso e

integrando aos outros Estados mesmo sem estradas. Época em que faltava médico até nas cidades grandes, mas Porto Nacional foi agraciada com médico Drº Francisco Aires da Silva que aliviava o sofrimento físico de muitas pessoas em vários lugares.

Vimos também que o desenvolvimento demorou muito a chegar na região e isto fez com que fortalecessem cada vez mais o movimento separatista iniciado na época do Brasil colônia culminando com a constituição de 1988.

A criação do Estado do Tocantins provou mais uma vez a força dessa gente, que apesar de estarem afastados dos grandes centros urbanos, possuíam muitas atividades, e que encontravam nessas atividades diárias, um sentido para a vida. Não era um povo perdido no tempo/espaço, mas um povo que soube lutar e procurar, não com revolta, mas com consciência e persistência, participar dos acontecimentos da sua região, do país e do mundo.

Mais uma vez os Portuenses estão passando por crise, mas não vai ser esta que vai baqueá-los, pois é um povo que tem lutado para superar as dificuldades e é nessa intenção que estamos apresentando esse projeto de Educação Patrimonial.

Nesse projeto utilizamos os estudos antropológicos sobre identidade, memória e preservação. Utilizamos a pesquisa oral onde várias pessoas da comunidade foram convidadas a falar o que foi de extrema importância para a elaboração desse projeto.

Em um artigo para “Horizontes Antropológicos”, Ellen Woortman comenta sua cresça de que:

Existem os ‘guardiões da memória’, aqueles que ‘editam’ o que deve ser dito e lembrado... São eles que escolhem os fios e a padronagem, do que resulta não simplesmente uma memória, mas uma memória adequada(2000, p.235).

Uma vez que a memória é um elemento essencial na constituição da identidade (LE GOFF), 1992, p. 476), ter o poder de selecionar essa memória adequada e controlar o que deve ser lembrado é ter em seu domínio a história e a identidade de um grupo e de uma Nação, já que:

[...] as propriedades simbólicas, mesmo as mais negativas, podem ser utilizadas estrategicamente em função dos interesses materiais e também simbólicos do portador(BOURDIEU, 1989, p. 112).

É justamente a “democratização social da memória” que FOCAULT (1922, p. 14) prega ao sugerir a desvinculação do poder da verdade das formas de hegemonia social, econômica e cultural. A partir de então constatamos a necessidade da sociedade portuense conduzir a interpretação do que faz parte ou não da herança cultural de um povo.

Se um dia a construção da identidade brasileira por meio dessa herança cultural foi manipulada pela elite a fim de manter a versão de uma verdade unívoca sobre o passado na

intenção de se manter o “status quo”, hoje os gestores do patrimônio histórico cultural, os centros históricos, os museus, (guardiões da memória, quer queira ou não), já conscientes do poder e responsabilidade de sua tarefa, preocupam-se cada vez mais (ou deveriam) em centralizar-se na utilização do patrimônio como um meio de Educação e reflexão e não um, meio de manipulação social.

Propor que a escola trate de questões sociais na perspectiva da cidadania, coloca imediatamente a questão da formação dos educadores e de sua condição de cidadãos. Para desenvolver sua prática os professores precisam também desenvolver-se como profissionais e sujeitos críticos da realidade em que estão, isto é, precisam poder situar-se como educadores e como cidadãos, e, como tais, participantes do processo de construção da cidadania, de reconhecimento de seus direitos e deveres, de valorização profissional. Sem desconhecer a necessidade de investir na formação inicial e de criar programas de formação continuada, é possível afirmar-se que o debate sobre as questões sociais e a eleição conjunta e refletida dos princípios e valores são necessários para um processo de formação e mudança.

Para o professor, a escola não é apenas lugar de reprodução de relação de trabalho alienado e alienante. É também, lugar de possibilidade de construção de relações de autonomia, de criação e recriação de seu próprio trabalho, de reconhecimento de si, que possibilita redefinir sua relação com a instituição, com o Estado, com os alunos, suas famílias e comunidades.

Não se pode afirmar que são os docentes os únicos criadores de inovação, mas com certeza, são agentes ativos por suas convicções, experiências, identidade e, ainda, pela consciência do que é valioso em educação. São os professores que, em última instância, decidem se querem ou não mudar. A atuação do professor é importante garantia nas implementações da mudança, embora não se desconheça o papel do Estado, Município como gestor do sistema educativo, como articulador do processo de mudança. Em decorrência disso tudo é que estamos acreditando nesse projeto de Educação Patrimonial como formação continuada.

É uma forma de conceber a educação com vistas na antropologia. Vale lembrar que a postura de base antropológica visa o entendimento das diferenças culturais ou da alteridade, a partir de um projeto universalista. Como diz PEIRANO, neste mesmo ensaio, a antropologia pretende não só o conhecimento contextualizado de cada universo cultural, mas nos seus horizontes universalistas, supõe que o que se encontra em uma dada cultura estará em outra, embora de forma distinta.

Vista assim, a relação entre antropologia e o campo da educação adquire contornos desafiantes. Como articular o projeto antropológico de conhecimento das diferenças com o projeto educacional de intervenção na realidade (NOVAES, 1992)? Esse é o desafio que estamos propondo aos parceiros na intenção de regatar valores.

10. CRONOGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DOS MÓDULOS

Módulo/Mês	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
I												
II												
III												
IV												
V												
VI												
VII												
VIII												

Iniciar em 2006.

Tabela 01

11. ORÇAMENTO-RECURSOS E CUSTOS

PLANIHA DE CUSTOS - TRANSPORTE E HOSPEDAGEM				
EQUIPE	ESPECIFICAÇÕES	MÓDULOS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Consultor I	Passagem Aérea	I, IV e VIII.	R\$400,00	R\$2.400,00
	Hospedagem		R\$100,00	R\$300,00
Consultor II	Passagem Aérea	II, V e VII.	R\$400,00	R\$2.400,00
	Hospedagem		R\$100,00	R\$300,00
Profª Módulo VIII	Passagem Aérea	II, V e VII.	R\$400,00	R\$800,00
	Hospedagem		R\$100,00	R\$300,00
Total Geral:				R\$6.500,00

Tabela 02

PLANILHA DE CUSTOS – RECURSOS HUMANOS					
FUNÇÃO	NOME	ESPECIALIZAÇÃO	C.H.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Coordenador Geral	Antônia Maria Simiema Lima	Profª Mestre	304	R\$50,00	R\$15.200,00
Coordenador de			152	R\$40,00	R\$6.080,00

Apoio					
Coordenador de Apoio	Erialdo Augusto Pereira	Profº Mestre	152	R\$40,00	R\$6.080,00
Coordenador de Apoio			16	R\$50,00	R\$800,00
Profº Consultor I		Profº Drº em Antropologia	48	R\$70,00	R\$3.360,00
Profº Consultor II		Profª Drª em Arqueologia	48	R\$70,00	R\$3.360,00
Profº Módulo III	Antônia Custódia Pedreira	Profº Msc em Gestão do Patrimônio Cultural	16	R\$50,00	R\$800,00
Profº Módulo VIII	Célia Corsino	Museóloga	16	R\$50,00	R\$800,00
Profº Módulo V	Marcos A. C. Zimmermann	Profº Msc Arqueologia	16	R\$50,00	R\$800,00
Profº Módulo VI	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	Profº Drª	16	R\$50,00	R\$800,00
Profª Módulo II	Maria Francinete S. Conceição	Profª Msc em Gestão do Patrimônio cultural	16	R\$50,00	R\$800,00
Profº Módulo VII	Antônio Miranda	Historiador	16	R\$50,00	R\$800,00
Profª Módulo I			16	R\$50,00	R\$800,00

Total Geral:	R\$40.480,00
--------------	--------------

Tabela 03

PLANILHA DE CUSTOS – MATERIAL DE CONSUMO					
ÍTEM	DISCRIMINAÇÃO	QTDE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Papel chamex	02	Resmas	R\$16,50	R\$33,00
2	Lápis preto	01	Caixa	R\$25,90	R\$25,90
3	Caneta azul	01	Caixa	R\$31,50	R\$31,50
4	Pincel atômico (diversas cores)	01	Caixa	R\$17,00	R\$17,00
5	Fita crepe	08	Unidade	R\$2,70	R\$21,60
6	Clips	08	Caixa	R\$0,80	R\$6,40
7	Papel pardo	20	Folhas	R\$0,50	R\$10,00
8	Giz branco	08	Caixa	R\$1,30	R\$10,40
9	Tesoura	02	Unidade	R\$9,50	R\$19,00
10	Grampeador 26/6	01	Unidade	R\$24,00	R\$24,00
11	Grampo para grampeador 26/6	01	Caixa	R\$4,50	R\$4,50

12	Papel higiênico	16	Unidades	R\$2,00	R\$32,00
13	Açúcar	16	Quilos	R\$2,00	R\$32,00
14	Café	02	Quilos	R\$2,70	R\$5,40
15	Copo descartável para café	08	Cartela	R\$0,99	R\$7,92
16	Copo descartável para água	08	Cartela	R\$3,20	R\$25,60
17	Lanche para 45 professores	08	Unidade	R\$100,00	R\$800,00
18	Filme fotográfico 400 Asas, 36 poses	03	Unidade	R\$22,00	R\$66,00
19	Fita compacta VHS-C (EHG-30) 90 minutos	08	Unidade	R\$11,00	R\$88,00
20	Pasta elástico	45	Unidade	R\$1,00	R\$45,00
21	Revelação de filmes	03	Revelação	R\$30,00	R\$90,00
Total Geral:					R\$1.395,22

Tabela 04

CUSTO TOTAL DO PROJETO	
Descrição	Valor
Transporte e hospedagem	R\$6.500,00
Recursos humanos	R\$40.480,00
Material de consumo	R\$1.395,22
Total Geral do Projeto:	R\$48.375,22

Tabela 05

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDADE, Dr. Mário de. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Nº 30/2002.

APPLE, Michael W. **Ideologia e Currículo**, São Paulo, Brasiliense, 1982.

_____, _____. **Educação e Poder**. Série Educação Teoria e Crítica. Porto Alegre, Artes Médicas, 1989.

AUDRIN, José Maria, **Entre sertanejos e índios do norte**, Ed. Agir. Rio de Janeiro, 1946.

AZEVEDO, Francisco F. dos Santos(org), **Anuario Histórico, Geographico e Descriptivo do Estado de Goyaz**, para 1910. Uberaba/Araguari/Goyaz. Ed.Proprietária, 1910

BEZERRA, Márcia. **O Público e o Patrimônio Arqueológico**: reflexões para arqueologia pública no Brasil. *Habitus: Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia da Universidade Católica de Goiás*. v. 1, n. 1, Goiânia. Ed. da UCG. 2003, p. 275 a 285.

BORGES, Ana Maria & PALACIN, Luis. **Patrimônio Histórico de Goiás**. Brasília DF. SPHAN/Pró-memória/8ª Diretoria Regional 1987.

BOSI, Alfredo. **O ser e o tempo da poesia**. São Paulo: Cultrix,1990.

BOSI, Ecléia. **Memória e Sociedade**: Lembranças de Velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre, 1930-2002, **O poder Simbólico**, Rio de Janeiro; Bertand Brasil, 1989.

_____. _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2004..

BRANDÃO, Carlos Rodrigues, **O que é educação**, São Paulo: Brasiliense, 1994(coleção primeiros passos, 20).

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. Secretaria de Educação Fundamental, **Parâmetros Curriculares Nacionais: Terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais/ Ministério da Educação**. Secretaria da Educação Fundamental.-Brasília: A Secretaria, 2001.

BRASILIENSE, Eli. **Bom Jesus do Pontal**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1954.

CARDOSO, Ruth C. L. **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**, ed. Paz e Terra.

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa, **O Discurso Autonomista do Tocantins**, Goiânia: Ed. da UCG, 2003.

CHAIM, Marivone Matos. **Sociedade Colonial, Goiás: 1749-1822**. 2, ed. Goiânia: Secretaria de Cultura, Brasília, DF: Ministério da Cultura, Instituto Nacional do Livro, Pró-Memória, 1987.

CORNELY, S. A. **A Interdisciplinaridade Na Abordagem Ecológica, Idéias Preliminares**. Vértas, Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, vl. 38, nº 149, 1993.

CUNHA, Danilo Fontenele Sampaio, **Patrimônio Cultural – Proteção legal e constitucional**. Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004.

DAGOGNET, F. **Lês musées sans fin**, Champ Vallon ed., 1984.

DOLES, Dalísia R.Martins, **As Comunicações Fluviais pelo Tocantins e Araguaia no Século XIX**, Goiânia, Oriente,1973.

FAZENDA, Ivani.A. **Dicionário em Construção: Interdisciplinaridade**, São Paulo: Cortez, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**, Rio de Janeiro, Paz e terra, 1974.

_____. **Educação como pratica de liberdade**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

_____. **Educação e Mudança**. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001. (Col. Educação e Comunicação, Vol. 1).

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. **O pensamento de Vygotsky e Bakhtin no Brasil**. Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico. Campinas, Papirus Editora, 1994.

GADOTTI, Moacir. **Educação e Compromisso**. Campinas, Papirus Editora, 1988.

_____. **Educação e Poder**: Introdução à pedagogia do conflito. São Paulo; Cortez: Autores associados, 1991.

GIRALDIN, Odair. **A (trans)formação histórica do Tocantins**, Goiânia : UFG; Palmas: Unitins, 2002.

GODINHO, Durval C. **História de Porto Nacional**. s/e, 1988.

GOMES, Modesto. **Estudos de História de Goiás**. Goiânia: Oriente, 1974.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; IPHAN, 1996.

_____, _____. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. **Memória e Patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 21-29.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

JORNAL O PARALELO 13. Porto Nacional, editado em 01/05/2004.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução de Bernardo Leitão et al. Campinas: Ed. Da UNICAMP, 1992.

LEAL, Fernando M. **Restauração e conservação de monumentos brasileiros**. Recife: Ed. UFPE, 1977.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. **O desencanto do Oeste**: memória e identidade social no médio Araguaia. Goiânia Goiás. Ed. da UCG. 2001.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**, São Paulo, Cortez, 1993.

MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro, **Educação Patrimonial**: orientações para professores do ensino fundamental e médio departamento de memória e patrimônio cultural, Caxias do Sul: Maneco Livr. & Ed., 2004.

MAYA, Antonio Luiz. **Reminiscências Sociais Portuenses**, Goiânia: Goiás, 2003.

MESSIAS, Noeci Carvalho. **Patrimônio Cultural**: entre o tradicional e a modernidade com a chegada da hidrelétrica de Lageado, Porto Nacional –To, Dissertação de Mestrado, Goiânia, UCG, 2004. (Mestrado Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural).

MIRANDA, Avelino Fernandes de. **Tradicionalismo e Modernidade**, Goiânia: Ed. da UCG, 2000.

NOVAES, R. **Um olhar antropológico**. In: Nilda Tevês. Imaginário Social e educação. Rio de Janeiro, Gryphus, 1992.

NOYA PINTO, Virgílio. **O ouro brasileiro e o comércio anglo-português**: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII. 2. ed. São Paulo : Ed. Nacional, 1979.

OLIVEIRA, Maria de Fátima, **Um Porto no sertão: Cultura e cotidiano em Porto Nacional 1880/ 1919**, Tese de Mestrado, UFG, Goiânia, 1997.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, etnia e estrutura social**, Universidade Federal de Brasília; Livraria Pioneira, Ed. São Paulo.

PALACÍN, Luís, **História de Goiás**, Goiânia: Ed. Da UCG, 1994.

PALACIN, Luis, GARCIA, Ledonias Franco, AMADO, Janaína. **História de Goiás em documentos**, I colônia. Goiânia: Ed. da UFG, 1995.

PALLAMIN, Vera M. **Cidade e Cultura**: esfera pública e transformação urbana, São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

PARENTE, Temis Gomes, **Fundamentos Históricos do Estado do Tocantins**, Ed. da UFG, Goiânia, 1999.

PEIRANO, Mariza S.G. **Os antropólogos e suas linhagens**, In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, ano 6, nº 16, São Paulo, julho de 1991, p. 43-50.

PIAGEM, Pedro Pereira. **Dom Alano: o missionário do Tocantins**, Ed. dos Autores, 2000.

POSSAMAI, Zita Rosane e ORTIZ, Vitor. **Cidade e memória na Globalização**, Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretarias Municipais da Cultura, 2002.

PÓVOA, Liberato. **História Didática do Tocantins**. Goiânia: Kelps, 1999.

READ, Herbet. **A redenção do Robô**, São Paulo, Summus Editorial, 1986.

RODRIGUES, Edivaldo. **Pedras de Fogo**, Palmas: Alternativa Gráfica e Editora, 2003.

RODRIGUES, Lysias. **O Rio do Tocantins**. Goiânia: Governo de Goiás, 1978.

_____, _____. **Roteiro do Tocantins**, Palmas: Alexandre Acampora, 2001.

RODRIGUES, Neidson. **Da Mistificação da Escola à Escola Necessária**. Coleção Polemica do Nosso Tempo 24. São Paulo, Editora Cortez, 1991.

SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. **Economia e escravidão na capitania de Goiás**, Goiânia: Ed. da UFG, 1992.

SAVIANI, Demerval, **A nova lei da Educação: trajetória, limites e perspectivas**. Campinas, SP: Autores associados, 1997.

SEVERINO, Raquel Volpato...[et al.]. **Formação de Professores**. São Paulo. Fundação Editora da UNESP. 1998. – (Seminários e Debates).

SHELLING, Vivian. **A presença do povo na cultura brasileira** – ensaio sobre o pensamento de Mário de Andrade e Paulo Freire. Campinas: Ed. UNICAMP, 1991.

SILVA, Fernando Fernandes da. **As cidades Brasileiras e o patrimônio Cultural da Humanidade**, São Paulo: Peirópolis: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

SILVA, Francisco Ayres da. **Caminhos de Outrora**: Diário de viagens, 1972.

SILVA, Otávio Barros da. **Breve História do Tocantins e sua Gente**: uma luta secular, Araguaína: Federação das Indústrias do Estado do Tocantins, Solo editoras, 1996.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Currículo, Cultura e Sociedade**, Tradução de Maria Aparecida Baptista -6. ed. -São Paulo, Cortez, 2002.

SILVA e SOUZA, Luiz Antonio da. **O descobrimento da capitania de Goyaz** (Governo, população e coisas mais notáveis). Goiânia: Ed. UFG, 1971.

SOARES, André Luís Ramos. **Educação Patrimonial: relatos e experiências**, Santa Maria: Ed. UFSM. 2003.

TOMASO, Isabela. **Preservação dos Patrimônios Culturais**: Direitos Antinômicos, situações ambíguas, Tese de doutorado em Antropologia/Universidade Nacional de Brasília.

THOMPSON. **A Voz do Passado**: história oral. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

TVEscola, Canal da Educação, boletim: **O salto para o futuro**, Abril , p. 03 a 08, 2003.

WOORTMAN, Ellen. Identidades e Memória entre teuto-brasileiros. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 6, nº 14, p. 205-238, nov. 2000.

ZORTEA, Andréa de S. **Arqueologia e Pedagogia**: Um Intertexto Possível Sob a Ótica Interdisciplinar. Coleção Arqueologia, Porto Alegre, EDIPUCRS, nº 1, v. 2, p. 529-540, 1995-96.

FONTES (orais)

Relação dos entrevistados

Célia Braga Aires

Zilda Aires Prado

Maria José da Costa

Rita Alves Matos

ANEXOS

Anexo I – Documento que institui a semana da cultura em Porto Nacional

Anexo II – Documento que considera como patrimônio histórico e cultural do município de Porto Nacional (TO).

Anexo III – Documento que cria a Fundação Municipal Museu Histórico de Porto Nacional.

Anexo IV – Documento de comemoração aos 100 anos do Colégio Sagrado Coração de Jesus.

Anexo V – Um convite ao resgate da história de Porto Nacional.